



Relatório e Contas_2015



Águas do Algarve, S.A.

Relatório e Contas _ 2015

Índice

A-A Empresa

- 1- Mensagem do Presidente do Conselho de Administração **_9**
- 2- Quem somos **_11**
- 3- Certificações **_20**
- 4- Destaques do Ano / Principais Acontecimentos **_20**

B-Relatório de Gestão

- 1- Linhas Estratégicas **_25**
- 2- Enquadramento **_27**
- 3- O Negócio **_35**
- 4- Sustentabilidade **_51**
- 5- Gestão do Capital Humano **_64**
- 6- Análise Económica e Financeira **_67**
- 7- I&D e Inovação **_72**
- 8- Eventos Posteriores ao Fecho **_74**
- 9- Cumprimento das Orientações Legais **_74**
- 10- Perspetivas Futuras **_76**
- 11- Considerações Finais **_76**
- 12- Proposta de Aplicação de Resultados **_77**

C-Demonstrações financeiras do exercício de 2015


1. Contas Individuais do Exercício de 2015 **_82**
 - 1.1 Demonstração da Posição Financeira **_82**
 - 1.2 Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral **_83**
 - 1.3 Demonstração das Variações no Capital Próprio **_83**
 - 1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa **_84**
 - 1.5 Notas às Demonstrações Financeiras **_85**
2. Glossário Financeiro e Técnico **_131**
3. Principais Diplomas Relativos ao Sector da Água e Saneamento Publicados em 2015 **_132**
4. Relatório dos Administradores Não Executivos **_134**
5. Certificação Legal de Contas **_135**
6. Relatório dos Auditores **_138**
7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal **_141**





A-A Empresa

SAVIA
DO



Cumprindo com enorme
qualidade a missão de serviço
público foi possível obter um
resultado líquido do exercício de
cerca de 7 milhões de euros.



Joaquim Carlos Correia Peres
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente

Caros Acionistas,

O ano de 2015 representou para a Águas do Algarve, para a região algarvia e para o país um ano marcante do ponto de vista turístico, com afluências de pessoas e temperaturas ambientais em níveis tais que implicaram que o abastecimento de água no ano chegasse a 68,5 milhões de m³, dos quais 9,3 milhões de m³ no mês de julho, níveis estes nunca alcançados anteriormente. A este enorme desafio respondeu a AdA com fornecimento de água sem quebras, em todo o seu território de abrangência e com a qualidade inerente ao seu produto certificado. As barragens recentemente construídas, a sua interligação para efeitos de cobertura territorial na distribuição e o desempenho altamente profissional dos colaboradores da empresa estão na base deste sucesso na resposta dada.

No que respeita ao saneamento, o ano de 2015 também foi marcante, pois criou finalmente todas as condições para que se possam iniciar as obras relativas à nova ETAR da Companheira, no município de Portimão, bem como se perspetive para breve a contratualização da empreitada relativa à nova ETAR de Faro-Olhão. Sem desprimor para os restantes investimentos efetuados no ano ou em vias de serem efetuados num futuro próximo, a dimensão de cerca de 25 milhões de euros representada por estas duas obras justifica a sua referência especial.

O comportamento dos clientes também merece destaque. Foi possível recuperar dívida atrasada, reduzindo-se em quase 5 milhões de euros o saldo de clientes e passando o prazo médio de cobrança para 209 dias. Em época de crise e com o clima político vivido é de reconhecer e registar os elevados valores que norteiam os autarcas da região algarvia e que se materializaram neste comportamento.

Do ponto de vista operacional e de gestão de recursos é de assinalar a entrada em funcionamento da energia fotovoltaica como fonte alternativa de resposta ao consumo energético das ETA de Odelouca e Tavira. De notar também que, embora a construção das novas ETAR venha adequar melhor as exigências de tratamento das águas residuais, as praias com “bandeira azul” continuam a ser uma realidade por todo o Algarve, fruto da qualidade e profissionalismo dos serviços prestados pelas entidades que têm essa responsabilidade.

A Investigação e Desenvolvimento continua a ser um fator diferenciador da Águas do Algarve pelo número de projetos em que está envolvida, bem como pelo caráter internacional dos parceiros que deles fazem parte com intercâmbio muito estreito com a região espanhola da Andaluzia e com a Universidade do Algarve.

Por tudo o exposto e pelos resultados líquidos alcançados, que rondam os 7 milhões de euros e estiveram bastante acima dos orçamentados para o ano, estão mais consolidadas as expectativas para que se continue a ultrapassar, com sucesso, as dificuldades e os desafios que diariamente nos são colocados.

Finalmente uma palavra de apreço aos acionistas, órgãos de fiscalização e demais entidades públicas e privadas e, especialmente, a todos os trabalhadores da Águas do Algarve, S.A. que, apesar das dificuldades associadas à situação do País, souberam responder novamente, com empenho, determinação e responsabilidade, aos novos desafios que lhe foram sendo colocados no exercício da missão de serviço público prestado pela Águas do Algarve, S.A..



A-A Empresa

A-A Empresa

Quem somos

Missão, objetivos e políticas

Missão

A Águas do Algarve, S.A., tem como missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos e;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Objetivos

a) Assentando no pressuposto de que o preço justo da água deve cobrir os gastos do serviço, através de tarifas socialmente aceitáveis de forma a contribuir para o seu uso eficiente e para a proteção do ambiente, como forma de garantir a sustentabilidade do setor, foram definidos objetivos estratégicos e operacionais e medidas a adotar para a prossecução dos mesmos.

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
Universalidade, Continuidade e Qualidade do Serviço	<ul style="list-style-type: none">- Servir 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água, com pelo menos 90% na área de cada sistema e servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos 70% da população abrangida- Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade de serviço- Estabelecer, a nível nacional, tarifas ao consumidor final tendencialmente evoluindo para um intervalo compatível com a capacidade económica das populações- Garantir a recuperação integral dos gastos incorridos dos serviços
Sustentabilidade do setor	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado e local- Garantir uma abordagem integrada na prevenção e no controlo da poluição provocada pela atividade humana e pelos sectores produtivos
Proteção dos valores ambientais	<ul style="list-style-type: none">- Aumentar a produtividade e a competitividade do sector através de soluções que promovam a ecoeficiência

b) Em termos de grau de cumprimento dos objetivos, podemos referir que a Águas do Algarve, S.A. tem vindo a superar as metas estabelecidas. Segundo a entidade reguladora (ERSAR) em 2014 a Águas do Algarve, S.A. manteve os graus de acessibilidade física do serviço no abastecimento de água e no tratamento de águas residuais obtidos em 2013 (99% no abastecimento de água e 97% nas águas residuais). Relativamente a 2015, embora os dados ainda não tenham sido reportados a esta entidade, estima-se que não sofram alterações.

Em termos de qualidade do serviço prestado aos utilizadores, a Águas do Algarve, S.A. é avaliada anualmente pela ERSAR, tal como consta da publicação “RASARP - relatório anual do setor de águas e resíduos em Portugal”. No ano de 2014 a Águas do Algarve, S.A. apresentou 75% dos indicadores relativos ao Abastecimento de Água em conformidade com o preconizado por esta entidade como “qualidade de serviço boa”. No caso dos indicadores de Águas Residuais, 56% dos indicadores apresentam uma “qualidade de serviço mediana” ou superior.

Para 2015, não se verificam alterações aos indicadores referido contudo desenvolveram-se ações no sentido de serem iniciadas novas infraestruturas que irão melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados, designadamente no Sistema de Saneamento.

Efetivamente só com a entrada em serviço de novas instalações, tais como a nova ETAR da Companheira e a ETAR Faro - Olhão estima-se que estes indicadores venham a sofrer alterações consideráveis.

Políticas

Enquanto empresa do setor empresarial do Estado (SEE), de capitais exclusivamente públicos, a Águas do Algarve, S.A. funciona como um instrumento para a prossecução de políticas públicas nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, sendo a sua atividade fundamental para a concretização dos objetivos nacionais, através da implementação das medidas definidas e previstas no plano estratégico setorial em vigor (PENSAAR 2020).

Para garantir o desenvolvimento sustentável, a Águas do Algarve, S.A. conta com um modelo de governo robusto, baseado na ética e transparência, com respeito integral pelos princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado e numa estratégia empresarial que vai ao encontro das necessidades nacionais garantindo a sustentabilidade das operações, a eficiência e qualidade dos serviços e a criação de valor.

A Empresa

Com 15 anos de atividade, a Águas do Algarve, S.A. é uma concessionária em “alta” pertencente ao Grupo Águas de Portugal, SGPS, S.A. e detentora das concessões de abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais para a região do Algarve.

As atividades desenvolvidas pela Águas do Algarve, S.A., pertencentes à unidade de negócio UNA-PD (abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em “alta”) do Grupo Águas de Portugal - SGPS, S.A., constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

Os Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Algarve são dos investimentos mais importantes dos últimos anos no Algarve, dos pontos de vista do desenvolvimento sustentável, da diversidade e complexidade técnica bem como da dimensão e extensão do investimento na nossa Região.

Do ponto de vista técnico, trata-se do desenvolvimento de um projeto com objetivos muito claros, visando aplicar a uma situação regional específica as mais recentes conceções e práticas de tratamento e adução de água para consumo humano e tratamento e destino final de águas residuais num quadro de sustentabilidade ambiental.



Foi constituído em 1995 na sequência de concessões do Estado Português, por um período de 30 anos, através do então Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território, que criaram os iniciais sistemas multimunicipais de abastecimento de água ao Barlavento e Sotavento algarvio, tendo sido, na sequência da construção da barragem de Odelouca, prolongado o prazo da concessão até 2037.

O atual sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve poderá fornecer, no horizonte do projeto, até 180 milhões de m³/ano, servindo uma população da ordem dos 500.000 habitantes em época baixa e mais de 1.000.000 habitantes, em época alta.

Os municípios abrangidos pelo sistema são os que constituem toda a região do Algarve, designadamente: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António e Monchique.

O investimento total em infraestruturas já construídas neste sistema, exclusivamente a cargo da empresa – Águas do Algarve, S.A. – totaliza mais de 271 milhões de euros, nos quais está incluído o projeto de construção da Barragem de Odelouca, no valor de aproximadamente 81 milhões de euros, prevendo-se ainda realizar cerca de 65 milhões de euros de investimento até final do período da Concessão, dos quais 21 milhões de euros são correspondentes a valores de reabilitação.

A barragem de Odelouca constitui uma peça fundamental do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve (SMAAA), cujo objetivo é o fornecimento de água para abastecimento público à região do Algarve. Esta albufeira localiza-se numa área de importante património ecológico, em sítio da Rede Natura 2000, pelo que o empreendimento tem uma forte componente ambiental. A Águas do Algarve obrigou-se assim a implementar um ambicioso programa ambiental, integrando um conjunto vasto de medidas de minimização, compensação e sobre compensação, que visam contribuir para os objetivos de conservação de espécies e habitats diretamente afetados pelo empreendimento, em especial o lince ibérico, a águia de Bonelli, as espécies endémicas de ictiofauna e as galerias ribeirinhas.

As infraestruturas já construídas e que atualmente compõem este sistema são as constantes do quadro seguinte:

Infraestruturas do SMAAA	Quantidade
Estações de tratamento de água (ETA)	4
Estações elevatórias	30
Pontos de Entrega	76
Reservatórios	17
Adutor [kms]	486



Foi constituído em 2001, também na sequência da concessão do Estado Português, por um período de 30 anos à Águas do Algarve, S.A. através do então Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, abrangendo igualmente todos os municípios da região do Algarve e prevendo um investimento global da ordem dos 340 milhões de euros.

O investimento já realizado neste Sistema, exclusivamente a cargo da empresa – Águas do Algarve, S.A. – totaliza mais de 215 milhões de euros, nos quais está incluído cerca de 40 milhões de euros de infraestruturas adquiridas aos municípios, prevendo-se

ainda realizar cerca de 125 milhões de euros de investimento até final do período da Concessão, dos quais 21 milhões de euros são correspondentes a valores de reabilitação.

Este sistema, em termos de desenvolvimento de projetos e obras, teve início em 2003, tendo como objetivo essencial dotar a região do Algarve com um sistema seguro, do ponto de vista da saúde pública dos cidadãos, melhorando os níveis de atendimento e promovendo a qualidade ambiental, designadamente a qualidade da água das praias, rios e lagoas do Algarve, que são fator essencial para o bem-estar da população e para o desenvolvimento económico e turístico da região, e já possui em exploração atualmente as infraestruturas constantes do seguinte quadro:

Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Infraestruturas do SMSA	Quantidade
ETAR	66
Estações elevatórias	175
Coletor Gravítico [km]	249.6
Conduta Elevatória [km]	195.5

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do código das sociedades comerciais vem-se informar que os membros dos órgãos sociais não detêm ações da sociedade e o capital social da Águas do Algarve, S.A. era, em 31 de dezembro de 2015, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do código das sociedades comerciais, informa-se que na data do encerramento

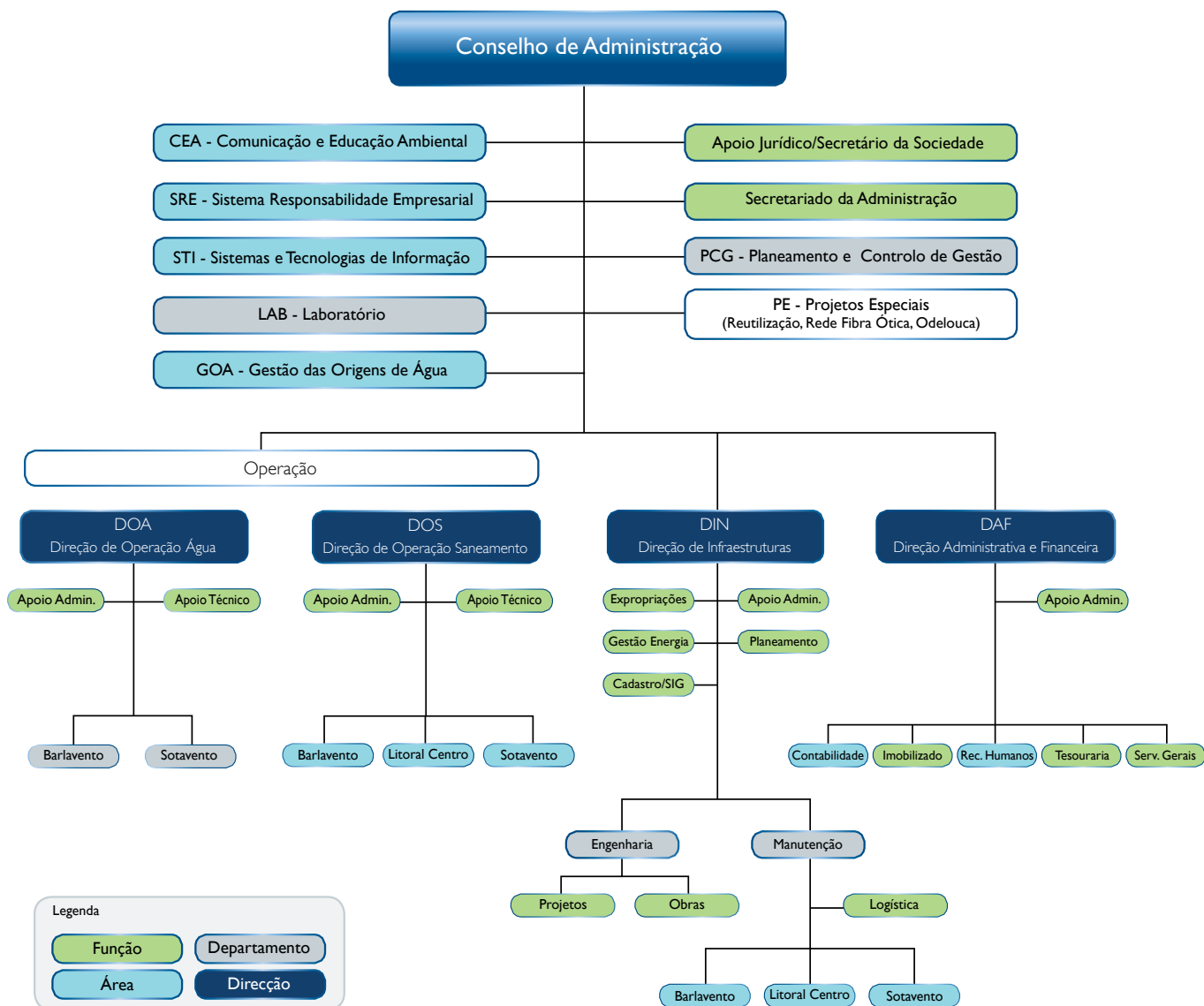
Acionistas	Ações Quantidade	Valor	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98%
Totais	5.965.000	29.825.000	100,00%

do exercício social o acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.247.447 ações com o valor nominal de 5,00€ (cinco euros), correspondentes a 54,44% do capital social da Águas do Algarve, S.A..

Nos termos do art.º 66 do código das sociedades comerciais, cumpre informar que no exercício de 2015:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;

A sociedade não tem qualquer sucursal.



Para o desempenho das suas atividades a Águas do Algarve, S.A. conta atualmente com um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão e exploração de ambas as áreas de negócio da empresa, abastecimento de água e saneamento de águas residuais. No que concerne às atribuições dos órgãos internos, são as que a seguir se descrevem:

Secretariado de administração – SEC

Órgão cujas competências e responsabilidades são:

- Secretariar o conselho de administração e a comissão executiva;
- Difundir das deliberações do conselho de administração e da comissão executiva;
- Apoiar a Administração na sua atividade regular, na gestão das agendas dos administradores e da correspondência recebida e expedida e;
- Assegurar a logística das reuniões preparando a documentação de suporte e as convocatórias.

Apoio jurídico / Secretário da sociedade

Órgão de apoio com as seguintes atribuições e competências:

- Elaborar pareceres / interpretações sobre a aplicação do contrato de concessão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos;
- Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação;
- Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada e;
- Assessorar a administração nas relações e obrigações estatutárias com os órgãos sociais da empresa.

Planeamento e controlo de gestão – PCG

Órgão de apoio à Administração a quem compete assegurar o planeamento e o controlo de gestão, garantir a elaboração do orçamento anual e o respetivo controlo orçamental mensal. Garante ainda a permanente atualização do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Empresa.

Prepara o Relatório e Contas Anual de acordo com as orientações da Administração e da Holding.

Proporciona atempada e de forma fiável toda a informação necessária de modo a promover e controlar o cumprimento atempado das obrigações perante o concedente.

Outras competências:

- Promover e controlar o cumprimento atempado das obrigações perante os acionistas e entidades oficiais;
- Assegurar a gestão da carteira de seguros da Empresa;
- Promover e coordenar a elaboração e negociação do orçamento e projeto tarifário;
- Coordenar e acompanhar as candidaturas a subsídios ao investimento;
- Promover coordenar e desenvolver os sistemas de gestão de informação para a gestão global da empresa abrangendo as diversas áreas funcionais e os vários níveis de decisão e;
- Coordenar, em articulação com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP, os processos de avaliação de risco empresarial e de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Projetos especiais – PE

Órgão criado com o objetivo de, para cada um dos projetos de atividade, assegurar o seu estudo técnico-económico e desenvolver, em articulação com as restantes áreas da empresa, a sua execução:

- Projeto Odelouca;
- Projeto de intervenção nos sistemas municipais de água e saneamento.
- Projeto de implementação das “Baixas”

Comunicação e educação ambiental – CEA

Compete a esta área da Empresa desenvolver e implementar o plano de comunicação global, onde se englobam a comunicação institucional, a educação ambiental, a organização de ações de comunicação interna, as iniciativas de responsabilidade ambiental e a relação com os órgãos de comunicação social.

Tem também como objetivo estratégico, o reforço da notoriedade da Empresa junto dos stakeholders, com especial atenção ao envolvimento da Empresa com a Comunidade servida, concebendo, acompanhando e participando nas diversas ações e iniciativas de comunicação externa, de educação ambiental e de responsabilidade social.

Sistema de responsabilidade empresarial - SRE

Órgão a quem cabe promover e coordenar as atividades relativas às obrigações de gestão ambiental, da qualidade, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do contrato de concessão e dos compromissos assumidos pela empresa.

Sistemas e tecnologias de informação - STI

Órgão com a responsabilidade de assegurar a operacionalidade e adequação dos equipamentos informáticos e de comunicação, de acordo com as necessidades colocadas pelas áreas de empresa.

Assegurar a aplicação de mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada, processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados. Assegurar o cumprimento da legislação vigente em termos de licenciamento de software.

Laboratório – LAB

Trata-se de um órgão de apoio à operação dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maioritariamente na área da monitorização e como garante do escrupuloso cumprimento dos parâmetros legais aplicável às águas para consumo humano, através da definição, implementação e acompanhamento do plano de controlo da qualidade da água (PCQA) e do cumprimentos dos parâmetros de descarga no saneamento.

Garantir o cumprimento integral de todos os requisitos da norma ISO/IEC 17025, bem como os requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.

Gestão das origens de água – GOA

Órgão que assegura, com os poderes delegados pela administração, a gestão partilhada dos recursos hídricos, de acordo com a legislação aplicável.

Assegura igualmente o cumprimento das obrigações dos contratos de concessão de captação de água.

Participa nos planos de gestão das bacias hidrográficas.

Direção administrativa e financeira - DAF

É responsável por assegurar a gestão financeira e contabilística da empresa, de acordo com a estratégia da administração e autonomia delegada, de forma a contribuir para o cumprimento dos objetivos da Águas do Algarve, S.A. e sua otimização financeira. Garante o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa. Gere a tesouraria assegurando a sua rentabilidade, assegurando a existência de liquidez a curto e médio/longo prazo, através de fontes de financiamento sem comprometer a solvabilidade da empresa.

Coordena a implementação de políticas e práticas de gestão de recursos humanos, de forma a incrementar índices de satisfação e produtividade dos colaboradores e otimizar os resultados da Empresa. É responsável pela coordenação da gestão documental da Empresa, cujas principais atividades se consubstanciam, designadamente, na receção e tratamento de documentação, bem como na recolha, ordenação e centralização de todos os documentos que circulam na Empresa, com a aplicação de normas de funcionamento de arquivos, de acordo com métodos e procedimentos estabelecidos.

Direção de infraestruturas – DIN

Esta direção é responsável por assegurar a conceção e construção de todos os órgãos necessários à captação, tratamento e adução de água para abastecimento e à recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis, cumprindo a legislação aplicável à adjudicação das empreitadas.

Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens e meios afetos à concessão, efetuando para tanto a manutenção preventiva, as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

Direção de operação água - DOA

Esta direção assegura o fornecimento, a cada um dos utilizadores, da água necessária à satisfação das suas necessidades em termos de quantidade, qualidade, constância e pressão, até aos volumes máximos diários que o sistema esteja, em cada momento, em condições de fornecer, tendo em atenção o dimensionamento do sistema e as necessidades dos respetivos utilizadores.

Coordena o sistema de segurança alimentar, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes.

Coordena as atividades relacionadas com o produto água para consumo humano, assumindo a responsabilidade pelo produto.

Direção de operação saneamento - DOS

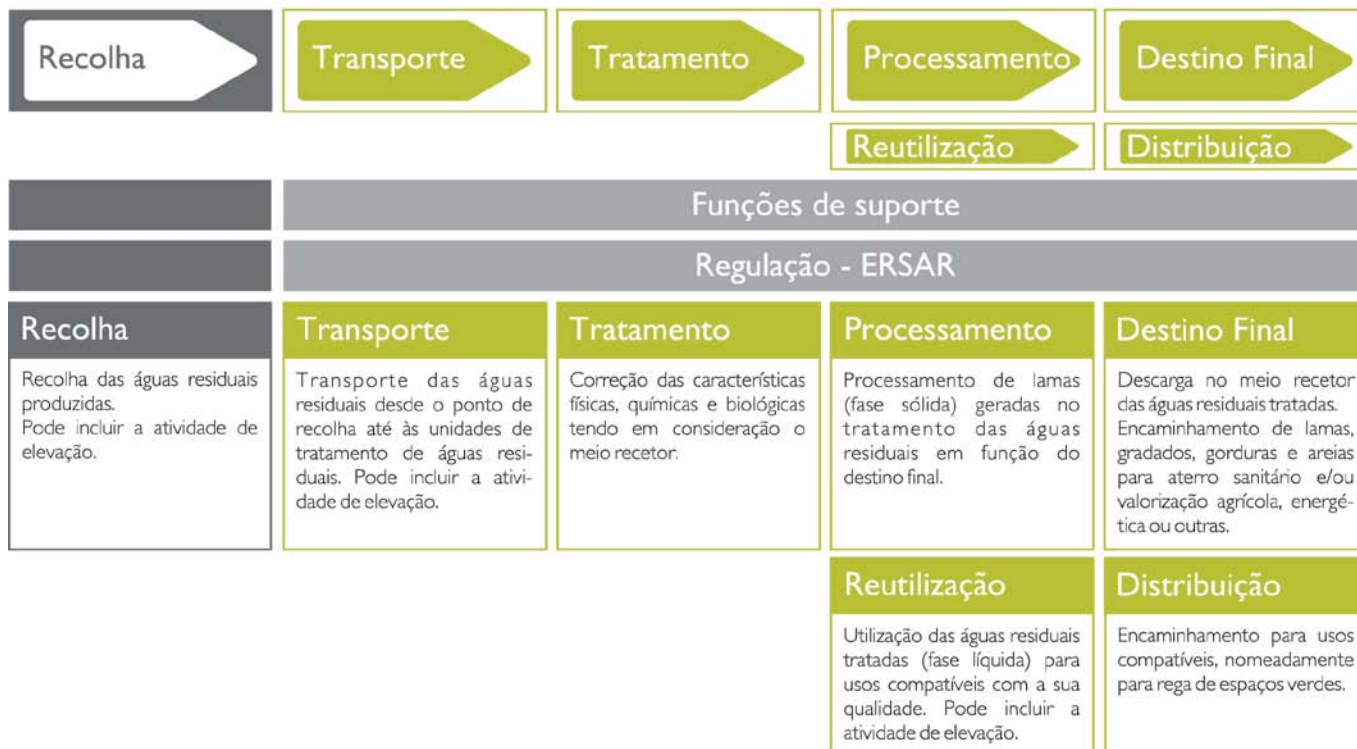
Esta direção é responsável por assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, a recolha, tratamento e rejeição de efluentes canalizados pelos utilizadores, cujo destino seja o sistema.

Posicionamento

Operação - Água



Operação - Saneamento



Carteira de Participações e Sucursais

A Empresa não possui participações nem detém sucursais.

Síntese de Indicadores

Síntese de Dados / Indicadores	2015	2014
Capital Social (€)	29.825.000	29.290.875
Capital Próprio (€)	43.235.145	40.640.752
Ativos Tangíveis e Intangíveis Brutos (€)	589.945.588	580.093.681
Ativo Líquido Total (€)	513.256.801	521.198.493
Volume de Negócios (€) - (excluindo serviços de construção)	55.985.526	53.821.957
Resultados Antes de Impostos (€)	9.038.614	8.707.087
Resultado Líquido do Exercício (€)	6.942.498	5.139.191
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	16,06%	12,65%
Rendibilidade do Ativo (%)	1,35%	0,99%
Autonomia Financeira - corrigida subs. Investimento (%)	36,77%	36,80%
Colaboradores em 31 Dezembro, excluindo órgãos sociais (nº)	157	158
Área Geográfica Abrangida (Km ²)	4.995	4.995
População Residente na Área Abrangida (nº)	453.839	453.839
Investimento/Empreitadas do Ano (€)	8.960.105	8.728.234
ABASTECIMENTO:		
Municípios (nº)	16	16
População Servida (nº)	408.849	408.849
Acessibilidade física ao serviço (%)	98%	98%
Volume de Água Vendida (103m ³)	68.463	64.802
Tarifa (€/m ³)	0,4710	0,4710
Pontos de Entrega (nº)	76	72
Estações Tratamento Água em Exploração (nº)	4	4
Rede Adutora (Km)	486	482
SANEAMENTO:		
Municípios (nº)	16	16
População Servida (nº)	363.460	363.460
Acessibilidade física ao serviço (%)	94%	94%
Efluente Faturado (103m ³)	37.954	36.112
Tarifa (€/m ³)	0,6304	0,6304
Estações Tratamento Água Residual em Exploração (nº)	66	65
Rede Coletores (Km)	447	418

Certificações

A Águas do Algarve, S.A. possui as seguintes certificações:

- Recomendação ERSAR nº2/2011 - Certificação do Produto "água para consumo humano" variante: sistemas de abastecimento público em alta;
- NP EN ISO 9001:2008 - Sistemas de Gestão da Qualidade;
- NP EN ISO 14001:2004 - Sistemas de Gestão Ambiental;
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 - Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho;
- SA8000:2008 - Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social;
- NP EN ISO 22000:2005 - Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar;

Destaques do Ano/Principais Acontecimentos

A Águas do Algarve, S.A. concluiu mais um ano de atividade com uma prestação de serviço de elevada qualidade e, mesmo com subida significativa do volume de negócios, conseguiu obter resultados no exercício de 2015 bastante acima dos atingidos no ano anterior. Face ao resultado líquido estimado no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) aprovado pelos Srs. Acionistas na Assembleia Geral realizada em 18 de Março de 2015, verificou-se um valor superior em cerca de 1,15 milhões de euros.

Relativamente à área de negócio do abastecimento de água, o fornecimento total de água faturada aos utilizadores em 2015 foi de 68.463.071 m³, representando um caudal médio diário de água fornecida de 187.570 m³/dia, sendo superior em 5,6% em relação ao ano de 2014. Pela primeira vez em dois anos, o fornecimento total de água faturada superou a soma dos volumes anuais previstos no Contrato de Concessão para o ano 2015, em 0,08%. O ano de 2015 registou um aumento do caudal fornecido de água em 7,2% face a 2014.

No ano de 2015 a operacionalidade do sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), não registou qualquer ocorrência que exigisse a interrupção do fornecimento de água aos utilizadores com consequências para o abastecimento público. A qualidade da água tratada e fornecida aos utilizadores servidos pelo SMAAA, no ano 2015, pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 100%, não se tendo verificado no Plano de Controlo da Qualidade da Água, qualquer incumprimento aos valores paramétricos estabelecidos no Decreto - Lei nº 306/07 de 27 de Agosto.

Na área de negócio do saneamento, em 2015 verificou-se um acréscimo da faturação face a 2014, em volume, na ordem de 2,37%, evidenciando uma continuidade relativamente aos últimos anos. O ano de 2015 registou um aumento do caudal tratado de saneamento em 6,5% face a 2014. Em termos do cumprimento dos normativos de descarga, durante o ano 2015, o desempenho situou-se ao nível dos valores do ano anterior; havendo a salientar o peso das três grandes ETAR de lagunagem que ainda permanecem em funcionamento, Faro, Olhão Poente e Portimão, para as quais já estão em curso procedimentos para a construção de novas ETAR.

O ano de 2015 foi caracterizado pela continuidade na recuperação de dívidas dos clientes cujo valor foi reduzido em cerca de 5 milhões de euros face a 2014. O endividamento bancário total foi reduzido em cerca de 6,8% tendo passado de cerca de 251 milhões de euros, em dezembro de 2014, para 234 milhões em dezembro de 2015. Este desempenho foi crucial para contribuir positivamente para os resultados líquidos atingidos. A antiguidade média dos saldos de clientes foi de 209 dias.

Em 2015, a empresa realizou mais de 114.000 horas de manutenção, sendo 79.715 horas para o abastecimento e 30.424 horas para o saneamento. Em 2015, no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 91%, tendo-se realizado 14.750 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 14.260 equipamentos.

Para a monitorização da qualidade da água do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, o Laboratório da Águas do Algarve, S.A. utiliza uma rede de amostragens com cerca de 260 pontos de colheitas, incluindo as origens do Sistema, tendo analisado em 2015 um total de cerca de 96.000 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia, para as matrizes de águas de consumo humano e águas naturais. Para monitorização dos planos analíticos do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, Laboratório da empresa possui uma rede de amostragens de cerca de 350 pontos de colheita, que inclui as ETAR, meios recetores de descarga de efluentes e um emissário. Em 2015, efetuaram-se cerca de 32.000 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química, microbiologia e biologia.

Relativamente aos investimentos, no ano de 2015, a Águas do Algarve, S.A. atingiu-se uma realização física de 9,1 milhões de euros, tendo sido 2,2 milhões de euros para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve e cerca 6,8 milhões de euros para o Sistema Multimunicipal de Saneamento.

Destacam-se os seguintes procedimentos lançados em 2015:

Abastecimento de Água:

- Reforço da adução ao concelho de Loulé - Fases 2 e 3;
- Novo Reservatório do Barlavento;
- Reabilitação e Substituição das Condutas Adutoras a Vila do Bispo e Sagres;
- Nova Conduta DN 500 (Penina).

Saneamento:

- Conceção e Construção da ETAR da Companheira;
- Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- Ligação da Freguesia do Algoz ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve;
- Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres;
- Conceção e construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres;
- Sistema Elevatório de Águas Residuais de Pinhal do Concelho (Albufeira);
- Ligação do efluente da Altura à EE2 do Subsistema de Vila Real de Santo António;
- Arranjos Exteriores e Colocação de Vedações na ETAR de Vila Real de Santo António;
- Sistema de Tratamento de Águas Residuais de S. Marcos da Serra.

Na vertente da comunicação com as partes interessadas, merece referência, a participação da Águas do Algarve, S.A. em diversos seminários, o acolhimento de visitas nas suas instalações e a colaboração com a comunicação social sempre que solicitada. No âmbito da responsabilidade ambiental e social, a Águas do Algarve, S.A., como tem sido prática habitual, esteve envolvida ativamente nas celebrações do dia da Árvore, dia da Floresta e o dia Mundial da Água, que se celebram a 21 e 22 Março respetivamente. Adicionalmente, a Águas do Algarve, S.A., voltou a ser parceira na organização da importante ação de cariz ambiental do Projeto Água Jovem, a qual envolve jovens de toda a região Algarvia.

A empresa continuou a privilegiar a prestação de informação aos Stakeholders através da divulgação de informação relevante no Relatório de Sustentabilidade consolidado do Grupo AdP.





B-Relatório de Gestão

A large, irregularly shaped area of blue watercolor paint serves as a background for the title. The paint is a vibrant blue with some darker and lighter variations, creating a textured, artistic effect.

B-Relatório de Gestão

B-Relatório de Gestão

I - Linhas Estratégicas

Introdução

A Águas do Algarve S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado, integra o Grupo Águas de Portugal, e tem como objeto a exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento, Abastecimento de Água ao Algarve e de Saneamento do Algarve.

Orientações Estratégicas para o Mandato 2015 - 2017

Deveres e Responsabilidades da Administração

O conselho de administração da Águas do Algarve S.A. no desenvolvimento das suas atividades e tarefas terá em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial, os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão definidas, nos termos da lei, designadamente os previstos no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelos mesmos e pela Tutela;
- Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa;
- Considerar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo titular da função acionista, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial;

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A., estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa e aceites no sector de atividade estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas Corporate e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

Orientações Estratégicas Gerais

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A., sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve:

- Cumprir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que lhe permita melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientados para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio rigoroso controlo dos encargos que lhe estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);

- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adotar sistema de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas do Algarve S.A., na qualidade de empresa do setor empresarial do Estado, deverá ainda:

- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética;
- Implementar uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
- Adotar as melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do Setor empresarial do Estado.

A administração da Águas do Algarve S.A. está obrigada ao cumprimento dos deveres de informação, nos termos e prazos fixados, junto da Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Tribunal de Contas, e outros, para efeitos de acompanhamento e monitorização.

Orientações Estratégicas Específicas

O conselho de administração da Águas do Algarve S.A., no quadro da missão definida deverá ainda no presente mandato (2015 - 2017):

- Assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudential gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- Prosseguir a promoção da eficiência, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água;
- Prosseguir a implementação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade económica e financeira das operações;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, através da implementação de soluções que conciliem o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações, em cumprimento das bases formuladas no âmbito do Compromisso para o Crescimento Verde;
- Desenvolver uma estratégia integrada de Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&D), promovendo o desenvolvimento de projetos-piloto, em tecnologias disruptivas com potencial impacto em termos de sustentabilidade e de eficiência no uso dos recursos, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- Desenvolver a sua atividade no quadro de uma rigorosa execução do plano estratégico setorial para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas (PENSAAR 2020), que corresponde à visão do Estado para o setor;
- Promover o aparecimento de economias de processo, através da possibilidade da integração dos sistemas em “baixa”, de acordo com a vontade livremente manifestada pelos Municípios envolvidos, e desde que as soluções encontradas sejam tecnicamente racionais e tornem evidentes os benefícios em termos de redução de custos unitários;
- Promover a melhoria da eficiência operacional das entidades gestoras, que devem procurar adotar, face à legislação existente, a organização-tipo mais apropriada, nomeadamente ao nível do quadro de pessoal, dos conteúdos funcionais, dos circuitos de informação, das rotinas administrativas, dos recursos financeiros, do planeamento, do orçamento, do controlo e da garantia da qualidade;
- Atingir as metas previstas no PENSAAR 2020 de acesso das populações aos serviços públicos de águas, promovendo a construção das infraestruturas ainda necessárias, com recurso a soluções e tecnologias adequadas que permitam a redução de perdas no sistema;
- Contribuir para a melhoria do estado ecológico e químico das massas de água tal como previsto no Plano Nacional da Água e na Diretiva-Quadro da Água e promover ações com vista à adaptação às alterações climáticas, bem como à conservação da natureza;
- Atingir os objetivos de continuidade e qualidade de serviço, quer no abastecimento de água, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, quer no saneamento de águas residuais, reforçando o cumprimento dos parâmetros de descarga, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, nomeadamente de tratamento;
- Assegurar os meios necessários para garantir a redução das infiltrações e afluência de águas pluviais;

- Desenvolver atividades que contribuam para o Crescimento Verde e para uma economia de baixo carbono que conduzam à minimização de resíduos e valorização dos subprodutos, eficiência de recursos, eficiência energética e recurso a energias renováveis que decorrem da sua atividade;
- Assegurar modelos de governança colaborativos com os municípios, potenciando as sinergias de uma gestão partilhada e da convergência de objetivos, com vantagens mútuas e em benefício dos consumidores;
- Atuar no estrito cumprimento do quadro legislativo e contratual, nomeadamente o regime jurídico do setor e a regulamentação ambiental, tarifária, da qualidade de serviço e da qualidade da água, de proteção do consumidor e da concorrência;
- Atuar no estrito cumprimento do contrato de concessão celebrado com o Estado, propondo a sua revisão sempre que os pressupostos se alterem significativamente, designadamente em termos de partilha de risco/benefícios;
- Atuar em colaboração e no respeito pelas atribuições das entidades públicas envolvidas no setor, designadamente a entidade reguladora e a autoridade ambiental, de recursos hídricos, de saúde, da defesa do utilizador e da concorrência;
- Praticar uma política tarifária no quadro dos princípios do “utilizador-pagador” e do “poluidor-pagador” que promova uma recuperação gradual de custos num ambiente de grande eficiência e compatível com a capacidade económica da população, nomeadamente da mais carenciada;
- Assegurar o aproveitamento otimizado do financiamento do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (P0 SEUR), priorizando projetos que maximizem o benefício dos investimentos já realizados, melhorem significativamente a qualidade do serviço, bem como o desempenho ambiental, e permitam tarifas aceitáveis para o nível de desenvolvimento económico e social das populações;
- Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e inovação do setor em colaboração com outras entidades, fatores essenciais para a garantia de qualidade geral, nomeadamente criando conhecimento endógeno, externalizando os conhecimentos da AdP e assegurando acrescente autonomia nacional;
- Promover o desenvolvimento do tecido empresarial nacional, criando melhores condições para o desenvolvimento do saber-fazer nacional e, conseqüentemente, o reforço da capacidade do tecido empresarial com criação de emprego e riqueza;
- Contribuir para a promoção da concorrência no setor, motivadora da inovação e do progresso técnico e, conseqüentemente, do aumento da eficiência e da qualidade dos serviços, minimizando as características monopolistas do setor e o risco de abuso de posição dominante e de outras práticas anti-concorrenciais, contrárias aos interesses dos utilizadores;

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal, o Conselho de Administração da Águas do Algarve S.A., obriga-se a:

- Adotar e executar a política de relacionamento entre as empresas participadas e o Centro Corporativo da AdP aprovada para o Grupo;
- Propiciar o desenvolvimento na empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação com outras empresas do Grupo Águas de Portugal, com vista a:
- Implementar uma gestão baseada nas competências e na capacidade produtiva do Grupo AdP;
- Assegurar uma cultura organizacional orientada para a utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência.

2- Enquadramento

A Envolvente

Global

Apesar de todas as medidas de estímulo adotadas, sobretudo ao nível das políticas monetárias nos países mais desenvolvidos, o crescimento económico global desiluiu em 2015 comparativamente ao que era esperado há um ano atrás, mantendo-se anémico. O segundo semestre de 2015 evidenciou uma atividade económica global ténue, também como resultado dos problemas e desequilíbrios nas várias economias emergentes impulsionadoras da atividade económica global no passado. A título de referência, o Banco Mundial (BM) reviu recentemente para 3,1%, as suas previsões para o PIB global em 2015, refletindo, sobretudo, a fraca performance das maiores economias emergentes bem como o fraco crescimento registado nas principais economias desenvolvidas. A combinação da dimensão e a atual integração económica das maiores economias emergentes, como o Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul – com a desaceleração simultânea destas economias teve efeitos colaterais significativos para o resto do mundo. Esta constatação assenta, fundamentalmente em três grande fatores: (i) o arrefecimento da economia chinesa, (ii) os baixos preços da energia e de outras commodities e (iii) um maior aperto das políticas monetárias dos Estados Unidos da América.

União Europeia

Em 2015, a economia europeia manteve-se suportada por um conjunto de fatores positivos, destacando-se, entre outros, o preço do petróleo, a taxa de câmbio do Euro e baixos custos financeiros. É com base no referido que se assistiu ao estímulo das exportações e do consumo privado. O investimento, contudo, manteve-se em níveis baixos, como consequência de políticas económicas incertas e em alguns países, da dívida excessiva. Estes fatores impossibilitaram uma inversão nos níveis de desemprego, fator crucial para a sustentabilidade da recuperação económica que se deseja. O PIB da Euroarea deverá fechar nos 1,6% em 2015 (1,9% na União

Europeia), abaixo das previsões de há um ano atrás. A taxa de inflação deverá ser nula em 2015 e a taxa de desemprego deverá rondar os 10%. Está-se perante um conjunto de indicadores económicos desanimadores que refletem uma economia globalmente pouco sustentada na União Europeia. Este desempenho resulta quer dos fatores acima referidos, quer da indefinição de políticas económicas na União Europeia com impactos negativos na confiança, e consequentemente na procura e no investimento.

Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 1,5% (face aos 0,9% verificados em 2014), aquém de previsões recentes, mais otimistas. Efetivamente, o registo do primeiro semestre permitira acalantar expectativas de que o PIB pudesse acelerar a sua trajetória, o que não aconteceu. No segundo semestre do ano a economia estagnou, tendo a taxa de variação homóloga desacelerado. O investimento apresentou uma tendência equivalente, registando um comportamento volátil ao longo do ano.

No que respeita à balança comercial, o ano ficou marcado pelo excelente comportamento das exportações. As exportações de material de transporte, de bens industriais e de consumo registaram os contributos mais elevados num ano que ficou também marcado pela retoma das exportações de combustíveis refinados. Fruto de um esforço e aposta na diversificação, a análise por país de destino revela também uma resiliência significativa, na medida em que esta boa performance ocorre apesar da queda das exportações de bens para Angola. Por seu lado, as importações aceleraram uma vez mais, tornando o padrão de expansão menos equilibrado. Mais uma vez, este facto surpreendeu e justificou o ritmo de crescimento económico que deverá atingir os 1,5%, aquém dos 1,8% que algumas entidades chegaram a prever no decorrer do ano. O contributo das importações para o crescimento anual do PIB deverá ser o mais negativo desde 2010. As importações, em volume, deverão registar um aumento anual bem mais elevado, semelhante ao verificado no ano anterior (+7,2%), refletindo por um lado a retoma da procura interna, mas também o aumento da componente importada das exportações (nomeadamente exportações de combustíveis mas também de automóveis).

O saldo das Administrações Públicas situou-se em aproximadamente 4,8 mil milhões de euros negativos (corresponde a -3,6% do PIB, que compara com os -8,9% do PIB em igual período do ano passado, ou com -5,1% se excluirmos a capitalização do Novo Banco) nos primeiros 11 meses do ano. Ainda assim regista-se uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 1,74 mil milhões de euros. Esta melhoria teve por base o efeito conjugado da diminuição da despesa (será de -1,9%, se refletirmos na queda da despesa, os subsídios à formação profissional, os gastos com pessoal e prestações de desemprego, bem como os juros. Estes, compensaram positivamente o acréscimo registado nas rubricas de investimento e de aquisição de bens e serviços) e um ligeiro aumento da receita (reflexo do aumento da receita fiscal, parcialmente compensado pela queda das restantes componentes). Estima-se que o saldo orçamental de 2015 supere os -4% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF, decidida no final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2,25 mil milhões de euros (1,3% do PIB estimado em 2015). Deste valor, cerca de 1,776 mil milhões são aportados diretamente pelo Tesouro português e, aproximadamente 490 milhões através de um empréstimo ao Fundo de Resolução.

A taxa de inflação regressou a valores positivos em 2015 e, em termos médios, fechará o ano perto de 0,5%. Todavia, permanece em valores historicamente baixos, facto que se justifica, parcialmente, pelos efeitos da queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional. Tendo em conta o peso das componentes de combustíveis no cabaz do IPC (6,2%), o contributo para a taxa de inflação homóloga será próximo de -0,6 p.p.. Significa que a taxa de inflação em 2015 rondaria 1,1% em vez de 0,5% previstos sem o efeito da queda do petróleo.

A trajetória da taxa de desemprego em 2015 surpreendeu positivamente. Há um ano atrás antecipava-se que a taxa de desemprego alcançasse 14%. Todavia, segundo informação do INE, a taxa de desemprego alcançou 11,9% no terceiro trimestre do ano, sendo igual ao trimestre anterior. Em termos médios, e atendendo à sazonalidade que tipicamente implica piores desempenhos deste indicador nos trimestres em torno dos finais de ano, antecipa-se que a taxa de desemprego se situe em 12,6%.

Algarve

O Algarve é das regiões da Europa em que existe maior concentração de emprego nos principais setores de atividade relacionados com o turismo, restauração comércio e com a imobiliária.

O setor do Turismo representa cerca de 45% do PIB regional, ou 66% considerando as atividades por ele induzidas. De acordo com os dados publicados pelo Turismo de Portugal, atualizados a novembro de 2015, cerca de 31,5% dos proveitos nacionais em turismo são do Algarve.

Complementarmente é também uma das regiões com menor taxa de emprego na Indústria, o que o expõe a uma maior fragilidade face a choques conjunturais. Contudo o balanço turístico da região, indica um aumento constante do número de dormidas na região nos últimos 5, com exceção do ano 2015, atualizado a novembro, em que houve um decréscimo de cerca de 2,6 % face a igual período de 2014.

Para melhoria da competitividade da economia regional, a par do turismo seria interessante o fomento do investimento em projetos industriais, em atividades transacionáveis, em serviços internacionais, como por exemplo em economia digital, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, etc.

Paralelamente, em relação aos produtos turísticos existentes seria interessante para a região apostar na qualificação e requalificação da oferta dando preferência a adaptações inovadoras nomeadamente para a oferta do turismo sénior, melhorar as acessibilidades, turismo de saúde, turismo cultural e de eventos desportivos.

De acordo com os dados disponíveis relativos a 2015, o Algarve registou cerca de 16,2 milhões de dormidas, menos 0,4 milhões face a igual período do ano anterior. Apesar da descida, embora ligeira dos valores no turismo da região, o consumo de água e tratamento de águas residuais, sofreram aumentos em 2015 face a 2014.

Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal;

O Sector

A Água e Saneamento no Mundo

"A água é a fonte da vida, da saúde e dos meios de subsistência em todo o mundo. O fornecimento de água potável é uma das responsabilidades básicas dos governos nacionais locais, e a água impulsiona as decisões das empresas e, em muitos lugares, determina o ritmo da vida diária." (Ban Ki-moon, 2015)."

O acesso aos serviços de água potável, saneamento e higiene, constitui um elemento fundamental para o bem-estar das comunidades e na saúde pública, tendo um impacto decisivo no nível de nutrição das mesmas. Com efeito, a subnutrição é causada por dietas inadequadas e/ou doenças, estando diretamente relacionada com fatores como a contaminação de água potável ou fracas condições de saneamento e hábitos de higiene.

Dada a importância desta matéria, o Conselho Consultivo da ONU para a Água e Saneamento (UNSGAB), recomendou uma revisão completa da maneira como a comunidade internacional lida com dois problemas socioeconómicos da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: a escassez de água e a insuficiência de saneamento. Simultaneamente identifica a escassez de água como principal risco mundial com impacto na sociedade (World Economic Forum, 2015) e prevê que a procura mundial pela água crescerá 55% entre 2000 e 2050 (OCDE, 2012).

Organizações internacionais e agências da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e o Fórum Económico Mundial, centram grande parte das suas preocupações e recomendações em torno deste tema e identificam um conjunto de factos e dados, reveladores da importância do mesmo.

Atualmente:

- Cerca de 1,7 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais onde o consumo de água supera sua reposição (Gleeson et al., 2012);
- Aproximadamente 10% da população mundial, ou seja, 663 milhões de habitantes, carece de fontes melhoradas de água potável, e estima-se que a população sem acesso a água potável chegue a 80% no meio rural (OMS/UNICEF JMP, 2015);
- O número de pessoas sem esse acesso é cada vez maior nas zonas urbanas e na África subsaariana, e pelo menos 1,8 mil milhões de habitantes utilizam uma fonte de água potável contaminada por fezes (Bain et al., 2014);
- Cerca de mais 700 milhões de pessoas deveriam ter acesso a saneamento básico para ser possível cumprir a meta relacionada com os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) até o final de 2015;
- Um em cada três habitantes, ou 2,4 mil milhões de pessoas, ainda carecem de melhores sistemas de saneamento, e uma em cada oito pessoas, ou 946 milhões de pessoas, defecam ao ar livre (OMS/UNICEF JMP, 2015).

Simultaneamente:

- A perda estimada nos países em desenvolvimento por falta de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento básico chega a 1,5% do produto interno bruto (PIB) (OMS, 2012), enquanto a prioridade dada ao gasto público com água varia muito entre os países, desde menos de 0,5% a mais de 2% do PIB (World Bank, 2009 & Glaas, 2014);
- Os sistemas de tratamento de água, nos países desenvolvidos, são incapazes de cobrir mais de 1/3 dos seus gastos básicos de gestão e operação (amostra de 1700 unidades). (IBNET, 2014).

É, também pelos factos descritos que, entre outras recomendações, o UNSGAB propõe:

- Aumentar e melhorar os fluxos financeiros, dando maior prioridade aos setores da água e do saneamento, bem como à gestão dos recursos hídricos, nos orçamentos nacionais;
- Dar maior ênfase à realidade de que a escassez, a contaminação da água e a deterioração dos ecossistemas relacionados com ela são uma ameaça para o desenvolvimento global;

- Desenvolver políticas nacionais e planos-diretores para o saneamento, que incluam estimativas de gastos, prazos e planos de financiamento sustentável, para garantir que os planos de investimento de capital sejam coerentes com as fontes de financiamento externas e internas.

De resto, também a UNESCO propõe como objetivos globais de desenvolvimento sustentável no sector da água para 2030, os seguintes pontos:

- Acesso universal a água potável segura e saneamento para todos;
- Redução do uso de água na agricultura em 20%, na indústria em 20% e no uso doméstico em 15% e aumento da produção de água em 50%.

(a agricultura apresenta consumos de água na ordem dos 70%, seguido da indústria com 18% e do uso doméstico com 12%);

- Aumento de 50% no número de países que adotam e implementam políticas e programas para o registo público dos direitos à água segundo a perspectiva IWRM (Gestão Integrada dos Recursos Hídricos);
- Redução em 30% da poluição na água nas principais fontes, através do aumento da recolha e tratamento de efluentes nas cidades em, pelo menos 80%, aumento do tratamento de efluentes até, pelo menos 95%, redução da poluição de fontes difusas em 30% e tomada de medidas para redução de poluentes na fonte;
- Redução de 50% nas perdas de vidas humanas e bens causados por acidentes relacionados com a água através da resiliência das nações.

A Água e Saneamento na Europ

Na Europa, a população capta, em média, cerca de 13% de toda a água doce renovável e acessível de massas de água naturais, incluindo águas superficiais e água subterrânea. O excesso de exploração continua a ser uma ameaça para os recursos de água doce na Europa (AEA, 2009).

A Garantia da Sustentabilidade Ambiental constitui o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Millennium em que uma das metas será a redução para metade, até 2015, da percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o acesso a fontes de água melhoradas, o saneamento e o tratamento de águas residuais aumentou nas últimas duas décadas. No entanto, em muitos países da Europa ocidental, o progresso tem sido muito lento. Em dez países, mais de 50% da população rural não tem acesso a água de qualidade, o que resulta num aumento de problemas de saúde.

Os cenários de alterações climáticas preveem grandes modificações na precipitação anual e sazonal, no regime hidrológico, inundações, riscos de erosão costeira e qualidade da água, bem como na distribuição de espécies e ecossistemas. As alterações climáticas terão grande impacto na qualidade das fontes de água, nas infraestruturas e no tipo de tratamento necessário para cumprir com os níveis de qualidade adequados.

As políticas de gestão da água na Europa e na União Europeia (UE) têm vindo progressivamente a adaptar-se às alterações climáticas, de modo a procurar salvaguardar no futuro a saúde pública e os ecossistemas.

O estudo da OMS Visão 2030 avalia a influência das alterações climáticas na água potável e no saneamento a médio prazo e o que pode ser feito para maximizar a resiliência da qualidade na água potável e dos sistemas de saneamento.

Existem diversas políticas e documentos, no seio da UE relacionados com os problemas da gestão da água (e.g. Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas; Diretiva Quadro da Água, Diretiva Inundações) e outros mais relacionados com os impactos potenciais da água na saúde humana (e.g. Diretiva relativa à água para consumo humano e Diretiva Águas Balneares). A Diretiva Quadro da Água estabeleceu, em 2000, um enquadramento para a gestão, proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos por toda a UE. Contudo, não foi possível alcançar, dentro do prazo previsto, o seu objetivo principal: "toda a água superficial e subterrânea em bom estado até 2015".

Em 2010, os Estados Membros da UE publicaram 160 Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas destinados a proteger e a melhorar o ambiente aquático. Os planos cobriam o período 2009-2015 e um segundo conjunto de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas, a vigorar no período 2016-2021, cuja conclusão estava prevista para 2015. Estes últimos têm como principais desafios melhorar o estado químico das águas superficiais e subterrâneas, bem como melhorar a eficiência no uso da água e a adaptação às alterações climáticas.

O "Plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa", apresentado pela Comissão em novembro de 2012, reitera a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. É, pois, importante que todos os setores que utilizam recursos hídricos, como a indústria, a agricultura, o turismo, o desenvolvimento urbano e a produção de energia, sejam geridos de um modo sustentável.

Este plano destaca a importância de financiar projetos de gestão de água, mas com a condicionante de que as novas infraestruturas de abastecimento de água só devem ser construídas em última instância, uma vez esgotados os esforços para diminuir a procura e maximizar a eficiência.

A variabilidade nas taxas de perdas nas canalizações de água por toda a Europa – de menos de 10% em alguns locais até mais de 40% noutros – também aponta para oportunidades de se conseguirem poupanças substanciais de água (AEA, 2012).

Uma revisão dos preços da água na Europa (AEA, 2013) concluiu que muitos Estados Membros estão longe do requisito da Diretiva Quadro da Água no sentido de recuperar os custos totais do abastecimento de serviços de água, incluindo os custos de recursos ambientais. Como evidência do referido são as tarifas de água para irrigação que, em especial, são muitas vezes altamente subsidiadas, facto que incentiva um uso ineficiente de água.

Adicionalmente e complementarmente, a Comissão Europeia propôs-se e propõe-se trabalhar com os Estados-Membros a fim de promover o cumprimento e estabelecer regimes de fiscalização mais eficazes para resolver problemas como o excesso de licenças e a captação ilegal.

Em resumo, o Plano para a Água determinou um conjunto de medidas para salvaguardar este recurso natural na Europa nos próximos anos, entre as quais se evidenciam: a tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água).

O Sector em Portugal

O Sector do abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento económico e social do país, tanto pela capacidade de gerar atividade económica e, conseqüentemente de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que tem conferido às condições de vida da população. O sector tem evoluído substancialmente nos últimos anos, nomeadamente ao nível das entidades gestoras, das infraestruturas, e de forma muito decisiva e visível, ao nível qualidade da água e do serviço prestado à população.

Em 2014, 95% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

As entidades gestoras do sector em Portugal estão abrangidas por um quadro legal de gestão e da exploração dos sistemas multimunicipais e municipais. São considerados multimunicipais os sistemas de titularidade estatal que sirvam pelo menos dois municípios e exijam a intervenção do Estado, em função de razões de interesse nacional (empresas Grupo AdP), e sistemas municipais todos os outros, relativamente aos quais cabe aos municípios, isoladamente, através de associações de municípios ou em parceria com o Estado, definir o modo de organização e gestão (titularidade municipal).

Assim, quando a titularidade é estatal, o modelo de gestão pode ser: direta (não existe qualquer caso); delegada (apenas a EPAL); ou concessionada (cujo exemplo são os sistemas multimunicipais pertencentes ao Grupo AdP).

Quando a titularidade é municipal ou intermunicipal, temos também as mesmas formas de modelos de gestão: direta – serviços municipais, municipalizados ou intermunicipalizados ou associações de municípios; delegada – empresas com ou sem parceria com o Estado e Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores; concessionada – parcerias público-privadas.

As entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais) abrangiam cerca de 71% da população e 79% do número de municípios abrangidos por entidades gestoras no mercado de abastecimento de água em alta. As entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta em Portugal abrangem cerca de 7,1 milhões de pessoas. O Grupo AdP é responsável pelo abastecimento de 6,7 milhões de pessoas (94%) em cerca de 192 municípios num total de 220.

Relativamente às entidades gestoras de serviços de saneamento de águas residuais em alta, cerca de 97% da população abrangida é assegurada por entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais), respeitante a 91% do número de municípios.

Ainda em 2014, o Grupo AdP obteve um volume de negócios de 626,2 milhões de euros o que representa 40% do volume de negócios total do setor de água e saneamento.

O Sector em Portugal em 2015

Em abril de 2015 foi apresentado o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020. Com a designação: “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”, que dá continuidade ao anteriormente estabelecido para o setor (PEAASAR I e II).

A gestão do PENSAAR 2020 está baseada num Quadro Estratégico, organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e num Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais. Este novo programa estará focalizado na gestão eficiente dos recursos e deverá centrar-se em temas como a reestruturação do setor, os recursos financeiros a mobilizar e a implementação do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).

A estratégia sectorial para o horizonte 2020, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável.

Em termos globais o sector é deficitário, sendo os custos 12% superiores aos proveitos – o défice agrava-se para 35% ao considerar a remuneração do capital. Face ao contexto do sector, existem desafios chave a lançar, destacando-se o equilíbrio tarifário, uma melhor regulação e a melhoria de eficiência. Para tal, encontram-se definidas duas linhas de atuação estratégica, que incluem as fusões em alta e as agregações verticais ou horizontais em baixa.

O ano de 2015 ficou marcado pela agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta. As novas entidades gestoras resultantes destas agregações (pertencentes ao Grupo AdP) são a Águas do Norte, a Águas do Centro Litoral e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Estas empresas fornecem serviços de águas em termos globais (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) a cerca de 80% da população portuguesa.

Com a reestruturação do sector das águas, pretendeu-se fazer face aos principais desafios com que o sector se depara, nomeadamente:

- Prosseguir com os investimentos necessários, estimados em valor superior a 3,7 mil milhões de euros até 2020;
- Aumentar a coesão social, através de uma harmonização tarifária em alta no território continental;
- Melhorar a regulação económica do sector, com uma entidade reguladora independente e fomentando a implementação de mecanismos de recuperação de custos (regulamento tarifário) e uma maior transparência na informação ao consumidor final (fatura detalhada);
- Gerir de forma mais eficiente, otimizando as operações do Grupo AdP e reduzindo gastos

A agregação dos sistemas multimunicipais teve como pilares estruturais a harmonização tarifária, promovendo a equidade territorial e contribuindo, por via do alargamento da solidariedade regional e através de ganhos de eficiência, para a resolução dos problemas de sustentabilidade económica e financeira de entidades do sector, nomeadamente dos desvios de recuperação de gastos (ou défices tarifários).

A Regulação

O grupo Águas de Portugal (grupo AdP), através das suas empresas operacionais, exerce duas atividades reguladas - abastecimento público de água e saneamento de águas residuais -, que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assenta nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial.

O grupo AdP atua nas atividades de alta, através dos sistemas multimunicipais e da EPAL, e nas atividades de baixa, através das parcerias Estado-Autarquias, da EPAL e da Águas de Santo André (AdSA), com modelos regulatórios diferenciados, sujeitos à intervenção da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Durante o ano de 2015 verificaram-se alterações legislativas relevantes, que importa ter presentes pelo respetivo impacto na organização do sector.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assentava, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Durante o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015, finalizaram-se os estudos em curso com vista à reestruturação do sector para a concretização da estratégia traçada pelo Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho. Este processo culminou com a publicação dos Decretos-Lei n.º 92, 93 e 94/2015, de 29 de maio, que criaram, respetivamente, por agregação os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal (AdCL), do Norte de Portugal (AdN) e de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT) e atribuíram as respetivas concessões.

O sistema do Centro Litoral de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Mondego, Simlis e Simria. O sistema do Norte de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Douro e Paiva, Águas do Noroeste, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Simdouro. O sistema de Lisboa e Vale do Tejo resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Centro, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano, Águas do Oeste, Águas do Zêzere e Côa, Sanest, Simarsul e Simtejo.

O Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, atribuiu ainda à EPAL a gestão delegada do sistema de Lisboa e Vale do Tejo e, para a concretização do disposto no artigo 8.º da Lei 10/2014, de 6 de março, determinou, por alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho, a sujeição da EPAL às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários, salvaguardadas as especificidades do seu modelo de gestão.

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como nos regulamentos, nas disposições e nas recomendações aplicáveis aos sistemas de titularidade municipal emitidas pela ERSAR.

Iniciou-se em Abril de 2015 a exploração do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Região do Noroeste, integrado verticalmente e explorado na Águas do Norte, que resulta da parceria Estado-Autarquias estabelecida com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, foi apresentada uma nova versão deste documento, que, nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei. Durante o ano de 2015 não se verificaram mais desenvolvimentos sobre esta matéria, sendo expectável que venham a ocorrer durante o ano de 2016.

No caso concreto da Águas do Algarve, S.A., não se verificaram alterações na regulação da atividade da empresa. Os contratos em vigor são os mesmos dos anos anteriores bem como o EVEF.

Regulação Económica

As atividades desenvolvidas pelas empresas operacionais do grupo AdP são reguladas pela ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e pelo disposto nos diplomas e contrato de concessão que regem a respetiva atividade.

As tarifas praticadas pelos sistemas multimunicipais são aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos estatutos da entidade reguladora e são calculadas com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

Nos termos do contrato de concessão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações líquidas de subsídios ao investimento, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista.

Os contratos de concessão determinam que a remuneração dos capitais próprios a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor do capital social e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

Os diplomas criadores dos sistemas multimunicipais agregados, Decretos-Lei 92,93 e 94/2015, de 29 de maio, estabeleceram a metodologia de cálculo, de registo e recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados. Este princípio ficou também consagrado nos contratos de concessão, os quais estabelecem, ainda, a aprovação explícita daquele montante por parte da ERSAR, tendo como referência um cenário de eficiência produtiva.

Nos termos dos diplomas e dos contratos de concessão daqueles sistemas, foram considerados desvios de recuperação de gastos:

- a) A diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido;
- b) A diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor de resultado líquido a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas para o cálculo das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem ter duas naturezas:

- a) Deficitária, quando se verifica uma insuficiência de resultados face ao que decorreria da aplicação das regras estipuladas para o cálculo das tarifas;
- b) Superavitária, quando se verifica um excesso de resultados face ao que decorreria da aplicação das regras estipuladas para o cálculo das tarifas.

No caso concreto da Águas do Algarve, S. A. Não foram criados mecanismos legais associados ao reconhecimento de desvios de recuperação de gastos na empresa.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2015 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2013, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

Nos termos da legislação, as entidades gestoras de sistemas estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pelas empresas do grupo AdP.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2004 que um conjunto de empresas do grupo AdP, a saber Águas do Noroeste – Sistema de Areias de Vilar, Águas do Douro e Paiva, Águas do Algarve e EPAL, reconheceram nos Planos de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que, capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1/março/2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos a APA cobra a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), que nos termos do Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro, (Reforma da Fiscalidade Verde) passou a penalizar os sistemas com perdas em alta superiores a 5% e em baixa superiores a 20%, impedindo, a partir de 2016, que a TRH associada a esses volumes pudesse ser repercutida nos clientes e obrigando a que fosse suportada pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

3- O Negócio

3.1. - Introdução

A Águas do Algarve SA é uma sociedade de direito privado e capitais públicos onde a Águas de Portugal, SGPS, SA, participa com a maioria do capital social, sendo o restante distribuído pelos municípios algarvios de acordo com o exposto na nota nº15 do anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Água e Saneamento em Alta

Sistema multimunicipal de abastecimento de água do algarve

O ano 2015 caracterizou-se pela mudança de paradigma relativa à produção e utilização de energia renovável através de fotovoltaicas nas Estações de Tratamento de Água (ETA) de Tavira e de Alcantarilha.

No concelho de Loulé, iniciou-se em 1 de Junho o fornecimento de água ao novo Ponto de Entrega de Pedra d' Água.

O fornecimento total de água faturada aos Utilizadores em 2015 foi de 68.463.071 m³, representando um caudal médio diário de água fornecida de 187.570 m³/dia, sendo superior em 5,6% em relação ao ano de 2014.

Pela primeira vez em dois anos, o fornecimento total de água faturada superou a soma dos volumes anuais previstos no Contrato de Concessão para o ano 2015, em 0,08%.

No ano 2015, a água não faturada representou 2,8% no total de 1.959.684 m³ de água.

Em 2015 realizou-se a transferência de caudais de água tratada através da interligação Barlavento - Sotavento, com recurso às duas Estações Elevatórias Reversíveis, com um volume total transferido no sentido Sotavento – Barlavento de 4.321.118 m³ de água, o que representa um aumento de cerca de 7,2% de água transferida em relação ao ano anterior. Iniciou-se a transferência de água no sentido Barlavento – Sotavento, no total de 66.281 m³ a partir de 17 de dezembro de 2015.

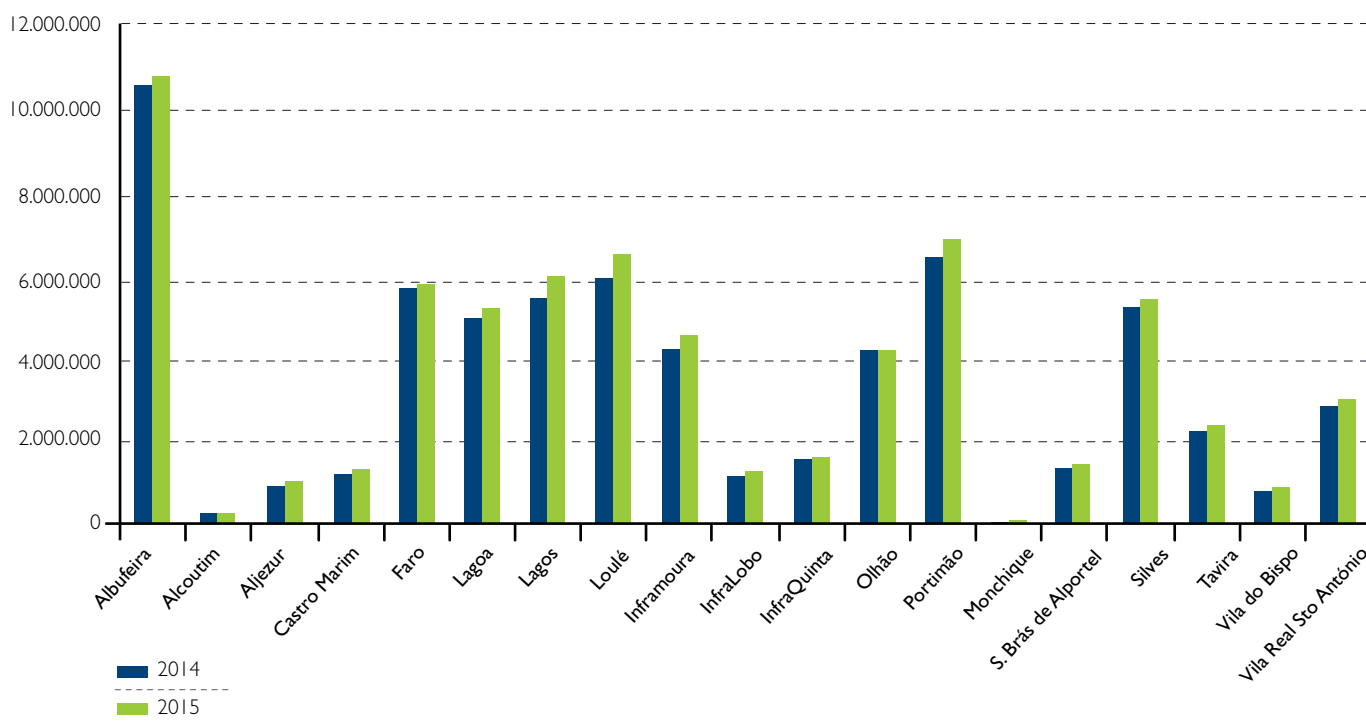
A taxa de utilização das Estações de Tratamento de Água (ETA) do SMAAA em 2015 atingiu no mês de Agosto, um valor médio de 60% correspondente a 293.134 m³/dia, superior em 0,25% ao ano de 2014, tendo-se tratado um volume total de 68.954.875 m³ de água no ano de 2015, representando um aumento do volume de água tratada de 5,4% em relação ao ano anterior.

No ano de 2015 a operacionalidade do SMAAA, não registou qualquer ocorrência que exigisse a interrupção do fornecimento de água aos Utilizadores com consequências para o abastecimento público superior a 6 horas.

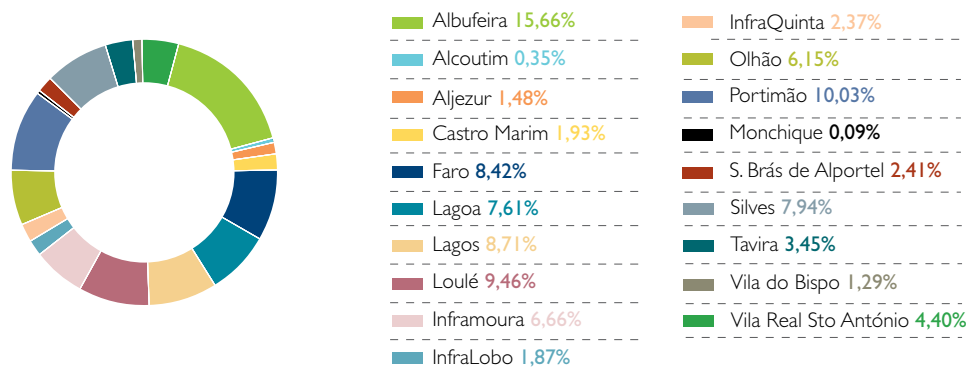
O Gráfico 1 apresenta a evolução global do fornecimento de água aos Utilizadores Municipais no ano de 2015 face ao ano 2014.

Mantém-se a forte sazonalidade no abastecimento público do SMAAA em época alta, com um fator de ponta de 1,63.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos volumes fornecidos por Utilizador Municipal verificados no ano 2015.



Evolução anual do volume de água fornecida aos Utilizadores Municipais nos anos 2015 e 2014 (m³).



Distribuição do volume de água fornecido em percentagem por Utilizadores durante o ano 2015.

O Município com maior percentagem de água fornecida foi o de Loulé, incluindo as empresas concessionárias em baixa InfraQuinta, InfraLobo e InfraMoura, representando 20,36% da água fornecida no SMAAA.

O Utilizador Municipal com maior volume fornecido foi Albufeira, representando 15,66% da água fornecida no SMAAA.

O Utilizador Municipal com menor volume de água fornecida foi Monchique, representando apenas 0,09% da água fornecida no SMAAA.

Qualidade da água fornecida para consumo humano

A qualidade da água tratada e fornecida aos Utilizadores servidos pelo SMAAA no ano 2015 pode considerar-se excelente, com uma conformidade de 99,9%, tendo-se registado cinco (5) incumprimentos na qualidade da água fornecida no âmbito do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água aprovado pela ERSAR, nomeadamente relativos aos parâmetros Enterecocos, Bactérias coliformes (por três vezes) e Bromatos, de acordo com os valores paramétricos (VP) estabelecidos no Decreto - Lei nº 306/07 de 27 de Agosto.

Produção e destino final de lamas do tratamento de água

Nas ETA's do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, foram produzidas 4.255,4 toneladas de lamas desidratadas e enviadas 3.660,1 toneladas de lamas para valorização no Complexo Industrial da Cimpor, em Loulé, representando, em relação ao ano anterior, um decréscimo de 19% na produção de lamas e de 22% nas lamas encaminhadas para valorização.

Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

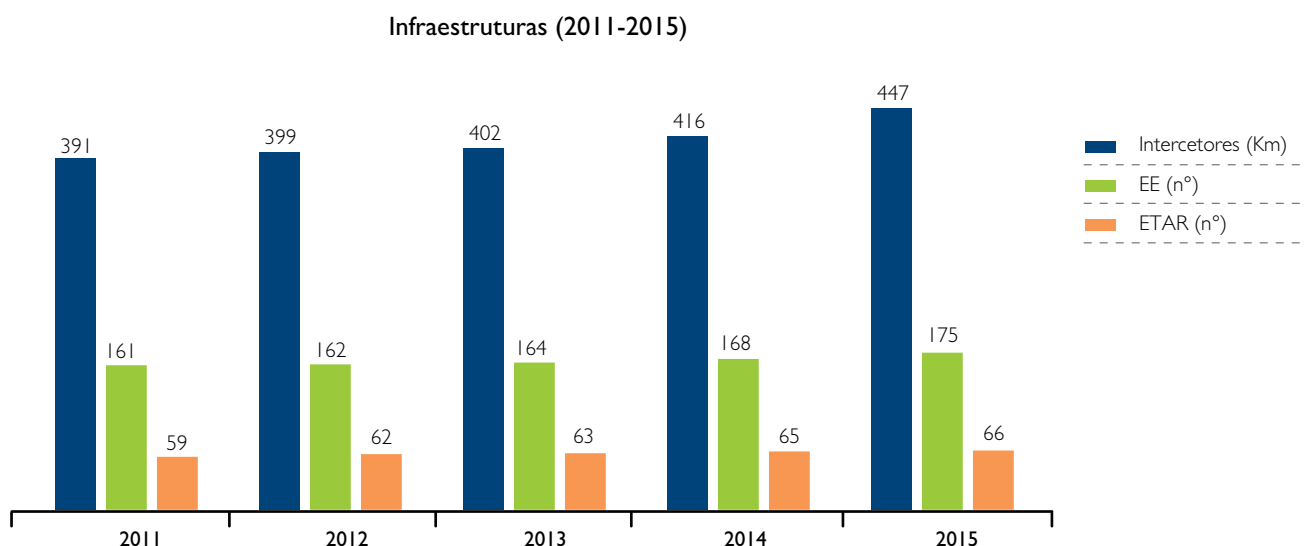
Principais características das instalações

No quadro seguinte, apresentam-se, resumidamente, as infraestruturas em exploração até final de 2015, no que respeita à extensão de interceptores, número de estações elevatórias (EE) e de estações de tratamento de águas residuais (ETAR), salientando-se que, no presente ano, entraram em exploração as seguintes infraestruturas e os respetivos sistemas interceptores:

- Subsistema de Albufeira Poente – EE 5, 6, 7, 8 e 9;
- Subsistema de São Marcos da Serra – ETAR e duas EE.

ANO	Interceptores (Km)	Estações elevatórias	ETAR
2015	447,3	175	66

A evolução do número e da extensão de infraestruturas no SMSA é representada na figura seguinte (2011-2015).

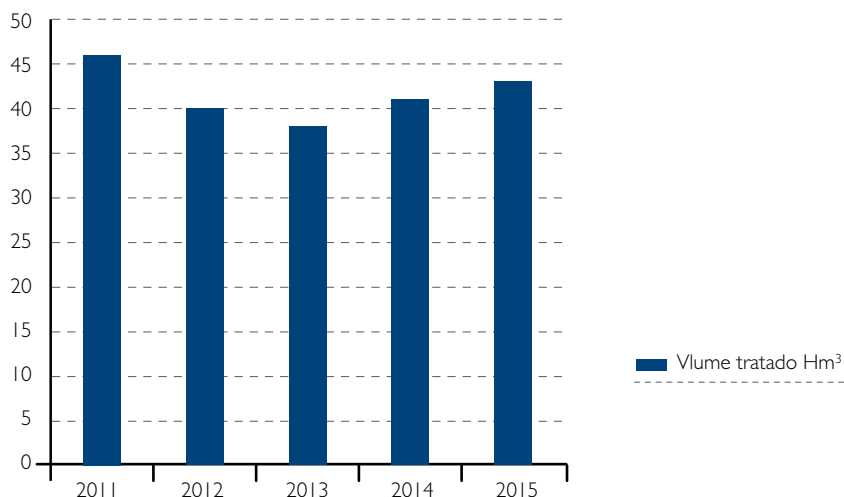


Infra-estruturas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, no período compreendido entre 2011 e 2015

Durante 2015 verificou-se um aumento na extensão de interceptores em exploração devido à entrada em exploração das EE 5, 6, 7, 8 e 9, no subsistema de Albufeira Poente.

Volume de água residual tratada

Durante o ano de 2015, o volume de água residual tratada foi de 43.144.345 m³. Na figura seguinte estão representados os volumes anuais (em hm³), desde 2011.



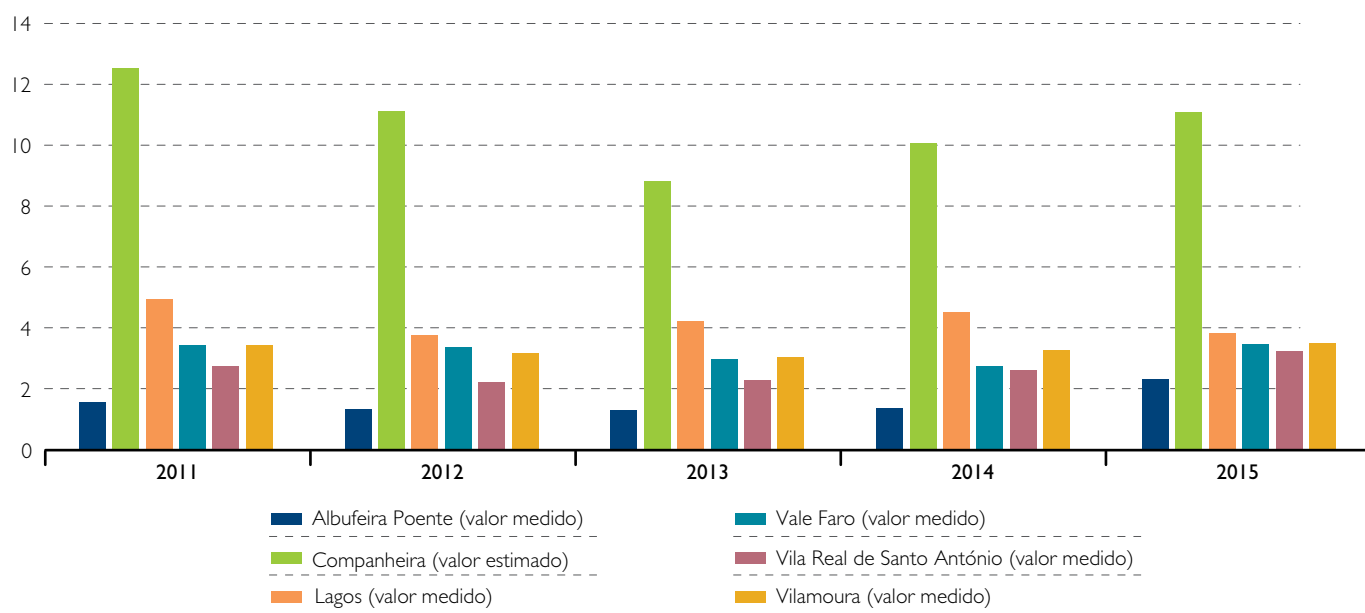
Volume anual de água residual tratada no SMSA (hm³), no período compreendido entre 2011 e 2015.

Regista-se um gradual aumento do volume de água residual tratada, quando comparados os volumes de 2014 e 2015 com os valores obtidos em 2012 e 2013, o que poderá ser explicado pela situação de crise/abrandamento da atividade económica verificada de 2011 a 2013.

Volume de água residual tratada nas ETAR capacidade superior a 100.000 habitante-equivalente

Na figura seguinte são apresentados os volumes de água residual tratada nas ETAR do SMSA com capacidade superior a 100.000 hab-eq. (2011 a 2015).

Volume de água residual tratada nas ETAR com capacidade superior a 100.000 habitante-equivalente (hm³)



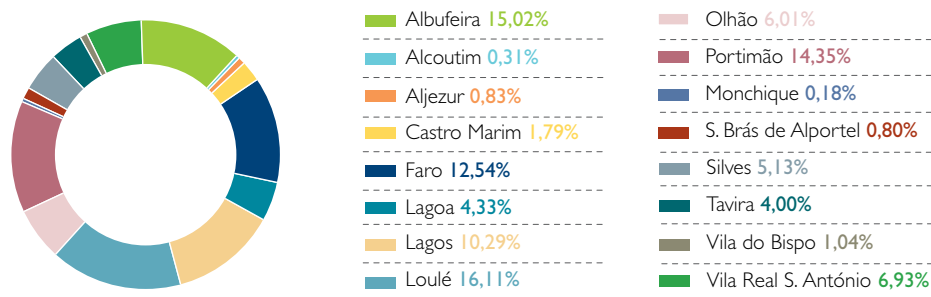
Volume anual de água residual tratada no SMSA (hm³), no período compreendido entre 2011 e 2015.

Excetuando a ETAR de Lagos, nas restantes observa-se um aumento no volume de água residual tratada.

Volume de água residual faturada

Durante o ano de 2015, foi faturado aos Utilizadores do Sistema um volume de água residual de 37.954.277 m³, apresentando-se na figura seguinte o volume de água residual faturada por Município (m³).

Água residual faturada por Município (%)



No quadro seguinte são comparados os volumes faturados, em 2015, por Município com os previstos no Contrato de Concessão para o mesmo ano.

Município	Volume AR faturada 2015 (m ³)	Volume AR CC 2015 (m ³)	Varição (%)
Albufeira	5.700.635	7.776.980	-27%
Alcoutim	117.175	301.938	-61%
Aljezur	314.941	600.608	-48%
Castro Marim	680.892	827.854	-18%
Faro	4.760.821	4.370.609	9%
Lagoa	1.644.887	3.372.138	-51%
Lagos	3.906.385	3.105.431	26%
Loulé	6.240.574	7.772.983	-20%
Monchique	68.252	454.532	-85%
Olhão	2.280.155	2.634.778	-13%
Portimão	5.444.772	6.290.947	-13%
São Brás de Alportel	304.502	535.826	-43%
Silves	1.948.509	3.730.352	-48%
Tavira	1.519.666	2.700.201	-44%
Vila do Bispo	393.936	707.704	-44%
Vila Real de Santo António	2.628.175	3.244.945	-19%
TOTAL	37.954.277	48.427.826	-22%

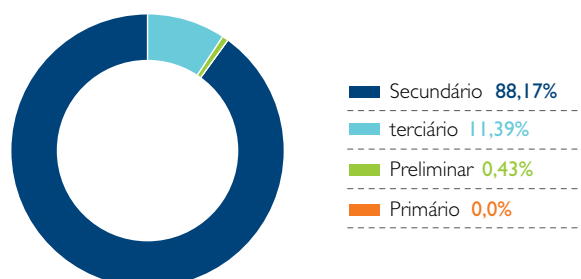
Excetuando os volumes de águas residuais tratadas dos Municípios de Faro e Lagos, os restantes têm valores mais baixos do que os previstos no Contrato de Concessão.

Dados de exploração

Volume de água residual tratada por nível de tratamento

Relativamente ao volume de água residual tratada, verifica-se que 88% ocorreu em ETAR com o nível de tratamento secundário e 11% com um nível de tratamento terciário, conforme figura seguinte.

Volume de água residual tratada por nível de tratamento (%)

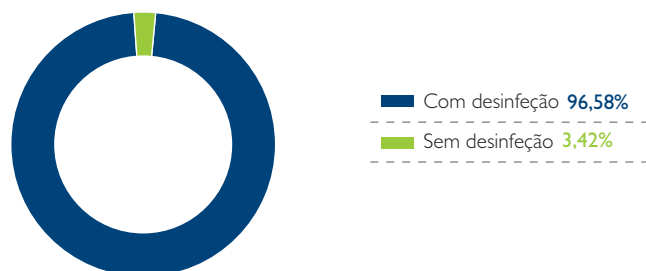


Os valores da figura foram similares aos obtidos em 2014, no entanto, houve um aumento do volume de água residual tratada nas ETAR com níveis de tratamento secundário e terciário.

Volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica

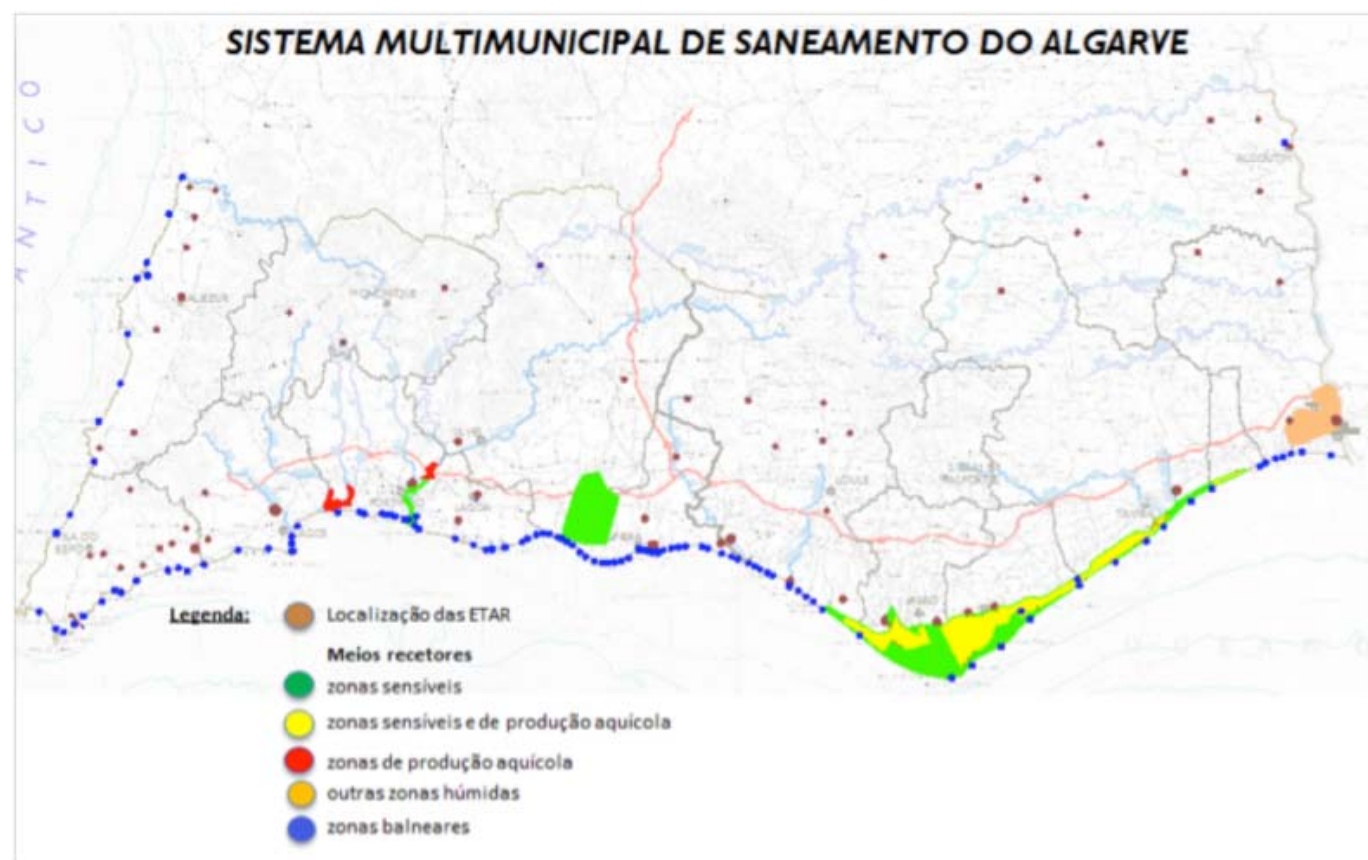
No que respeita à desinfecção microbiológica, 97% do efluente foi tratado em ETAR com sistema de desinfecção por radiação UV, sistema de cloração associado e, ou em lagoas de maturação (as lagoas de maturação, com níveis de remoção microbiológica inferiores, correspondem a 40% do volume total).

Volume de água residual tratada com desinfecção microbiológica (%)



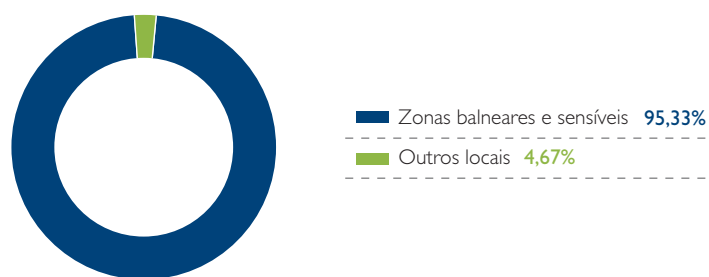
Localização das ETAR e dos meios recetores

As localizações das ETAR e dos meios recetores mais vulneráveis: zonas sensíveis, zonas húmidas, zonas de produção aquícola e zonas balneares, são apresentadas na figura seguinte.



No que se refere à capacidade de tratamento instalada no SMSA, 95% dessa capacidade localiza-se junto a zonas sensíveis, balneares ou com produção aquícola.

Capacidade Instalada (m³/dia) em %



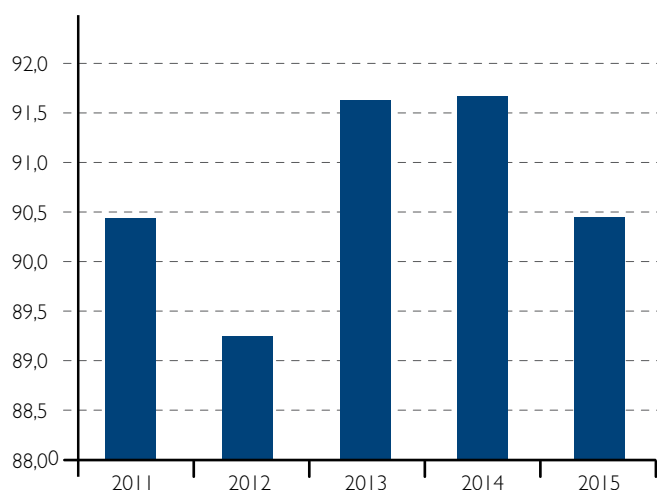
Relativamente a 2014, há a assinalar a entrada em funcionamento da ETAR de São Marcos da Serra.

Cumprimento dos parâmetros de descarga

Em 2015, efetuaram-se 10.011 determinações para controlo dos efluentes nas ETAR e nos respetivos meios recetores no âmbito do estipulado nas licenças de descarga.

O cumprimento dos parâmetros de descarga, desde 2011, é apresentado na figura seguinte.

Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)

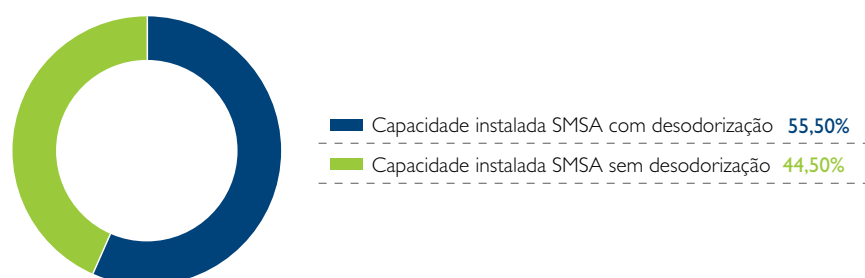


O valor do indicador é largamente influenciado pelos incumprimentos verificados nas ETAR da Companheira, Faro Nascente e Olhão Poente, encontrando-se em curso processos visando a construção de novas ETAR, com processos de tratamento distintos dos atuais.

Sistemas de desodorização no SMSA

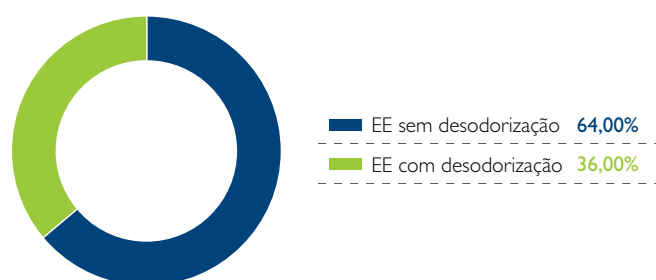
Nas figuras seguintes, apresentam-se as ETAR (em função da capacidade instalada em habitante-equivalente) e EE com sistemas de desodorização.

Sistema de Desodorização em ETAR - capacidade instalada



Verifica-se que, no que respeita à capacidade instalada em habitantes-equivalente, 55% das ETAR têm sistemas de desodorização.

Sistema de Desodorização em EE



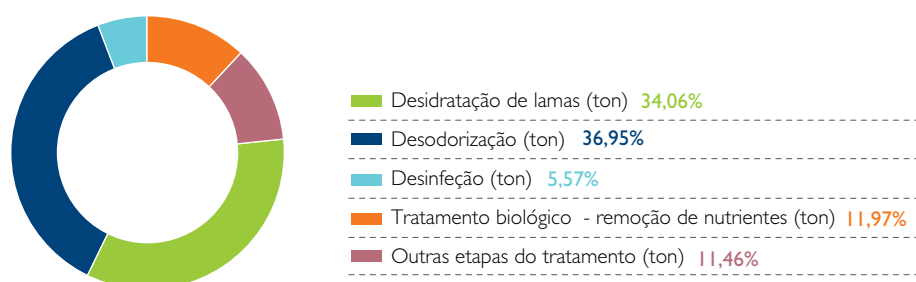
Relativamente às EE, 63 têm sistemas de desodorização (36% do total).

No que se refere à desodorização nos sistemas interceptores, em que está identificada a necessidade de correção de alguns problemas, quer seja com a libertação de odores, quer seja ao nível da segurança de pessoal e de proteção dos materiais, estão em curso vários ensaios, com vista à definição de soluções a adotar.

Reagentes

Em 2015, utilizaram-se 969 toneladas de reagentes, representando-se na figura seguinte a quantidade por etapa de tratamento.

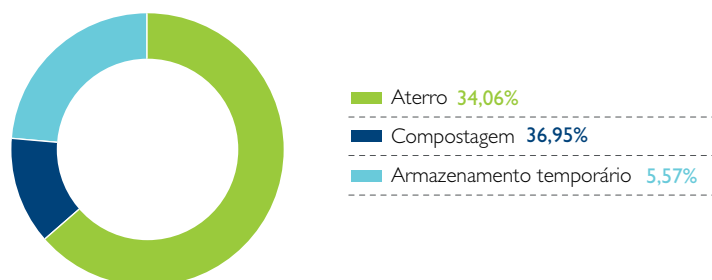
Quantidade de reagentes utilizados por etapa de tratamento (%)



Resíduos

Em 2015 foram produzidos 35.973 toneladas de resíduos. No destino, 80% dos resíduos foram valorizados. As lamas representam 92% do total de resíduos (33.099 ton), sendo a percentagem de lamas, por destino, apresentada na figura seguinte.

Destino das Lamas (%)



Em 2015, verificou-se um aumento de 12% de lamas produzidas comparativamente a 2014. Registou-se ainda, relativamente a 2014, uma diminuição significativa na quantidade de lamas enviadas para aterro (menos 35%).

Produção de biogás

Na ETAR de Lagos, única instalação onde é feito o aproveitamento do biogás, a informação referente à cogeração, em 2015, é a seguinte:

- Lamas enviadas para cogeração: 1.570 ton;
- Volume de biogás produzido: 202.830 m³;
- Energia produzida pela cogeração do biogás: 180.793 kWh.

Medidas de acompanhamento ambiental e de saúde pública

No âmbito deste descritor destacam-se as medidas mais relevantes de 2015:

- Monitorização da Lagoa dos Salgados no âmbito da Declaração de Impacte Ambiental da ETAR de Albufeira Poente;
- Monitorização da avifauna nas lagoas das ETAR de Faro Nascente e de Vilamoura;
- Controlo vetorial de mosquitos – programa de prevenção de doenças transmitidas por artrópodes. Este controlo é executado anualmente de maio a outubro nas ETAR do SMSA, efetuando-se, entre outras medidas, a aplicação de larvicida biológico e o corte de vegetação, bem como a monitorização periódico dos locais propícios ao aparecimento de larvas de mosquitos.

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A nível de I&D e Inovação, as participações da Direção de Operações Saneamento (DOS) foram as seguintes:

- No projeto europeu do programa COST (European Cooperation in Science and Technology) – Water_2020 (Conceiving Wastewater Treatment in 2020 - Energetic, environmental and economic challenges). Este projeto conta com a participação de empresas europeias da indústria da água e de instituições de I&D e visa promover a avaliação e implementação nas ETAR das melhores tecnologias disponíveis tendo em conta os aspetos económico, ambiental e social;
- Em várias candidaturas no âmbito de programas de I&D europeus, sendo aprovado, no âmbito do programa LIFE, o projeto IMPETUS (Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants). Este projeto, com caráter de demonstração, visa implementar medidas para melhorar a remoção de compostos farmacêuticos em ETAR com sistemas de tratamento por lamas ativadas;
- Na elaboração de várias propostas de candidatura no âmbito do programa transfronteiriço INTERREG-POCTEP, com vários parceiros portugueses e espanhóis, visando a melhoria do desempenho de alguns sistemas de tratamento, mediante a adoção de soluções inovadoras como sejam a adoção de serviços ecossistémicos ou de tecnologia menos consumidora de energia elétrica e com menor produção de lamas;
- Na colaboração com a FCT-UNL e com o LNEC, no âmbito duas teses de Doutoramento, que decorrem nessas instituições, através do fornecimento de dados de projetos e parâmetros operacionais de duas ETAR (Boavista e Faro Noroeste), que constituem casos de estudo dessas dissertações. Os projetos visam otimizar o desempenho das instalações, essencialmente a nível energético, consumo de reagentes e controlo processual;
- Na rede de I&D+I da AdP.

Em 2015 intensificou-se o uso do da ferramenta de modelação matemática de sistemas de tratamento, tendo-se calibrado e validado o modelo para as ETAR de Albufeira Poente e Vale Faro e iniciado a sua utilização na ETAR de Vilamoura. A aplicação destes modelos visa:

- Analisar o desempenho das instalações, face a alterações de parâmetros importantes, como as afluências e parâmetros de controlo operacional;
- Fornecer informação relevante na análise de cenários, tanto em termos de projeto, como a nível de operação das instalações.

Esta ferramenta inovadora foi utilizada por dois colaboradores da DOS nas suas dissertações de Mestrado. Existem ainda vários colaboradores da DOS que frequentaram, em 2015, o Mestrado “Ciclo Urbano da Água”, da Universidade do Algarve.

Laboratório

Controlo da água para consumo humano e respetivas origens

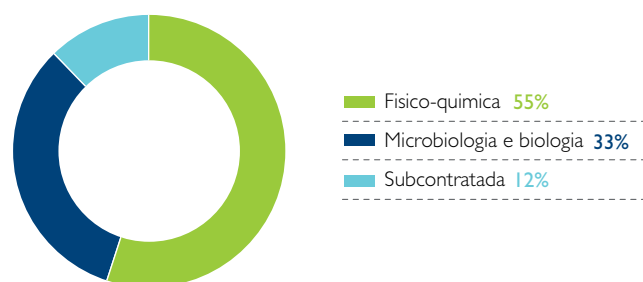
O controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano é efetuado de modo a cumprir não só a legislação nacional aplicável, como também as orientações da organização mundial de saúde, as especificações da Certificação em Segurança Alimentar (ISO 22000), bem como as especificações da Certificação do produto “água para consumo humano - variante sistemas de abastecimento público em alta”, segundo a Recomendação n°02/2011, da ERSAR.

Para além do controlo de qualidade das águas tratadas para consumo humano, é também efetuada a monitorização da qualidade das águas de origem captadas pela Águas do Algarve, S.A. (AdA), de acordo com o definido nos Contratos de Concessão (para utilização dos recursos hídricos) e nas licenças de captação (de águas subterrâneas e superficiais), no âmbito da Diretiva Quadro da Água.

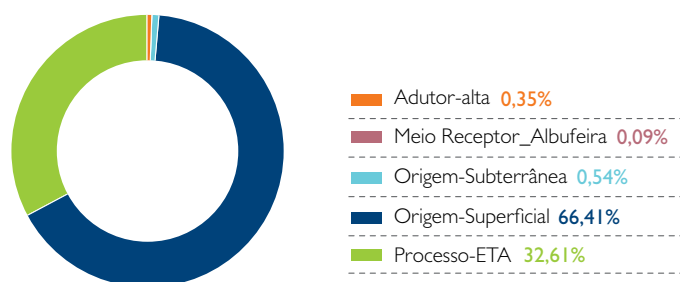
Todo o controlo analítico necessário para garantir a verificação da qualidade da água captada, produzida e distribuída, é assegurado pelo Laboratório da AdA, que garante a realização de todas as colheitas e análises, em conformidade com os respetivos planos analíticos (legais e operacionais).

Para a monitorização da qualidade da água, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragens com cerca de 260 pontos de colheitas, relativos ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA) e respetivas origens, tendo analisado em 2015 um total de cerca de 96.000 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO), para as matrizes de águas de consumo humano e águas naturais. Das análises realizadas ao SMAAA e respetivas origens, apenas cerca de 12% foram subcontratadas a outros Laboratórios.

Determinações analíticas no SMAAA, por área técnica



Distribuição da amostragem por tipo de pontos de colheita no SMAAA

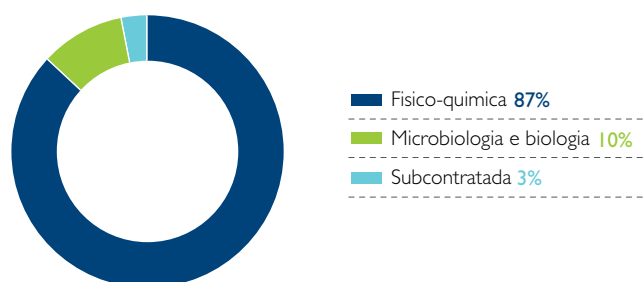


Controlo das águas residuais

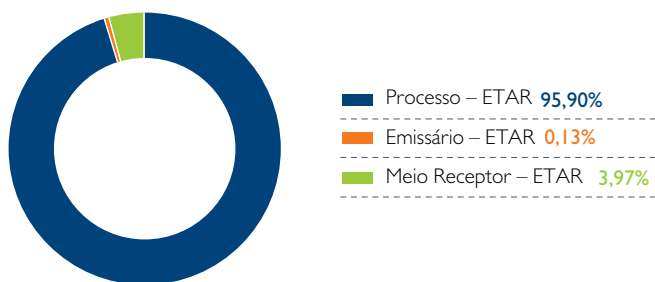
O Laboratório da Águas do Algarve é, desde 2012, responsável pela monitorização da qualidade das águas residuais do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA), nomeadamente pelas análises de cumprimento legal das licenças de descarga de todas as Estações de Tratamento de Água Residual (ETAR) e respetivos meios recetores, do SMSA, e também pelas análises de controlo operacional relativas às ETAR da zona central do Algarve (Zona 2 e 3 do SMSA).

Para monitorização da qualidade das águas residuais e dos meios recetores de descarga, o Laboratório da AdA utiliza uma rede de amostragens de cerca de 350 pontos de colheita (que inclui ETARs, meios recetores de descarga de efluentes e um emissário), tendo analisado em 2015 um total de cerca de 32.000 determinações analíticas nas áreas técnicas de físico-química (FQ), microbiologia (MB) e biologia (BIO). Tal como no ano anterior, a subcontratação de análises de águas residuais teve pouca expressão, correspondendo apenas a cerca de 3% de todas as análises realizadas.

Determinações analíticas no SMSA, por área técnica



Distribuição da amostragem por tipo de pontos de colheita no SMSA



Atividade complementar – venda de análises para clientes externos

De acordo com o despacho do Concedente o Laboratório da AdA encontra-se desde 2012 autorizado para o exercício da atividade complementar de realização de análises laboratoriais para clientes externos.

Ao abrigo desta autorização, foi celebrado no início de 2012, um Protocolo de prestação de serviços de análises com a empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA), que se manteve durante o ano de 2015. Adicionalmente, foram realizadas análises para outros clientes externos pontuais.

Do total das análises realizadas durante o ano de 2015, cerca de 7,4% corresponderam a análises realizadas para clientes externos.

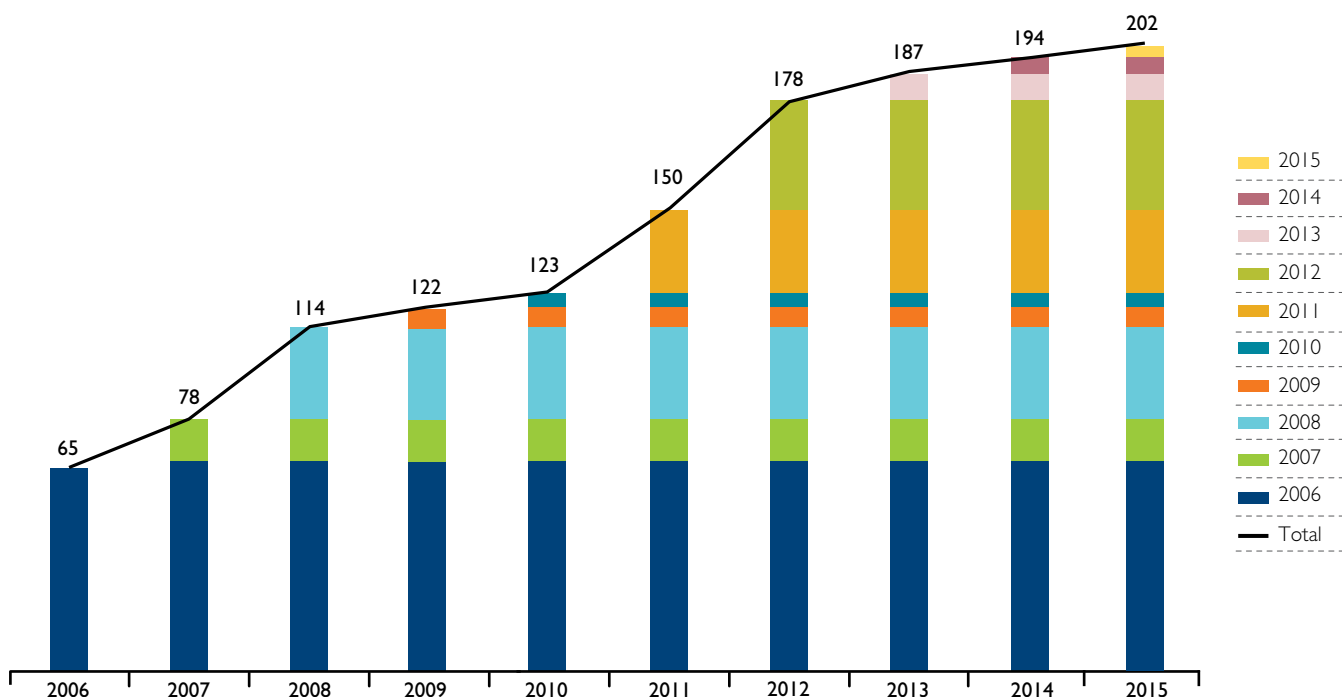
Métodos implementados no Laboratório da AdA

Com o objetivo de garantir o controlo da qualidade da água e dos efluentes líquidos, o laboratório da AdA tem atualmente implementados cerca de 160 parâmetros, aos quais correspondem cerca de 300 técnicas analíticas disponíveis para a realização de análises em águas de consumo, águas naturais e águas residuais.

Acreditação do Laboratório - norma NP EN ISO/IEC 17025

De modo a satisfazer as exigências regulamentares e legais aplicáveis ao setor - análises de águas (naturais, de consumo humano e residuais), o Laboratório da AdA encontra-se acreditado, desde 2006, pela norma NP EN ISO/IEC 17025.

Neste sentido, e de forma a dar resposta às exigências de monitorização dos planos analíticos contratualmente estabelecidos com os seus clientes (internos e externos), durante o ano de 2015, foi solicitado ao IPAC a extensão do âmbito da acreditação para 8 novas técnicas analíticas.



Para além das 194 técnicas analíticas acreditadas, o Laboratório da AdA manteve também a acreditação na área da amostragem para os diversos parâmetros físico-químicos, microbiológicos e biológicos analisados nas águas destinadas ao consumo humano e águas naturais.

Controlo de qualidade externo do Laboratório

O Laboratório da AdA participa anualmente em ensaios de intercomparação laboratorial (EIL), considerados como a principal ferramenta de controlo de qualidade externo. Este tipo de ensaios permitem comparar os desempenhos entre Laboratórios, a nível mundial, e assim garantir e evidenciar a qualidade das análises efetuadas no Laboratório da AdA. Para além de dar cumprimento a um dos requisitos da norma de acreditação (ISO 17025), os resultados destes ensaios permitem também validar as metodologias de análises, bem como os técnicos que as executam, calcular as incertezas das medições e evidenciar a fiabilidade dos resultados. À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório da AdA tem tido, sistematicamente, excelentes desempenhos ($\geq 95\%$) nos referidos ensaios de intercomparação laboratorial.

Apresentações, Protocolos e Projetos

O Laboratório da AdA integra, desde 2006, a Equipa da ISO 22000 /Plano de Segurança de Água (PSA) da AdA, assumindo a co-ordenação da Equipa de Segurança da Água (ESA). Neste âmbito está também envolvido no projeto PREPARED (Projeto Europeu com a vertente Plano de Segurança do Ciclo da Água), participa no grupo de trabalho da AdP para o PSA, tendo ainda entrado em co-autoria em várias comunicações e posters em congressos nacionais e internacionais.

No que respeita a participações em Comissões Técnica (CT), o Laboratório da AdA, manteve a sua colaboração com os vários grupos de trabalho promovidos pela RELACRE – Associação Portuguesa dos Laboratórios Acreditados – com o objetivo de estudar e debater os problemas específicos dos laboratórios, nomeadamente os relacionados com a gestão, a qualidade dos resultados e a elaboração de guias e documentos técnicos de trabalho.

Privilegiando a política de colaboração com outras empresas do grupo Águas de Portugal, SGPS, SA, foi dada continuidade à colaboração com a empresa Águas do Norte (AdN) e Águas do Centro Litoral (AdCL) e ex-SIMTEJO, ao abrigo da qual se realizaram auditorias internas aos Laboratórios da AdN, AdCL e ex-SIMTEJO no âmbito da norma NP EN ISO/IEC 17025. Para além do apoio e troca de conhecimentos entre empresas do grupo, esta cooperação teve como objetivo uma redução de custos com as auditorias internas dos laboratórios.

O Laboratório continua também a privilegiar a colaboração com instituições de ensino, nomeadamente Universidades, através da aceitação de estágios curriculares e mestrados.

No âmbito dos projetos de I&D, destacam-se as seguintes participações do laboratório:

- Integra, desde 2013, na equipa de trabalho do Projeto I&D SAFEWATER “Improving drinking water security management and mitigation in large municipalities against major deliberate, accidental or natural CBRN-related contaminations”, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma plataforma informática de gestão da qualidade da água que inclua toda a informação de sensores “on-line” e resultados analíticos de laboratório, bem como informação relevante de dados do processo de tratamento. Este projeto integra-se no Programa de financiamento FP7, da UE, tendo parceiros de diversos países entre os quais Alemanha, França, Israel, Suíça e Suécia;
- Integra também na equipa de trabalho do projeto “LIFE HyMemb - Tailoring hybrid membrane processes for sustainable drinking water production (ref. LIFE12 ENV/PT/001154)” associado ao Programa LIFE+, aprovado pela União Europeia. Este projeto é coordenado pelo LNEC, teve início em janeiro 2014, e tem uma duração prevista de 3 anos. O objetivo deste projeto é o de tipificar cenários e elaborar recomendações de utilização da tecnologia de membranas cerâmicas, num processo híbrido inovador que utiliza microfiltração e carvão ativado em pó, para produção de água para consumo humano em Portugal e na Europa.

Manutenção

Na área de negócio – abastecimento de água para consumo humano, no ano de 2015 o Departamento de Manutenção deu continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, dentro dos objetivos traçados para este serviço, de acordo com a legislação em vigor e com as normas internas da empresa, de modo a consolidar as certificações em qualidade, ambiente, segurança, responsabilidade social e HACCP no âmbito de construção, exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve e certificação do produto água para consumo humano em alta.

Terminada a Prestação de Serviços do contrato de Outsourcing de manutenção e no seguimento de novo concurso, iniciou-se em Julho de 2015 uma nova Prestação de Serviços, mantendo-se a mesma empresa do anterior contrato – BE WATER, S.A..

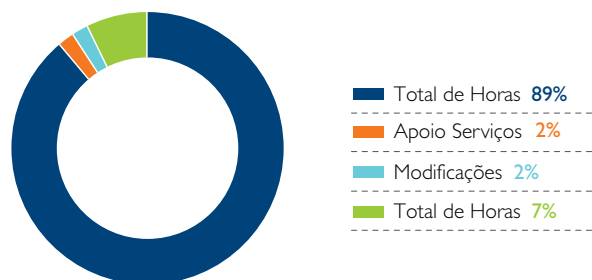
No ano de 2015, realizaram-se 14.750 intervenções de manutenção, abrangendo 4 ETAs, 33 estações elevatórias, 72 pontos de entrega, 18 furos de captação e 425km de adutores, com um total de 14.260 equipamentos.

Em 2015, na área de negócio água, a Águas do Algarve, S.A. conseguiu um cumprimento do plano de manutenção preventiva em 91%.

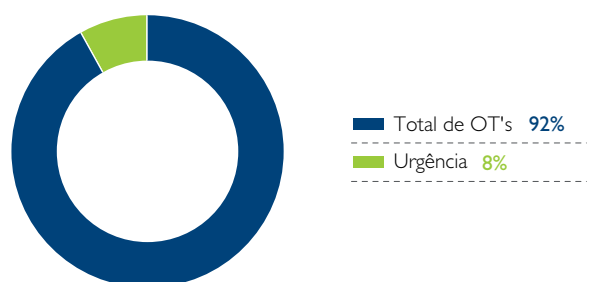
De salientar o esforço efetuado no sentido de manter toda a instrumentação analítica em perfeito funcionamento e dentro dos critérios de aceitação estabelecidos, de modo a dar cumprimento aos requisitos do Sistema de HACCP e da Certificação do Produto. Para tal foram realizadas nestes equipamentos 6.364 intervenções Preventivas e 119 intervenções Corretivas, que originaram 25.058 ensaios comparativos com Padrão.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

**HH's por tipo de trabalho
(Abastecimento)**



**Grau de Urgência - OT's
(Abastecimento)**



Relativamente ao ano anterior, tivemos um aumento em 1% da mão-de-obra em manutenção Preventiva, fixando-se em 87% em 2015, correspondendo a igual redução na mão-de-obra utilizada em manutenção Corretiva, passando para 8% em 2015.

O número de intervenções Urgentes mantém os mesmos valores desde 2013, mantendo-se em 8%, relativamente às intervenções de Rotina.

Tipo trabalho	(HH's)
Preventiva	69.609
Apoio a serviços	1.772
Modificações	2.160
Corretiva	6.174
Total de Horas	79.715

Grau de urgência	(OT's)
Rotina	13.527
Urgência	1.223
Total de OT's	14.750

Na área de negócio – saneamento, o departamento de manutenção assume a responsabilidade da gestão da manutenção das 2 zonas mais críticas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (zonas geograficamente mais centrais - Zona 2 e Zona 3).

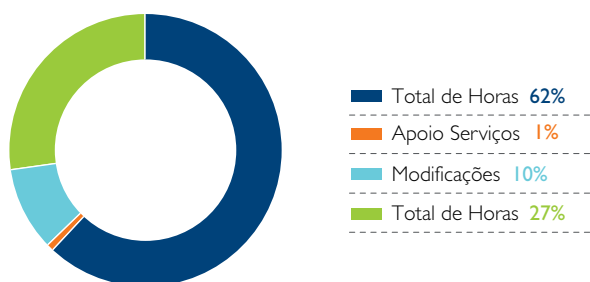
Nas Zona 2 e 3 estão localizadas 24 ETAR's e 71 Estações Elevatórias de Aguas Residuais.

No âmbito destas instalações, no ano de 2015 realizaram-se 6.541 intervenções num total de 10.473 equipamentos instalados.

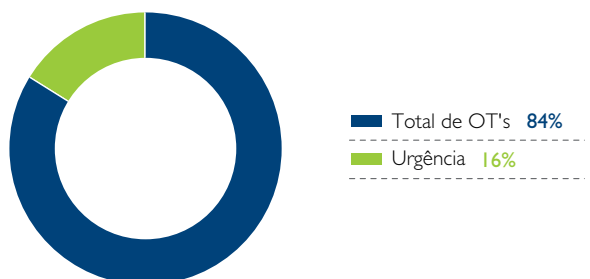
Terminadas as Prestações de Serviços destas 2 zonas em dezembro de 2014, em 2015 verificou-se a necessidade de serem efetuados diversos ajustes diretos para prolongamento dos contratos de Outsourcing, tendo em conta os sucessivos atrasos e contratemplos processuais que surgiram no decurso do concurso para as novas Prestações de Serviços. Esta situação levou a alguns atrasos e dificuldades de gestão que se refletiram, em particular, no cumprimento dos planos preventivos, situação refletida nas análises seguintes.

Nos gráficos seguintes, apresenta-se a distribuição do número de horas gastas por tipos de trabalho realizados e o número de ordens de trabalho por grau de urgência.

**HH's por tipo de trabalho
(Saneamento)**



**Grau de Urgência - OT's
(Saneamento)**



Relativamente ao ano anterior, tivemos um aumento da mão-de-obra em manutenção Corretiva de 40% para 43%, e uma redução da mão-de-obra em manutenção Preventiva que passou de 45% em 2014 para 38% em 2015. Ouve ainda um aumento de 3% em mão-de-obra utilizada em alterações/melhorias, no âmbito da melhoria contínua das instalações de saneamento.

O número de intervenções urgentes teve um aumento de 1% em relação a 2014, situando-se em 18%, relativamente às intervenções de Rotina.

Tipo trabalho	(HH's)
Preventiva	11.453
Apoio a serviços	635
Obra nova / alteração	5.064
Corretiva	13.272
Total de Horas	30.424

Grau de urgência	(OT's)
Rotina	5.338
Urgência	1.203
Total de OT's	6.541

Investimento

A componente de investimentos tem revelado elevada importância na continuidade do bom nível de serviço prestado à região do Algarve e na concretização dos compromissos assumidos quer para a Concessão relativa ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve (SMAAA), quer para a relativa ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (SMSA).

No ano de 2015 atingiu-se uma realização física das empreitadas na ordem de 83% face ao planeado, perfazendo 9,1 milhões de euros dos 11 milhões de euros inicialmente previstos.

Este desvio verificado nos investimentos (-1,9M€) ao nível dos dois Sistemas Multimunicipais sob a nossa gestão, deve-se fundamentalmente a dois fatores:

- i) Atraso no arranque da Empreitada de construção da Nova ETAR da Companheira. Tendo sido celebrado o Contrato de Empreitada em 20 de abril de 2015, seria previsível que o início dos trabalhos pudesse ocorrer em meados de setembro/outubro. No entanto tal não se revelou possível, dado que quer o processo conducente à obtenção do visto pelo Tribunal de Contas ao Contrato de Empreitada se tem revelado mais moroso do que o previsto, nomeadamente a aprovação pela Tutela da Declaração de Suficiência Orçamental, quer as exigências colocadas pela Autoridade de AIA e vertidas da Decisão de Conformidade do Projeto de Execução (DCAPE), antes da execução dos trabalhos;
- ii) Atrasos na contratação de algumas das empreitadas com realização física no ano de 2015, incrementados através da morosidade dos respetivos processos de contratação pública, cujos prazos foram substancialmente dilatados no tempo, face ao previsto inicialmente e devidos essencialmente à produção de respostas a pronúncias apresentadas pelos concorrentes sobre os teores de relatórios preliminares de análise de avaliação de propostas, respostas a erros e omissões, etc.

Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve



Durante o ano de 2015, para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve foi executado um investimento de cerca de 2,2 M€, dando continuidade à materialização de projetos de modo a aumentar a fiabilidade e a área coberta pelo atual Sistema.

Assim, no que concerne à elaboração de Estudos e Projetos, no ano em análise, deu-se continuidade à sua contratação a empresas da especialidade, dando-se como exemplo a contratação dos projetos referentes à “Adaptação do caminho do Porto da Figueira à cota da albufeira da Barragem de Odelouca – Ponte da Linha férrea e aqueduto de linha de água” e “Aquisição de Serviços para a Elaboração de Procedimentos de Contratação Pública para Substituição/Reabilitação de Coletores e Conduitas”.

De igual forma, com o objetivo de serem cumpridos os objetivos traçados para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de água do Algarve, foram desenvolvidos no decorrer do ano de 2015, um conjunto importante de projetos de execução, dando-se como exemplo:

- i) Reforço da adução ao concelho de Loulé - Fases 2 e 3;
- ii) Novo Reservatório do Barlavento;
- iii) Reabilitação e Substituição das Conduitas Adutoras a Vila do Bispo e Sagres;
- iv) Nova Conduta DN 500 (Penina).

Relativamente às empreitadas lançadas, em curso e concluídas no ano de 2015, refira-se que no seu global, o seu número foi algo diminuto face ao histórico recente; no entanto há a destacar a construção das seguintes infraestruturas:

- i) Empreitada do “Reforço de Adução ao Concelho de Loulé – Fase I – Parte I”, a qual se encontra concluída, sendo colocado em funcionamento o Ponto de Entrega da “Pedra de Água”;
- ii) Empreitada para a construção da “Conduta Elevatória Para S. Marcos – Nova Travessia Da Ribeira De Odelouca”, atualmente em fase de construção e a qual permitirá uma substancial melhoria da fiabilidade do atual sistema de adução a São Marcos da Serra, através da duplicação de condutas na zona da Ribeira de Odelouca;
- iii) Empreitada “EEI Beliche - Fornecimento e instalação de dois Variadores de Frequência (Aquisição de bens e serviços)”, através da qual se dotou esta estação elevatória de melhores condições de funcionamento e fiabilidade, assegurando-se a adequada adução ao Reservatório de Sto Estevão e desta forma à ETA de Tavira;
- iv) Empreitada para a “Execução de Ramais em Média Tensão para a Estação Elevatória da Estibeira e ETAR de São Marcos da Serra”.

Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve



No decurso do ano de 2015 foi realizado um investimento global de cerca de 6,8 M€ no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, através do qual no que se refere à execução de novas obras, reabilitações/ampliações e aquisição de infraestruturas de saneamento “em alta” aos Municípios aderentes ao Sistema.

À semelhança do mencionado para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, também para o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve deu-se continuidade à contratação de Estudos e Projetos a empresas da especialidade, destacando-se a adjudicação do Projeto de Execução para a “Prestação de Serviços para a Elaboração de Projetos e Processos de Concurso do Sistema Elevatório de Olhão e Reabilitação das Estações Elevatórias de Faro e Olhão”, o qual tem por objeto a conceção do sistema elevatório que efetuará o transporte dos efluentes do Sistema de Olhão Poente para a futura ETAR de Faro-Olhão. Ainda no âmbito do mesmo serão previstas as intervenções necessárias à reabilitação das estações elevatórias do Sistema de Olhão Poente (EEAR do Mercado e EEAR I I de Março) e do Sistema de Faro Nascente (EEAR EE3 – Lavadeiras).

Relativamente às empreitadas lançadas, em curso e concluídas no ano de 2015, refira-se que no seu global, o seu número sofreu um aumento significativo face ao ano de 2014, tendo existido condições que contribuíram de forma decisiva para tal, dando-se como exemplo a aprovação de uma série de investimentos incluídos no PAI (Plano de Atividades e Investimentos), assim como a evolução positiva registada nas condições económico-financeiras do país.

Assim, desta forma há a destacar, de entre outras, a contratação e a construção das seguintes infraestruturas:

- i) Conceção e Construção da ETAR da Companheira;
- ii) Construção das Estações Elevatórias EE5, EE7, EE8 e EE9 do Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- iii) Ligação da Freguesia do Algoz ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves;
- iv) Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve;
- v) Sistema Intercetor e Elevatório de Vila do Bispo e Sagres;
- vi) Conceção e construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres;
- vii) Sistema Elevatório de Águas Residuais de Pinhal do Concelho (Albufeira);
- viii) Ligação do efluente da Altura à EE2 do Subsistema de Vila Real de Santo António;
- ix) Arranjos Exteriores e Colocação de Vedações na ETAR de Vila Real de Santo António;
- x) Sistema de Tratamento de Águas Residuais de S. Marcos da Serra.

Eficiência Energética – Construção de Centrais de Produção de Energia Elétrica Fotovoltaica para Autoconsumo nas ETA's de Alcantarilha e Tavira

Aproveitando as excelentes condições solares típicas da região do Algarve, a AdA, aproveitando os incentivos comunitários (Programa Operacional Algarve 21), promoveu a construção de duas Centrais de Produção de Energia Elétrica Fotovoltaica para Autoconsumo nas ETA's de Alcantarilha e Tavira, as quais individualmente possuirão uma produção anual de energia em autoconsumo na ordem dos 771MWh.

Do ponto de vista ambiental a implementação destas duas centrais contribuirá no sentido de evitar a emissão de aproximadamente 725 tonCO₂/ano para a atmosfera.

Estas Centrais permitirão reduzir consideravelmente o consumo de energia elétrica nos períodos horários que correspondem em simultâneo às maiores exigências da rede elétrica de serviço público, e consecutivamente mais onerosos para efeito de aplicação de tarifas, nomeadamente os períodos de fornecimento de energia elétrica em horas de ponta e, em horas de cheia, correlacionadas com a disponibilidade de radiação solar.

Integração de Infraestruturas

No ano de 2015 houve lugar a formalização da integração de infraestruturas do concelho de Silves, no valor de 0,289M€.

Perspetivas para 2016

Na componente de Investimentos, o ano de 2016 será certamente um ano muito importante para a AdA, na medida em que se prevê o início da construção de duas das mais importantes ETAR's da região do Algarve, respetivamente a ETAR da Companheira, no concelho de Portimão e a ETAR de Faro-Olhão, no concelho de Faro, assim como o lançamento da empreitada para o Sistema Elevatório de Olhão, o qual permitirá desativar a atual ETAR de Olhão Poente e conduzir os seus efluentes para a ETAR de Faro-Olhão, investimentos estes que no seu global rondarão cerca de 36,4M€.

Outros negócios

A Empresa obtém rendimentos complementares resultantes da venda de energia da produção por painéis solares e da prestação de serviços de análises de laboratórios.

4- Sustentabilidade

Enquadramento

Prosseguimos em 2015, empenhados em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

O Grupo AdP, enquanto ator com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhado numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência. A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano sectorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

Durante o ano de 2015 o Grupo reviu a sua estratégia de sustentabilidade ajustando os princípios e compromissos e definindo novos objetivos e metas.

Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os accionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico.
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2015, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, e Energia numa lógica de transparência e credibilidade.

Ao nível da Responsabilidade Social, o Grupo manteve a aposta em políticas corporativas, nomeadamente dando continuidade ao programa de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos filhos dos seus colaboradores. Em 2015, foram atribuídas 20 bolsas de estudo de ensino superior no valor de 1.200 euros e 15 bolsas destinadas à educação especial no valor de 1.000 euros. De realçar que, no âmbito das bolsas de ensino superior atribuídas, sete representam uma renovação do apoio concedido em anos anteriores, incentivando a continuidade dos estudos.

Também de realçar a ação “Bootcamp em Empreendedorismo Social Águas de Portugal” dinamizada em parceria com o IES/SBS em que 40 colaboradores de todas as empresas do Grupo AdP, ligados à área da sustentabilidade e responsabilidade social, partiram para

uma formação intensiva rumo ao Empreendedorismo Social. A iniciativa teve por objetivos promover o encontro e partilha entre estes e, simultaneamente, proporcionar um momento formativo com relevância para o desenvolvimento e implementação de novos projetos na área de responsabilidade social. Muitas foram as ideias partilhadas durante as 48 horas de formação, que culminaram com a apresentação de 10 projetos de empreendedorismo social, de diversas áreas como o ambiente, saúde, educação, cultura e desenvolvimento comunitário.

Stakeholders/Partes Interessadas

A Águas do Algarve, S.A. considera de extrema importância o envolvimento com as partes interessadas, pelo que definiu vários processos na área da comunicação, para além das obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação.

Pretende-se, assim, estabelecer uma relação de transparência e confiança com o vasto universo de partes interessadas, nomeadamente, acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas



A Águas do Algarve, S.A. focalizou as suas atividades de 2015 com as partes interessadas em duas áreas:

- No âmbito da Comunicação, todas as atividades desenvolvidas tiveram como objetivos principais a manutenção da imagem, reforço de identidade, de valores e divulgação da atividade da Empresa na região, junto dos seus públicos interno (empregados) e externo (comunidade local, fornecedores, clientes, investidores, entidades públicas e cidadãos em geral), com base na estratégia interna e externa de comunicação e relacionamento, aprovada pela Administração;
- No âmbito da Educação Ambiental, esta é assumida pela empresa como sendo uma ferramenta necessária para alcançar o desenvolvimento da sociedade rumo à competitividade sustentável, pois contribui de forma decisiva para a construção de novos valores e atitudes, voltados para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução dos seus problemas ambientais e sociais. Os valores intrínsecos à educação ambiental contribuem para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão inserido na sociedade e no meio ambiente. A empresa nas diversas ações que preconiza na região algarvia, integra o envolvimento de todas as camadas da população: família, escola e sociedade.

Metodologia

As várias ações desenvolvidas em 2015 foram estruturadas de forma a abranger toda a população incluindo campanhas direcionadas para a população em geral e população escolar das diversas faixas etárias. Durante 2015, a AdA recorreu sempre que possível à realização de parcerias com entidades externas de forma atingir os propósitos definidos com o menor consumo de recursos.



Atualização de imagem Institucional

O Grupo AdP atravessa um processo de agregação de várias empresas, com a consequente alteração de imagem dando origem à existência de um novo Manual de Identidade Corporativa. Neste âmbito, têm vindo a ser efetuadas todas as necessárias atualizações com os novos logótipos, nomeadamente no que se refere à imagem institucional utilizada nos diferentes materiais de divulgação nas viaturas, identificação de infraestruturas, redes sociais, site, brochuras, institucionais, educação ambiental, sinalética, documentação diversa; etc....



Template de Email

Atitude, aparência e coerência na comunicação visual e verbal são ferramentas essenciais de uma Imagem com credibilidade. Melhorar, controlar a impressão que transmitimos aos outros é um ativo que devemos desenvolver e rentabilizar de forma inteligente. Porque o Email, é uma poderosa ferramenta de comunicação nas funções diárias, considerou-se fundamental a criação de um banner informativo para ser utilizado nesta ferramenta, de acordo com as várias ações promovidas pela empresa, ou no caso de não haver, com a colocação de uma mensagem alusiva à atividade da empresa. Basicamente, esta é uma ferramenta com atualização trimestral.



Visitas às instalações da Empresa

São realizadas com frequência visitas às instalações da AdA de várias naturezas: técnicas, de cursos profissionais de ensino, institucionais e/ou escolares.

A preparação de cada visita é efetuada de acordo com as diferentes características do Grupo, sendo efetuados os devidos ajustes quer na apresentação em sala, merchandising de oferta, e visita técnica aos espaços da instalação. Cada uma destas segue escrupulosamente todas as medidas de controlo e segurança definido para as visitas.

Este tema envolve ainda a montagem de kits de publicações institucionais para os visitantes, de acordo com os objetivos das visitas.

As visitas são habitualmente efetuadas por 3 áreas de interesse:

- Origens: Barragem de Odelouca
- Abastecimento de Água: Estações de Tratamento de Água - ETA
- Águas Residuais: Estações de Tratamento de Águas Residuais – ETAR

Relativamente à barragem de Odelouca, foram efetuadas 6 visitas, que compreenderam cerca de 200 visitantes. No âmbito das Águas Residuais, foram realizadas 9 visitas escolares às ETAR que compreenderam cerca de 250 visitantes, distribuídos pelas seguintes 4 infraestruturas:

- 5 Visitas na ETAR de Albufeira Poente;
- 2 Visitas na ETAR de Faro Noroeste;
- 1 Visita na ETAR de Vilamoura;
- 1 Visita na ETAR de Almgem

Relativamente ao setor do abastecimento de água, foram realizadas 29 visitas, compreenderam cerca de 800 visitantes, distribuídas pelas ETAs de Alcantarilha e Tavira.

As visitas no âmbito do abastecimento de água, são sempre em número superior que nas duas restantes áreas, o que se justifica pelo facto do tema ser parte integrante do currículo escolar dos 1.º, 2.º e 3.º ciclo escolar.



Participações publicitárias

É objetivo desta ação dar a conhecer, manter e conquistar a atenção dos vários públicos para a imagem institucional da Empresa, bem como para a sensibilização e reconhecimento pelas suas competências e capacidades quer a nível da água para consumo, quer no tratamento de águas residuais.

Comunicação Interna

Para ter uma imagem consolidada é necessário transformar os nossos funcionários em verdadeiros embaixadores da “boa vontade da empresa”. Neste sentido, é objetivo essencial tornar os nossos colaboradores pessoas influentes, informadas e integradas naquela que é a atividade e do que acontece na Águas do Algarve, S.A., fazendo-os sentir parte desta. A comunicação interna, é neste ponto imprescindível à empresa, tendo merecido também o apoio da Administração no desenvolvimento da sua atividade diária. Abaixo apresentam-se exemplos dos meios principais utilizados pela AdA para a prossecução dos objetivos acima definidos, durante o ano de 2015:

Intranet

Esta ferramenta tem como principal objetivo a centralização das informações internas da empresa num único local, com o intuito destas informações poderem ser facilmente acedidas e partilhadas por pessoas autorizadas, de qualquer departamento da empresa. Sublinha-se o facto de que todos os nossos colaboradores, tem acesso a esta ferramenta. Acresce dizer, que a porta de acesso da intranet é um endereço de internet que pode ser acedido também pelos funcionários da empresa mesmo que estes estejam fora desta.

Ao abrir o Internet Explorer, automaticamente abre a página da intranet, funcionando como um canal de fluxo permanente de informações e comunicação. É atualmente um instrumento essencial na rotina dos nossos colaboradores, sendo muito provavelmente a primeira opção de fonte para obter informações, notícias e outros dados.

Repartida por vários temas específicos, a atualização da Intranet é diária.

Durante o ano foram produzidas 66 novas notícias, correspondendo a 100% de atendimento aos conteúdos técnicos efetivamente fornecidos pelas diferentes áreas da empresa, sendo que a temática Clipping, a mesma notícia tem várias atualizações, sendo as mesmas praticamente diárias!



Clipping

Este é um serviço de recolha seletiva de notícias dos meios TV, Rádio, Imprensa e Internet, e que se disponibiliza na nossa Intranet, com atualização diária, ou sempre que hajam notícias da empresa. As notícias resultam das Notas de Imprensa que são promovidas pela Empresa, ou por temas do Grupo AdP, onde a AdA aparece integrada. Os temas com maior expressão que deram origem a notícias da empresam prendem-se com a vertente Institucional, seguindo-se as infraestruturas, responsabilidade Social, tarifa e por fim a Qualidade.

Postal Aniversário

Não obstante a existência de uma mensagem de Aniversário no Portal interno da Empresa, cada colaborador, recebe também por email, uma simpática mensagem de aniversário, por forma a que seja reforçada a ideia de pertença à AdA, e da atenção que a empresa dedica a cada trabalhador.

Marca d'água

A Marca d'água, newsletter da AdA, com publicação bimestral, veicula, para além de notícias de interesse geral acerca da atividade da empresa e com interesse para a comunidade algarvia, apresenta também informação de cariz personalizado acerca dos nossos colaboradores. É mais uma importante ferramenta de comunicação utilizada pela Empresa para enaltecer os seus colaboradores, convidando-os a participar neste projeto de forma mais ativa e empenhada. O resultado tem sido muito positivo. Como previsto, foram 6 as publicações efetuadas durante o ano. A distribuição é efetuada interna e externamente à AdA.



Celebração Aniversário da AdA

A organização dos eventos e ações associados ao aniversário da Empresa, que se celebra no dia 5 de Agosto é um dia considerado especial por todos os colaboradores. É uma data habitualmente comemorada através da organização de um evento de proximidade entre todos, nomeadamente um jantar convívio. Reúnem-se todos os colaboradores e a administração, promovendo-se o “Espírito de Grupo”!

Trata-se de um evento, que tem como principal objetivo reforçar laços e promover o convívio saudável entre colaboradores, servindo também para demonstrar a importância que estes têm para a organização, aumentando a perceção dos colaboradores para o trabalho em desenvolvimento, assim como para algumas metas a alcançar.



Celebração do Natal

Um dos principais objetivos que se pretendem retirar desta festa passa pela oportunidade de partilhar experiências quer pessoais quer profissionais, envolvendo os colaboradores uns com os outros

Nestas iniciativas foram incluídas, em 2015, três ações nomeadamente:

- A “sacola de Natal” - produtos alimentares
- Jantar de Natal – refeição e entretenimento
- Festa de Natal infantil - 130 crianças, e que contemplou lanche, animação e oferta de um brinquedo simbólico às crianças.



Campanha de Natal para clientes/fornecedores/acionistas

Porque as empresas são feitas De e Para pessoas, lembrar esta data comemorativa através de uma mensagem de Boas Festas é uma forma de conquistar respeito e reforçar parcerias, para além do excelente apoio que presta na manutenção das boas relações da AdA, com a comunidade regional (consumidores, clientes, órgãos de comunicação social, fornecedores, instituições várias), pelo que a AdA, não descarta a atenção com estes nossos públicos.

Para cumprir com estes objetivos, foram consideradas a publicação de um anúncio de natal, nos principais Órgãos de Comunicação Social da região, nomeadamente aqueles que assiduamente nos acompanham durante todo o ano, com apoio na publicação das diferentes comunicações que a empresa envia para divulgação, e com maior notoriedade no Algarve. Para além destas, é ainda efetuada publicação no nosso site e página do Facebook.



Redes sociais e site

A AdA está presente na internet com duas plataformas que se complementam: Facebook e Site.

O Facebook é uma excelente ferramenta de comunicação organizacional, sendo fundamental para estabelecer um contato direto com os nossos públicos. A página é também um cartão de visitas virtual, onde muitas pessoas conhecem o nosso serviço, podem iniciar uma conversa, comentar a nossa página ou apenas clicar em "GOSTAR", gerando tráfego e partilhando o assunto com outras pessoas.

Eventos educação ambiental

Água Jovem

A AdA voltou a ser parceira na organização desta importante ação de cariz ambiental, a qual envolveu cerca de 400 jovens oriundos de toda a região. Tratou-se de um concurso que teve como objetivo sensibilizar os alunos das escolas do Algarve para o conhecimento e a preservação do património água, sendo destinado aos anos do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico do Algarve.

Os 2 grandes temas a explorar pelos participantes no ano de 2015 foram:

1. LUZ e ÁGUA:

- a) Da discussão nasce a luz- Aplicações de luz que revolucionaram a sociedade;
- b) Nem tudo o que luz é ouro – Fotossíntese natural e artificial;
- c) Livre.

2. SOLO e ÁGUA:

- a) Água Mole em Pedra Dura - os caminhos partilhados da Hidrologia e Geologia;
- b) As Águas e as Serras - a moldar paisagens e culturas;
- c) Livre.

Os trabalhos foram posteriormente apresentados numa cerimónia pública no Fórum Água Jovem 2015, que decorreu em Loulé no dia 5 de junho de 2015, dia Mundial do Ambiente. O Concurso é anualmente promovido pela AdA em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente IP - ARH do Algarve e o Mundo Aquático, S.A, (Zoomarine), para além do apoio do Grupo Hubel e do Departamento Mineiro da CUF Químicos Industriais S.A..

Passeio Rota da Água

Na sequência da enorme adesão que ocorreu na primeira edição do Passeio Rota da Água, decidimos em 2015 relançar o projeto, que contou com uma novidade, 2 circuitos de BTT e um de Caminhada. Tratou-se de complementar este grande passeio, que envolve várias centenas de pessoas, sob o mote da preservação da água. Todas as modalidades decorrem em plena natureza, conferindo aos participantes um percurso ímpar, contemplado pela beleza da paisagem.

Dia Nacional da Água

Cada um de nós deve tomar consciência daqueles que são os gestos e comportamentos diários que temos ao utilizar a água. Ao usar a água de forma eficiente, para além de reduzir os gastos do orçamento familiar, está a contribuir para ajudar o planeta, e todos aqueles que vivem com a problemática da escassez de água no seu dia-a-dia. Sendo no sector doméstico que se verificam os maiores “custos” do uso pouco eficiente da água, são de elevada importância todos os pequenos gestos de cada um de nós.

Também no Dia 1 de Outubro, quisemos contribuir para o reforço desta mensagem, pelo que convidámos a população em geral a nos visitar, quer na Estação de Tratamento de Água de Tavira, quer na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Almargem – Tavira, onde ponderam ser observados todos os minuciosos procedimentos e etapas, pelos quais a preciosa água passa, antes de chegar às nossas torneiras, bem como todo o processo a jusante do nosso “esgoto”, para que este precioso líquido possa ser devolvido à natureza nas melhores condições, protegendo o meio ambiente.

ÁGUAS DO ALGARVE
Grupo Águas de Portugal

PORTAS ABERTAS
EM OUTUBRO

Faça favor de entrar

ETA de Tavira

ETAR de Almargem

No mês em que se comemora o Dia Nacional da Água, dia 1 de Outubro vamos promover visitas a duas das nossas instalações.

Ambas as visitas estão programadas para iniciarem às 15.00 horas!
Duração prevista de cada visita: 2h30
As visitas terão número de participantes limitados, pelo que a inscrição prévia é obrigatória.

INSCRIÇÕES:
ETA de Tavira: susana.pereira@adp.pt | ETAR de Almargem: m.morais@adp.pt
Estratagemos adicionais para s.fermandes@adp.pt

O futuro do Planeta está na sua mão – deposite o Óleo no Óleo

A preocupação com a proteção e preservação do meio ambiente, deve ser considerada por todos enquanto indivíduos, bem como pelas várias entidades e organizações, visando a salvaguarda da vida humana, bem como do próprio Planeta Terra. Foi com base nestes pressupostos, e numa ação conjunta entre a AIHSA – Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve a ALGAR, S.A., que a Águas do Algarve, S.A. realizou este Workshop, que teve lugar no dia 12 de maio dirigido ao setor da restauração, bebidas e hotelaria.

Dia Mundial do Saneamento Básico

A AdA organizou a celebração do Dia Mundial do Saneamento, realizado no dia 19 Novembro, através da organização de visitas a duas das nossas maiores Estações de Tratamento de Águas Residuais do Algarve:

- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Almargem – Tavira
- Estação de Tratamento de Águas Residuais de Albufeira Poente

As nossas Portas ficaram abertas, a todos aqueles que quiseram saber um pouco mais acerca de todos os processos que estão envolvidos no tratamento das águas residuais, desde que a água entra pelo cano de esgoto, até que volta a sair e “libertada” novamente no meio ambiente.

1ª Edição do Trail do Lince Ibérico

Fomos parceiros na organização daquela que foi a 1ª Edição do Trail do Lince Ibérico. Esta iniciativa com organização da Fyre, teve ainda como apoiantes o World Wide Fund for Nature – Fundo Mundial para a Natureza, é a maior organização independente de conservação da natureza a nível global e tem como missão a conservação da biodiversidade mundial, e da Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). A AdA esteve integrada na organização de todo o evento que decorreu no concelho de Silves. Os lucros gerados pelas inscrições nesta prova reverteram para o ICNF, especificamente para o projeto de reintrodução do Lince Ibérico, um dos felinos mais ameaçados do mundo, em termos de extinção.

Concurso de Fotografia – “A Água pelos teus Olhos”

A AdA promoveu o Concurso de Fotografia – “A Água pelos teus Olhos”. Trata-se de um formato que apela à criatividade de cada fotógrafo, para a beleza e imensidão do mundo, apelando à proteção dos recursos naturais. O Concurso teve como objetivo a estimulação dos valores ambientais e de proteção dos recursos naturais, de todos os indivíduos, através da exploração das suas habilidades artísticas ligadas à imagem, explorando o seu potencial criativo por meio do mundo audiovisual; Através da imagem são exteriorizados pensamentos, ações e comportamentos para a preservação e proteção ambiental. Um dos objetivos previstos do Concurso teve a ver com a contribuição para a construção de uma sociedade mais sustentável e ambientalmente responsável.

Os temas a debater envolveram a Água, a Gastronomia, Cultura, Desporto e as relações entre estes.

Esta 3ª Edição do concurso de fotografia, contou com a participação de cerca de meia centena de fotógrafos, oriundos de todo o país, e com mais de uma centena e meia de fotografias, revelando-se ser mais uma importante iniciativa no âmbito da estimulação dos valores ambientais e de proteção dos recursos naturais da população.



Olha a água que gira

Trata-se de uma parceria efetuada entre a AdA e a Biblioteca Municipal de Faro, com 6 dias previstos de formação escolar no auditório da Biblioteca Municipal de Faro. Teve início em Outubro de 2015 e terminará em Março de 2016. O Projeto, de educação ambiental, visa de forma lúdica e pedagógica sensibilizar as crianças na utilização da água como forma de educar para a sustentabilidade. Paralelamente pretende estimular o interesse pela leitura como forma de incentivo ao estudo dos conteúdos obrigatórios do programa escolar do 3º e 4º ano, onde o Ciclo Urbano da Água é parte integrante.

Olha a Água que Gira

DESTINATÁRIOS:
E.B 1 (3º e 4º ano)

2015
(As 10h00 e às 14h00)
15 de outubro
26 de novembro
17 de dezembro

ORGANIZAÇÃO
ÁGUAS do ALGARVE
Faro
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FARO

Gestão do Risco

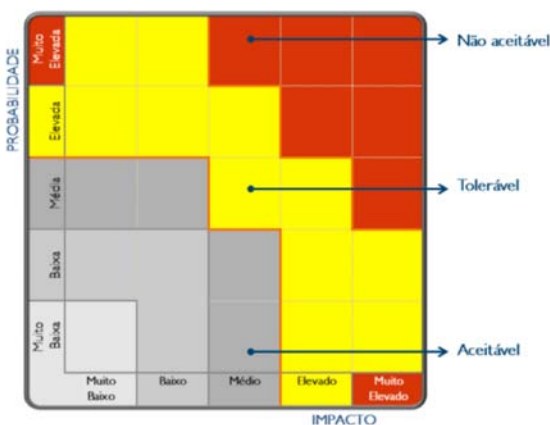
A Águas do Algarve, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

O processo de gestão do risco empresarial implementado na empresa, possibilita uma avaliação integrada do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os seus investimentos e ativos.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Algarve, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Algarve, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

No seguimento das orientações emanadas pela tutela, ocorreu em 2015 a reestruturação do grupo AdP, com a extinção de vários empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e a criação de 3 novas empresas. Tendo por base a complexidade e criticidade do processo, foi entendimento da Administração da AdP SGPS, não proceder à avaliação do risco do Grupo AdP e respetivas empresas participadas para o ano em questão, processo que será retomado em 2016.

Não obstante, considerando que as responsabilidades, direitos e operação das empresas cessantes foram transferidos para as empresas criadas, entende-se que em 2015 se mantêm, genericamente, os principais riscos a que a Águas do Algarve, S.A. se encontrava exposta em 2014, nomeadamente:

- R.1.1.2 Liderança e Comunicação;
- R.1.1.3 Integridade e transparência;
- R.1.1.4 Responsabilidade social;
- R.1.2.1 Ética;
- R.1.2.2 Segregação de funções;
- R.2.1.1 Energético;
- R.2.1.2 Impacto ambiental da atividade (solos e clima);
- R.2.1.3 Sustentabilidade Ambiental e Operacional;
- R.2.2.1 Taxa de juro;
- R.2.2.3 Catástrofe;
- R.2.2.5 Fraude;
- R.2.3.2 Integração do setor das baixas / Verticalização;
- R.2.3.3 Integração de sistemas multimunicipais / Agregação;
- R.2.3.5 Gestão da inovação e dos sistemas de informação;
- R.2.3.6 Sustentabilidade Financeira;
- R.2.4.2 Gestão do conhecimento;
- R.2.4.3 Continuidade do negócio;
- R.3.1.1 Gestão de ativos;
- R.3.1.2 Segurança física e das instalações;
- R.3.2.1 Crédito e financiamento;
- R.3.2.3 Gestão de tesouraria;
- R.3.2.4 Seguros;
- R.3.3.1 Relações laborais, higiene e segurança no trabalho;
- R.3.3.2 Autorizações e responsabilidade;
- R.3.3.4 Processamento salarial;
- R.3.4.1 Privacidade e segurança de informação;
- R.3.5.1 Gestão da saúde pública;
- R.3.5.2 Gestão de contratos;
- R.3.7.1 Relacionamento com municípios;
- R.3.7.3 Reputação e imagem;
- R.3.7.4 Satisfação do cliente / consumidor;
- R.3.8.1 Capacidade instalada;

- R.3.8.2 Capacidade técnica e humana;
- R.3.8.3 Compras e pagamentos;
- R.3.8.4 Fornecedores;
- R.3.8.5 Perdas nos sistemas de abastecimento em alta;
- R.4.1.1 Conformidade legal;
- R.4.1.2 Regulação;
- R.5.1.1 Gestão da informação.

Os riscos que, na mesma avaliação, foram considerados com nível de aceitação "tolerável", são os seguintes:

- R.2.2.4 Envolvente política, económica e financeira;
- R.3.3.3 Gestão de talentos;
- R.3.6.1 Projetos de investimento e empreitadas.

Subsequentemente serão retomadas as ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Atividade Operacional

Este ponto encontra-se desenvolvido no ponto B-3 do presente relatório.

5- Gestão do Capital Humano

De modo a assegurar o desempenho cabal da sua missão, que se centra em áreas marcadamente de serviço público, a Águas do Algarve, S.A. necessita de quadros muito qualificados, o que torna mais exigente a política de recursos humanos da empresa, que tem de estar orientada para a valorização dos colaboradores e para a sua motivação através de níveis cada vez mais elevados de satisfação.

Durante o ano de 2015 registou-se uma diminuição de um colaborador, em consequência da saída de dois colaboradores e a entrada de um.

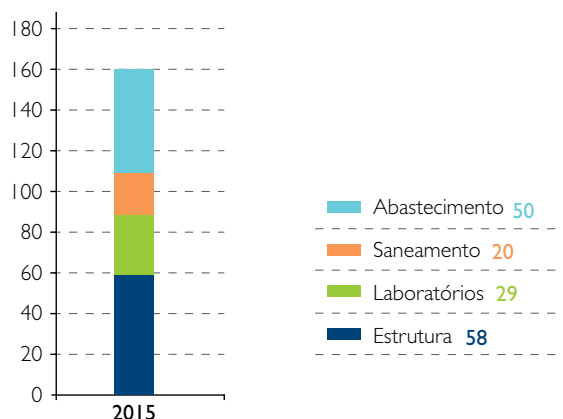
O número total de horas de formação profissional aumentou face a 2014, atingindo um total de 5.361 horas de formação.

Caracterização dos recursos humanos da Águas do Algarve, S.A.

Até 2002, a totalidade dos efetivos da Águas do Algarve, S.A. estava afeta unicamente ao setor do abastecimento de água. Com a atribuição da concessão de exploração do saneamento a partir de 2002, a empresa passou a distribuir os seus quadros pelos dois setores, com predomínio do setor do abastecimento, como se pode constatar nos quadros e gráficos seguintes.

Colaboradores por áreas (excluindo órgãos sociais)	2013	2014	2015
Abastecimento	51	50	50
Saneamento	19	20	20
Laboratórios	31	32	29
Estrutura	61	56	58
Total	162	158	157

Colaboradores por áreas

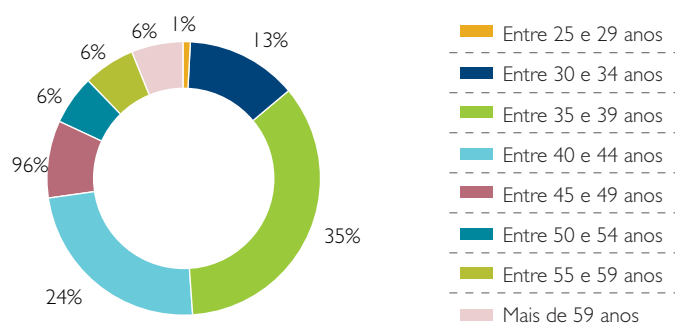


Em 2015, o número total de colaboradores na situação de efetividade situou-se em 157, menos 1 face a 2014 devido à saída de 2 pessoas e à entrada de uma.

A estrutura etária dos colaboradores da empresa evidenciou um ligeiro envelhecimento em 2015, com a idade média a subir para 42 anos consequência da estabilização do quadro de pessoal. A classe etária dos 35 aos 39 anos continua a ser a dominante na empresa com 35% dos colaboradores.

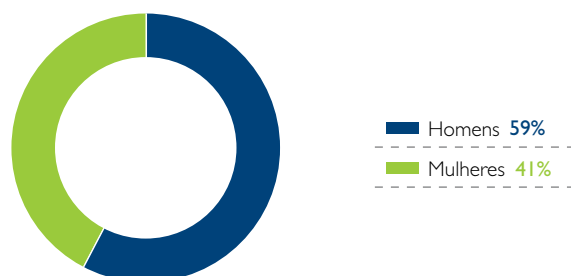
Colaboradores por níveis etários	2013	2014	2015
Entre 18 e 24 anos	0	0	0
Entre 25 e 29 anos	5	3	1
Entre 30 e 34 anos	36	24	21
Entre 35 e 39 anos	61	66	55
Entre 40 e 44 anos	21	22	38
Entre 45 e 49 anos	16	18	14
Entre 50 e 54 anos	8	10	10
Entre 55 e 59 anos	10	7	9
Mais de 59 anos	5	8	9
Total	162	158	157

Colaboradores por níveis etários



Colaboradores por género	2012	2013	2015
Homens	95	92	93
Mulheres	67	66	64
Total	162	158	157

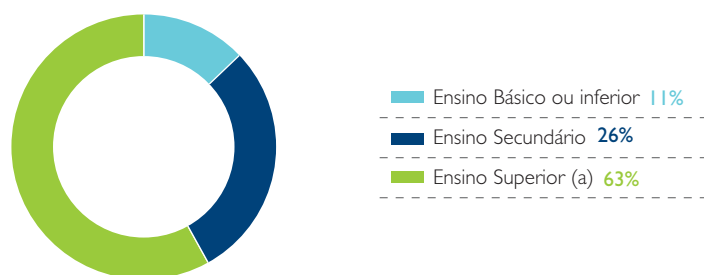
Colaboradores por género



Grau académico dos colaboradores	Nº	%
Ensino Básico ou inferior	18	11%
Ensino Secundário	40	25%
Ensino Superior (a)	99	63%
Total	157	100,0%

(a) Inclui mestrados e doutoramentos

Grau académico dos colaboradores



O quadro seguinte resume os indicadores de tempo de 2015:

Tempo de trabalho dos colaboradores	2013	2014	2015
Potencial de horas de trabalho	306.761	295.784	305.993
Horas efetivas trabalhadas (sem HS)	287.842	277.416	283.860
Horas de trabalho suplementar (HS)	516	526	659
Horas não trabalhadas (sem férias)	18.918	18.368	22.133
Taxa de absentismo	6,17%	6,21%	7,23%

Motivos do absentismo	2013	2014	2015
Acidentes de trabalho	645	176	344
Doença	3.822	3.635	5.257
Suspensão disciplinar	0	0	0
Assistência a familiares	1.552	1.530	1.656
Maternidade/paternidade	6.737	6.746	6.106
Outras causas	6.163	6.281	8.770
Total	18.918	18.368	22.133

A evolução da taxa de absentismo, principalmente no ano de 2015, é justificada pelas ausências devidas a licenças de maternidade e de paternidade. A rubrica de “outras causas” inclui as horas de ausência justificadas por atribuição de tolerância de ponto.

Formação profissional

A qualificação dos recursos humanos constitui uma das prioridades da Águas do Algarve, por se considerar que a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento. É também esta a convicção dos seus colaboradores que continuam a apostar na melhoria das suas habilitações literárias, sendo cada vez mais as horas de formação em ambiente académico.

As preocupações ligadas à responsabilidade ambiental e social, segurança e saúde no trabalho, mantêm-se nas prioridades de formação da empresa.

Apesar da difícil conjuntura, foi possível, em 2015, aumentar o número de horas de formação relativamente ao ano 2014, tendo-se atingido um total de 5.361 horas de formação.

Número de horas de formação	Horas	%
Internas	498	9%
Externas	4.863	91%
Total	5.361	100%

Seguro de saúde

A 31 de dezembro de 2015, todos os colaboradores da empresa estavam abrangidos por um dos dois planos de saúde existentes, extensivos ao agregado familiar – cônjuge e filhos até aos 25 anos.

Existe um plano complementar do sistema nacional de saúde, que se traduz num seguro de saúde abrangendo 163 colaboradores. Todos os novos colaboradores só são abrangidos pelo plano de seguro de saúde após efetividade.

Segurança no trabalho

A promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os que, direta ou indiretamente, trabalham para a Águas do Algarve, S.A. é, desde sempre, uma preocupação desta Empresa, assegurada em grande parte pela implementação do Sistema de Gestão da Segurança de acordo com o referencial OHSAS 18001, que veio assegurar a melhoria contínua das condições de trabalho e a minimização dos riscos das atividades desenvolvidas nas infraestruturas da Águas do Algarve, S.A. Em 2015, a AdA manteve a aposta na prevenção, com a reavaliação de riscos relacionados com as atividades realizadas pelos trabalhadores nas diversas instalações da Empresa. Os principais temas relacionados com a SST são:

- Acidentes de Trabalho - Relativamente ao ano de 2015, os índices de sinistralidade da Águas do Algarve, S.A. mantêm-se baixos e com pequena expressão, tendo aumentado ligeiramente o número de acidentes face ao ano anterior, de 2 para 3. O número de dias de baixa relacionado com os acidentes também aumentou de 19 para 43. Ao contrário de anos anteriores que na sua maioria os acidentes eram originados por quedas ao mesmo nível, originado por piso escorregadio ou por irregularidades do piso, este ano os 3 acidentes foram originados 1º por movimentação manual de cargas, e um 2º acidente um embate com objeto/tampa numa EE do SMAAA. A causa do 3º acidente foi um acidente de viação com culpa do condutor externo à AdA. No que concerne aos Prestadores de Serviços, e não havendo registo de nenhum acidente grave, o número de acidentes aumentou de 33 para 38 e os dias de baixa de 505 para os 595;
- Consulta aos trabalhadores - De forma a dar cumprimento a requisitos legais e normativos relativos à Consulta aos Trabalhadores, nomeadamente: Código do Trabalho (Lei 7/2009 de 12 de fevereiro e respetivas alterações) e Regime Jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (Lei 102/2009 de 10 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei 3/2014 de 28 de janeiro) a AdA efetua anualmente um inquérito. A taxa de participação dos trabalhadores é sempre muito baixa. O inquérito efetuado em 2015, com objetivo avaliar o grau de conhecimento e satisfação dos colaboradores da Águas do Algarve, S.A. (AdA), sobre as questões relacionadas com a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), de forma a melhorar e/ou criar novos meios de interação entre todos os colaboradores da empresa e promover a melhoria das condições de trabalho, teve uma participação de 23,75%, não permitindo a retirada de conclusões.
- Formação em Segurança e Saúde no Trabalho - A formação em segurança e saúde no trabalho é primordial para a minimização dos riscos associados às atividades desenvolvidas. A identificação das necessidades de formação é realizada, normalmente, de 2 em 2 anos dando origem a um Plano de Formação Bi-anual;
- Medicina no Trabalho - A medicina no trabalho tem como objetivo a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores. Para a prossecução destas atividades o Médico do Trabalho promove a realização de exames para a vigilância da saúde dos trabalhadores, realiza visitas periódicas aos locais de trabalho, analisa e emite pareceres sobre as avaliações de risco e situações laborais que possam afetar direta ou indiretamente o bem-estar e a saúde dos trabalhadores. Em finais de 2014, a Medicina no Trabalho passou a ter a modalidade de serviços internos. Foram efetuados mais de 150 exames no âmbito da medicina no trabalho e o médico está presente nas instalações da empresa para acompanhamento dos trabalhadores, cerca de 9h/mês.

Resposta à Emergência - A resposta a emergência encontra-se suportada nos Planos de Emergência Internos das instalações, onde estão estabelecidos os procedimentos a ter em caso da ocorrência de situações de emergência, assim como os meios de atuação. Anualmente é elaborado um plano de simulacros para várias instalações. Em 2015 foram realizados 3 simulacros: Sede, ETA Tavira e ETA de Alcantarilha. Em 2016 está prevista a realização de simulacros de incêndio nas principais infraestruturas operacionais com presença de colaboradores da AdA.

6- Análise Económica e Financeira

Situação económica

Relativamente à área de negócio do abastecimento de água, verificou-se um acréscimo da água faturada, em volume, na ordem de 5,65%, e em termos de faturação, o acréscimo foi de 5,21% que atingiu os 32,12 milhões de euros.

O aumento das vendas é justificado pelo facto do ano de 2015 ter sido caracterizado por ser um ano bastante quente e seco na região do Algarve. Como consequência disso, os caudais de abastecimento totalizaram 68,5 milhões de m³, contra 64,8 milhões de m³ no

ano de 2014. Quanto ao saneamento, os caudais faturados totalizaram 38 milhões de m³ em 2015, contra 36,1 milhões de m³ no ano anterior. As tarifas aprovadas para 2015 foram de € 0,4710/m³ para o abastecimento e de € 0,6304/m³ para o saneamento, tarifas estas que se mantêm constantes desde 2014 (no caso do abastecimento, desde 2013) e que também não sofrerão variação para 2016. Os valores mínimos garantidos previstos no contrato de concessão tiveram a sua última aplicação no ano de 2014.

Proveitos e ganhos	2015	2014	Variação	%
Vendas	32.121.083	30.529.122	1.591.961	5,21%
Rendimentos de serviços de construção	9.523.307	10.659.060	-1.135.753	-10,66%
Prestação de serviços	23.864.443	23.292.835	571.608	2,45%
Subsídios ao investimento	5.069.550	4.904.998	164.551	3,35%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	731.497	530.635	200.862	37,85%
Rendimentos financeiros	2.622.018	5.272.369	-2.650.351	-50,27%
Total de Proveitos	73.931.897	75.189.020	-1.257.122	-1,67%

Adicionalmente, importa salientar que foram contabilizados como Rendimentos de Construção em Ativos Concessionados cerca de 9,5 Milhões de euros os quais não apresentam impacto nos resultados do exercício mas sobrevalorizam o volume de negócios.

O aumento do reconhecimento de subsídios é justificado, essencialmente, pelo aumento da taxa de depleção. Este aumento é resultante do aumento do caudal real do ano.

O acréscimo registado na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais deve-se maioritariamente ao aumento na venda de energia.

Os rendimentos financeiros tiveram um comportamento de decréscimo em cerca de 2,65 Milhões de euros justificados principalmente pela redução dos débitos em juros de mora.

Gastos e perdas	2015	2014	Variação	%
Gastos das vendas/variação dos inventários	2.133.207	2.068.482	64.726	3,13%
Gastos de serviços de construção	9.179.474	10.058.015	-878.541	-8,73%
Subcontratos	5.829.119	5.098.421	730.698	14,33%
Outros fornecimentos e serviços externos	14.183.177	13.878.353	304.824	2,20%
Gastos com o Pessoal	5.091.231	5.078.438	12.793	0,25%
Perdas por imparidade e reversões	0	587.398	-587.398	-100,00%
Outros gastos e perdas operacionais	656.516	515.811	140.705	27,28%
Amortizações e depreciações do exercício	18.662.842	17.936.981	725.861	4,05%
Provisões e reversões do exercício	0	519.828	-519.828	
Gastos financeiros	9.157.716	10.740.205	-1.582.489	-14,73%
Imposto do Exercício	2.096.116	3.567.896	-1.471.780	-41,25%
Total de Gastos	66.989.399	70.049.829	-3.060.430	-4,37%

Os gastos e perdas, excluindo o movimento de gastos de construção em ativos concessionados no valor de 9,5 milhões de euros, registaram um comportamento favorável em cerca de 1,9 milhões de euros.

As rubricas que mais contribuíram para esta evolução favorável foram os impostos de exercício, as perdas por imparidade e as provisões. Em sentido contrário, registou-se um acréscimo em 0,7 milhões de euros nos gastos com as amortizações devido a uma maior taxa de depleção, uma subida nos subcontratos em cerca de 0,7 milhões de euros e na eletricidade em 0,27 milhões de euros. Em 2014, a empresa procedeu à contabilização de perdas por imparidade relativas a dívida com o cliente Tavirverde, EM (-0,587 milhões de euros). Adicionalmente, em 2014, foi registada uma provisão relativa a divergências de cálculo do VMG com a Fagar, EM (+0,519 milhões de euros). Este ano não foram detetadas situações que necessitassem de registo de imparidade e/ou provisões sendo assim estas rubricas apresentam, em 2015, saldo nulo.

O valor gasto com matérias-primas (reagentes) durante 2015 apresentou um acréscimo ligeiro face a 2014.

Os "Fornecimentos e Serviços Externos" tiveram um aumento global de 5,6% face a 2014, com especial destaque para a rubrica de "Energia e Fluidos" cujo aumento foi, face a 2014, de 4% (+252.260 euros) e ainda a rubrica de "Subcontratos" em que o aumento,

face a 2014, foi de 14% (+730.698 euros). Em sentido contrário, verificou-se um decréscimo nos gastos com “Seguros” em 87.362 euros (-16%) face a 2014.

Os “Gastos com o Pessoal” tiveram um comportamento muito aproximado ao registado em 2014.

A rubrica de “Gastos Financeiros” teve um decréscimo de 15% (-1.582.489 euros), cuja explicação resulta da diminuição média do nível de endividamento e da obtenção de melhores taxas de juro associadas aos financiamentos. O melhoramento nos prazos médios de recebimentos também contribuíram significativamente para a diminuição dos gastos financeiros.

Situação financeira

Ao nível do ativo líquido total da Águas do Algarve, S.A. registou-se no exercício de 2015 um decréscimo em cerca de 7,9 milhões de euros, ou seja menos 1,5% face ao exercício anterior. As contas a receber de clientes, entre 2014 e 2015, baixaram quase 5 milhões de euros. De salientar que para essa redução apenas 1,2 milhões de euros correspondeu a venda de créditos ao sistema financeiro. A idade dos saldos de clientes baixou para os 209 dias e a situação da grande maioria dos clientes é a de pagamento dentro do prazo de 60 dias.

Ativo Líquido	2015	2014	Varição	%
Ativos intangíveis	423.575.605	427.538.888	-3.963.283	-0,93%
Ativos fixos tangíveis	1.208.253	1.189.220	19.034	1,60%
Investimentos financeiros	11.899.004	8.267.571	3.631.432	43,92%
Impostos diferidos ativos	18.425.530	17.260.844	1.164.686	6,75%
Cientes e outros ativos não correntes	26.588.751	21.246.723	5.342.028	25,14%
Inventários	1.525.749	1.473.814	51.936	3,52%
Cientes	23.758.518	33.934.699	-10.176.181	-29,99%
Estado e outros entes públicos	181.416	96.998	84.419	87,03%
Imposto sobre o rendimento do exercício	281.556	0	281.556	
Outros ativos correntes	5.792.808	3.524.058	2.268.750	64,38%
Caixa e seus equivalentes	19.610	6.665.678	-6.646.068	-99,71%
Total do Ativo Líquido	513.256.801	521.198.493	-7.941.692	-1,52%

A evolução do capital próprio e do passivo da Águas do Algarve, S.A. é a que consta do quadro que se segue:

Ativo Líquido	2015	2014	Varição	%
Capital social	29.825.000	29.290.875	534.125	1,82%
Reservas e outros ajustamentos	2.344.920	2.087.961	256.960	12,31%
Resultados transitados	4.122.726	4.122.726	0	0,00%
Resultado líquido do exercício	6.942.498	5.139.191	1.803.308	35,09%
Total do capital próprio	43.235.145	40.640.752	2.594.392	6,38%
Provisões	598.339	598.339	0	
Empréstimos	234.480.225	244.448.080	-9.967.855	-4,08%
Fornecedores	12.359.210	15.593.226	-3.234.016	-20,74%
Impostos diferidos passivos	7.731.469	8.080.278	-348.809	-4,32%
Acréscimos de gastos p/ investimentos contratuais	55.442.472	50.575.787	4.866.685	9,62%
Subsídios ao investimento	145.513.134	151.151.619	-5.638.485	-3,73%
Outros passivos	12.254.586	6.702.415	5.552.171	82,84%
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	1.817.742	-1.817.742	
Estado e outros entes públicos	1.642.221	1.590.253	51.967	3,27%
Total passivo	470.021.657	480.557.741	-10.536.084	-2,19%
Total do capital próprio e do passivo	513.256.801	521.198.493	-7.941.692	-1,52%

Os capitais próprios aumentaram em 2,6 milhões de euros, essencialmente justificado pelo aumento expressivo dos resultados que mais do que cobriu a distribuição de dividendos em 2015 relativo ao exercício de 2014. Além disso, é de registar a variação ocorrida no capital social resultante da realização efetuada durante o ano. No final de 2015, o capital subscrito estava totalmente realizado.

O bom desempenho da tesouraria permitiu pagar dividendos e ainda diminuir as necessidades financeiras em cerca de 4,4 milhões de euros, que por sua vez bastante contribuíram para a descida significativa dos gastos financeiros.

Para fazer face aos investimentos a Águas do Algarve, S.A. recorre essencialmente ao Banco Europeu de Investimentos, registando em 31 de dezembro de 2015 um endividamento total de cerca 234,4 milhões de euros, sendo 199,4 milhões de euros respeitantes a financiamentos do BEI.

No decorrer do ano de 2015, a empresa recebeu cerca de 3,5 milhões de euros de comparticipação do Fundo de Coesão.

A variação ocorrida no saldo de fornecedores e justificada essencialmente pelo facto de se ter efetuado, durante o ano de 2015, o pagamento das faturas aos fornecedores e fornecedores de imobilizado dentro dos prazos acordados.

Prazos médios de recebimento e de pagamento

A Águas do Algarve é prestadora dos serviços de abastecimento e de saneamento “em alta” para a região do Algarve. Como consequência, os Clientes são as Camaras Municipais ou empresas detidas maioritariamente pelos Municípios, perfazendo atualmente 19 clientes.

Nos termos do contrato de concessão os valores debitados resultam da aplicação dos valores mínimos garantidos (VMG) ou da multiplicação das tarifas aprovadas para o ano, aos caudais de abastecimento e de saneamento medidos regularmente. Com exceção dos valores relativos à ETAR da Companheira (no município de Portimão), em 2015 não se aplicaram os VMG.

O comportamento dos clientes no cumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento das faturas (máximo 62 dias) não tem sido uniforme, mas é de notar que a maioria respeita as regras e que no ano de 2015 se registou uma forte recuperação de valores em atraso.

O quadro seguinte compara os saldos da conta clientes em 31 dez 2015 com o mesmo dia do ano anterior, de forma detalhada, e onde se constata a variação ocorrida.

Clientes	Dez-2015	Dez-2014	Variação 2015 / 2014	
			€	%
Albufeira	686.021	2.862.316	-2.176.295	-76,0%
Alcoutim	15.690	24.820	-9.130	-36,8%
Aljezur	119.144	112.957	6.187	5,5%
Castro Marim	72.354	110.082	-37.728	-34,3%
Infralobo	55.694	37.400	18.293	48,9%
Inframoura	96.902	140.738	-43.836	-31,1%
Infraquinta	77.908	57.236	20.673	36,1%
Faro (FAGAR)	2.968.886	2.962.216	6.670	0,2%
Lagoa	419.771	430.557	-10.787	-2,5%
Lagos	1.344.182	4.436.115	-3.091.933	-69,7%
Loulé	554.443	995.299	-440.856	-44,3%
Monchique	10.974	32.173	-21.199	-65,9%
Olhão (Ambiolhão)	6.779.533	7.663.572	-884.038	-11,5%
Silves	364.581	883.076	-518.495	-58,7%
Tavira (Taviraverde)	4.569.966	4.766.437	-196.471	-4,1%
Vila do Bispo	1.914.760	2.144.959	-230.199	-10,7%
VRSA+SGU	18.408.976	14.769.415	3.639.561	24,6%
Geral (Municípios)	39.626.746	44.549.731	-4.922.986	-11,1%

Atendendo a que a faturação mensal não é uniforme ao longo do ano, apresenta-se no quadro seguinte a “idade” do saldo a 31 de dezembro de 2015, indicador este que nos informa sobre o prazo de recebimento. Como se constata, apenas 6 clientes têm idade superior a 2 meses, sendo que o Município de Lagos efetuou o pagamento da faturação de outubro de 2015 nos primeiros dias de janeiro de 2016.

Idade do saldo da conta de Clientes (Dias)	Dez-2015
Albufeira	34
Alcoutim	31
Aljezur	61
Castro Marim	24
Infralobo	61
Inframoura	31
Infraquinta	61
Faro (FAGAR)	173
Lagoa	61
Lagos	92
Loulé	31
Monchique	57
Olhão (Ambiolhão)	599
Portimão (EMARP)	63
S.Brás de Alportel	31
Silves	41
Tavira (Taviraverde)	722
Vila do Bispo	851
VRSA+SGU	*
Geral (Municípios)	209

* Superior a 3 anos

Após a nomeação do Conselho de Administração em 07 de julho de 2015 para o triénio 2015-2017, foram efetuadas várias reuniões com os municípios com idade do saldo superior a 2 meses com o objetivo de se estabelecerem plataformas de entendimento para que os acordos existentes fossem respeitados e/ou se estabelecessem novos acordos. No final do ano de 2015, o ponto de situação para os cinco casos ainda existentes é o seguinte:

- Município de Faro (Fagar) e Município de Olhão – Os acordos em vigor estão a ser respeitados;
- Município de Vila do Bispo – O acordo em vigor está a ser cumprido parcialmente, registando-se atraso no pagamento de faturas do ano de 2015. Estão em curso negociações tendentes a estabelecer novo acordo para regularização desses valores, o que deverá acontecer nos primeiros meses de 2016.
- Município de Tavira (Taviraverde) – Embora em situação de contencioso judicial, estão em curso negociações tendentes a estabelecer um acordo para regularização dos valores em atraso.
- Município de Vila Real de Santo António (SGU) – O acordo assinado em fevereiro de 2015 não está a ser cumprido, mas estão em curso negociações tendentes a estabelecer um novo acordo para regularização dos valores em atraso.

Para além dos valores referidos anteriormente, as situações de contencioso em curso reclamam também juros de mora vincendos desde a data em que foram registadas as respetivas ações.

Em relação ao prazo médio de pagamento a sua explicação encontra-se associada ao aumento de liquidez provocada pela redução do prazo médio de recebimentos.

Receitas operacionais

Em 2015, as receitas operacionais aumentaram 1,4 milhões de euros face ao ano de 2014, para 71,3 milhões de euros, decorrentes das variações positivas em todas as rubricas com exceção dos rendimentos dos serviços de construção.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais encontram-se em linha com o exercício anterior, ascendendo a 55,7 milhões de euros.

Resultados Líquidos

Durante o exercício de 2015, o resultado líquido apurado foi de 6.942.498,44 Euros, o que representa um aumento de 35% face a 2014.

A taxa de rentabilidade dos capitais próprios foi de 16,06% enquanto a rentabilidade do ativo foi de 1,35%.
O resultado líquido por ação foi de 1,16 Euros.

7- I&D e Inovação

Em 2015 identificaram-se as seguintes áreas principais de atuação em matéria de I&D e Inovação (I&D+I) na AdA:

- iii) Continuação de execução de projetos do ano transato ou início de execução de novos projetos;
- iv) Elaboração de propostas de projetos e participação em candidaturas a programas de financiamento;
- v) Execução de dissertações de Mestrado por colaboradores da AdA ou participação em trabalhos de mestrado ou de doutoramento por colaboradores externos;
- vi) Participação em seminários e conferências técnico-científicas com apresentação oral de comunicações;
- vii) Alinhamento com a Política de Relacionamento do Centro Corporativo da AdP

Projetos I&D+I em curso

Em 2015 prosseguiu-se com a execução do projeto SAFEWATER (Innovative tools for the detection and mitigation of CBRN related contamination events of drinking water), financiado pelo 7.º Programa Quadro (FP7) da União Europeia. O projeto prevê a utilização de tecnologias avançadas de deteção de contaminantes e gestão dos respetivos cenários de emergência devido a contaminações, no âmbito do qual foi constituído um consórcio de Projeto, com nove parceiros, que inclui diversas entidades e empresas internacionais do sector. O orçamento global do projeto é de cerca de 4.800.000€, sendo o financiamento da UE de aproximadamente 3.500.000€. Trata-se de um projeto de I&D, classificado como CONFIDENCIAL EU.

O projeto HYMEMB (Tailoring Hybrid Membrane Process for Sustainable Drinking Water Production), co-financiado no âmbito do programa LIFE +, com participação da AdA e do LNEC, entrou no seu segundo ano de execução. Este projeto tem como objetivo avaliar a viabilidade e a sustentabilidade da introdução de processos de membrana avançados em estações de tratamento de água, para criar uma barreira mais segura e resiliente contra contaminantes emergentes, diminuindo simultaneamente os impactos ambientais (pegada de carbono, produção de lamas, utilização de reagentes e consumo de energia). Iniciaram-se os ensaios à escala piloto, na ETA de Alcantarilha, com uma membrana cerâmica de baixa pressão (microfiltração) e carvão ativado em pó.

Em setembro deu-se início ao projeto Smart Water Supply System, com o acrónimo SWSS, co-financiado no âmbito do programa LIFE +, tendo como objetivo melhorar as eficiências hídrica e energética, associadas ao processo de captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano. O consórcio do projeto é constituído por vários parceiros nacionais, desde empresas a Universidades. O orçamento total do projeto é de 1.372.888€ e tem a duração de 3 anos. O projeto visa desenvolver e demonstrar a aplicação de soluções relativas aos sistemas de abastecimento de água que reduzam o consumo energético e a emissão de CO₂, as perdas de água e que permitam a introdução de novas ou melhoradas opções de energia renovável.

Para tal, será desenvolvida uma plataforma tecnológica (SWSS platform) de gestão de redes de distribuição, em que a estratégia de exploração dos grupos elevatórios será determinada com base na previsão dos consumos de água ao longo do dia, ao invés, do controlo atual baseado nos níveis dos reservatórios (instantâneos). A alteração da estratégia de controlo permitirá otimizar os consumos de energia, constituindo uma mudança de paradigma na gestão deste tipo de sistemas.

A AdA continuou a sua participação no projeto europeu com o acrónimo Water_2020 (Conceiving Wastewater Treatment in 2020 - Energetic, environmental and economic challenges), aprovado no âmbito do programa COST (European Cooperation in Science and Technology). O projeto Water_2020 visa constituir uma rede europeia de profissionais da indústria da água, que trabalham diretamente na operação dos sistemas, e de instituições de I&D que promovam as melhores práticas do ponto de vista económico, ambiental e social a nível de ETAR. Temas centrais deste projeto são, entre outros, a minimização do consumo de energia e dos custos operacionais, a minimização da produção de lamas, a recuperação de subprodutos presentes na água residual e a reutilização da água.

A AdA colaborou ainda na execução do projeto URBAN WATER, sobre a gestão dos sistemas de abastecimento de água em situações de contingência, com a participação da entidade gestora Tavira Verde.

Em 2015 foi mantido o Plano de Segurança da Água do SMAAA e a certificação do produto “água para consumo humano” de acordo com a recomendação ERSAR n.º 2/2011, bem como a implementação do Sistema de Gestão do Risco do Abastecimento de Água (SGRAA). Iniciou-se igualmente o planeamento dos trabalhos conducentes à implementação do Plano de Segurança do Saneamento.

Candidaturas de projetos I&D+I a programas de financiamento

Em 2015 efetuou-se a revisão da proposta de candidatura do projeto com o acrónimo IMPETUS (Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants), submetida no âmbito do programa LIFE, subprograma Environment, área prioritária LIFE Environment & Resource Efficiency. A candidatura foi aprovada no segundo semestre de 2015, tendo o projeto um orçamento total de 1.064.452 EUR. O projeto tem como objetivo a implementação de medidas para melhorar a remoção de compostos farmacêuticos em ETAR com sistemas de tratamento por lamas ativadas, tendo como principais premissas, para além da sua eficiência na remoção de compostos farmacêuticos, o seu baixo custo e a minimização dos consumos energéticos associados. O projeto tem um caráter de demonstração e visa que as tecnologias testadas com sucesso possam ser aplicadas noutros sistemas de tratamento a nível europeu.

No final de 2015 a AdA participou em seis candidaturas no âmbito do programa transfronteiriço INTERREG-POCTEP, com vários parceiros portugueses e espanhóis, especificamente:

- IDlaqua – visa o fortalecimento da I&D+I de excelência em matéria de tratamento de águas residuais para pequenos aglomerados;
- DEPUNATURA2000 – Aplicação de zonas húmidas para tratar efluentes secundários e águas pluviais contaminadas e aplicação de equipamento de mistura e arejamento suave em sistemas de lagunagem;
- PREDAQUA – Entre várias intervenções em ETAR prevê a instalação de um reator anaeróbio piloto UASB na fase líquida, com as subsequentes vantagens em termos de redução da produção de lamas e do consumo energético;
- ALMA WATER – Prevê-se a instalação de ilhas flutuantes e perifiton em ETAR de lagunagem, de forma a melhorar a sua capacidade de tratamento, designadamente a nível microbiológico.
- SECASOL – Prevê-se a instalação de sistema de secagem solar de lamas através de desidratação por leitos de macrófitas e secagem solar concentrada.
- ECODEPURA – Prevê a implementação de medidas de aumento da eficiência energética e de melhorias tecnológicas para a redução da pegada de carbono no âmbito do ciclo da água.

Dissertações de Mestrado e de Doutoramento

Em 2015 um colaborador da AdA defendeu com sucesso a tese de Mestrado na Universidade do Algarve, com o título “Aplicação de modelo matemático em sistemas de lamas ativadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais em Albufeira Poente”. Neste trabalho inovador, foi desenvolvido, calibrado e validado um modelo matemático para avaliar a reconfiguração de reatores biológicos de uma ETAR com sistema de lamas ativadas, de modo a otimizar as condições de arejamento e a respetiva componente energética associada, face à variabilidade das condições de afluência, sem comprometer a qualidade do efluente tratado.

A aplicação deste tipo de modelação está igualmente a ser utilizada por outro colaborador da AdA, na ETAR de Vale Faro, igualmente no âmbito de outro programa de mestrado, tendo como principais objetivos a calibração do modelo e a otimização das condições de funcionamento do processo de tratamento. Avalia-se igualmente a possibilidade de alteração do sistema de difusores, aumentando assim a eficiência de arejamento, tanto a nível do desempenho do sistema de tratamento como a nível dos consumos de energia, com o subsequente balanço de custos e do período de retorno do investimento.

A ferramenta de modelação matemática está ainda a ser utilizada na ETAR da Boavista em colaboração com um bolseiro de doutoramento do Programa MIT-Portugal, da FCT-UNL, com o objetivo de efetuar a modelação do processo biológico de remoção de fósforo na instalação. A otimização deste processo permitirá melhores eficiências do ponto de vista energético e de consumo de reagentes, para além de permitir um maior controlo processual da ETAR.

A nível de indicadores de desempenho a AdA colabora com a Universidade do Algarve e com o LNEC, respetivamente na tese de Mestrado de um aluno da Universidade do Algarve sobre “Avaliação de desempenho do tratamento de água, com utilização da ferramenta Pastool, com dados das ETAs do Algarve” e numa tese de Doutoramento de um Bolseiro FCT do LNEC sobre “Avaliação de desempenho do tratamento de águas residuais”, com informação da ETAR de Faro Noroeste.

Existem ainda quatro colaboradores da AdA que frequentaram em 2015 o primeiro ano do Mestrado em Ciclo Urbano da Água, da Universidade do Algarve, estando no final do ano a delinear os temas da dissertação e o respetivo plano de trabalhos, a executar no âmbito da sua atividade profissional na AdA.

Participação com apresentação de comunicações e posters em eventos técnico-científicos

Durante o ano de 2015, a AdA apresentou as seguintes comunicações e posters em seminários e conferências de índole técnico-científica:

- O PROJETO LIFE HYMEMB - "Tailoring hybrid membrane processes for sustainable drinking water production", ENEG 2015.
- LIFE Hymemb – trabalho exploratório para avaliação e otimização operacional da adição convencional de PAC e de PAC/MF; ENEG 2015.
- Safewater – innovative tools for the detection and mitigation of CBRN related contamination events of drinking water. 13th International Conference on Computing and Control for the Water Industry, CCWI2015. Procedia Engineering 119(2015), 352-359.
- Aplicação de modelo matemático em sistema de lamas ativadas na ETAR de Albufeira Poente; AdP, VI Jornadas de Engenharia – O ciclo da Engenharia: da conceção à otimização.

Alinhamento com a Política de Relacionamento do Centro Corporativo da AdP

Durante o ano de 2015 deu-se continuação à colaboração da AdA na rede de I&D+I da AdP. Forneceu-se informação adicional sobre os projetos de I&D+I que a AdA executou e que se encontra a desenvolver. Esta informação constará do Portal do Conhecimento que a rede de I&D+I continuou a desenvolver neste ano.

No segundo semestre de 2015 a AdA iniciou o processo de alinhamento com a política de relacionamento do centro corporativo da AdP, tendo participado nos trabalhos e nas diversas reuniões do Grupo de Coordenação Funcional de I&D.

8- Eventos Posteriores ao Fecho

Não ocorreram posteriormente ao encerramento do exercício factos materialmente significativos que ponham em causa a expressão das demonstrações financeiras que acompanham este Relatório de Gestão ou que mereçam especial referência neste capítulo.

9- Cumprimento das Orientações Legais

Contratação Pública

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo.

Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

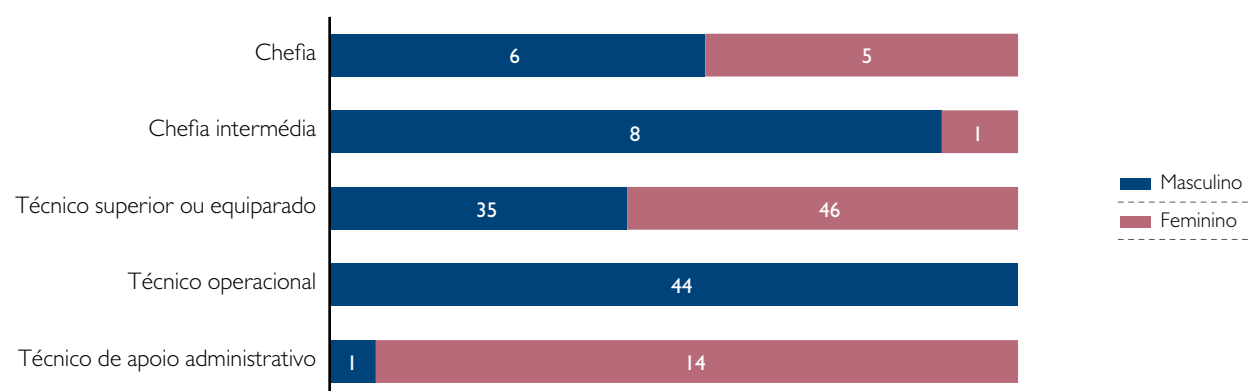
Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública, estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria desenvolvendo as ferramentas e metodologias subsequentes para a captura de valor, destacando-se, no presente ano, o desenvolvimento de procedimentos de contratação de viaturas em regime de AOV, de Energia em Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, Serviços de Vigilância e Segurança, Reagentes, Economato, Contratação de Seguros Patrimoniais e Acidentes de Trabalho para o Grupo AdP, entre outros.

Relatório sobre Remunerações

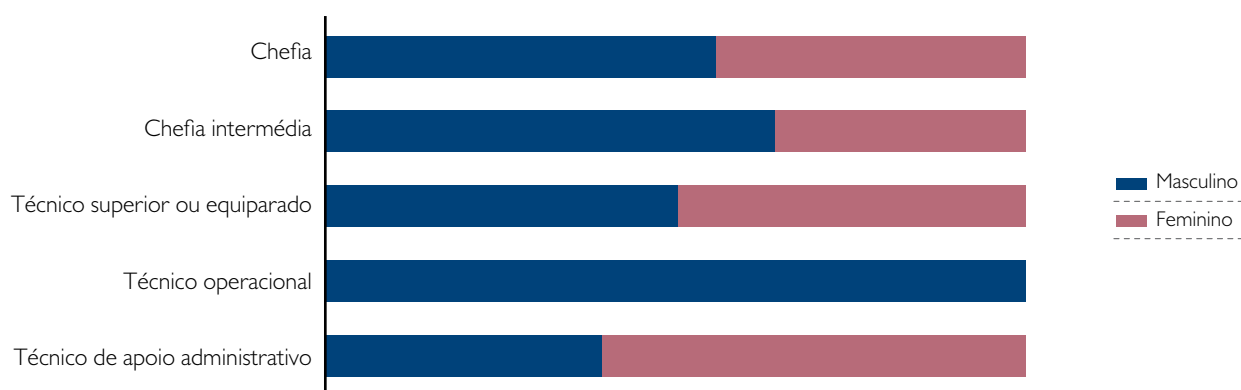
Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Algarve, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de contas, a informação sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

A informação relativa ao ano de 2015 é apresentada de seguida:

Numero de pessoas por género



Retribuição total média mesal por género



10- Perspetivas Futuras

Em 2016 será iniciada a execução da empreitada da ETAR de Faro e Olhão e ainda a nova ETAR da Companheira (Portimão). Serão ainda realizadas outras obras de menor envergadura relacionadas com a melhoria das condições de operacionalidade e das condições de segurança dos Sistemas.

Prevê-se que o ano de 2016 seja um marco para novas perspetivas, desafios, oportunidades e relacionamento com os stakeholders.

Como empresa, queremos continuar a enfrentar os desafios futuros com a mesma força, com o mesmo animo que sempre nos orientou, assegurando com toda esta nossa postura, a continuidade da prestação e serviço público de qualidade no fornecimento e água e de recolha e tratamento de águas residuais, nas melhores condições, no que toca à qualidade e preço na área por nós servida.

Por um lado a reestruturação do sector, em particular pela concretização do processo de agregação das empresas que integram o Grupo AdP (harmonização entre litoral e interior), por outro o regulador (ERSAR) que viu aumentada a sua atuação, competências e independência, constitui assim, mais um desafio para ambas as entidades, reguladoras e reguladas.

A Águas do Algarve, S.A. prevê entregar ao Concedente, durante 2016, uma proposta de atualização dos contratos de concessão e respetivos EVEF's em vigor para cada área de negócio, sendo que os prazos propostos serão de 30 anos com início na data de entrega da proposta de revisão.

Prosseguiremos empenhados na melhoria contínua dos serviços prestados, na minimização e controlo dos aspetos e impactes ambientais da nossa atividade e na promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, mantendo a certificação do Sistema de Responsabilidade Empresarial, em todas as suas vertentes: Qualidade, Ambiente, Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social, Segurança Alimentar, certificação do Produto e ainda a acreditação do Laboratório. Perspetivamos também o alargamento do Sistema de Responsabilidade Empresarial à ISO 50001 (Sistemas de Gestão de Energia).

À semelhança do implementado nas empresas que sofreram um processo de agregação, perspetiva-se para 2016, a adoção de uma estrutura organizacional adaptada às novas exigências do Grupo.

Prosseguimos em 2016, empenhados em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras. Continuaremos também a reforçar o nosso alinhamento com os princípios de Direitos Humanos e do Trabalho, Proteção do Ambiente e Mecanismos Anticorrupção.

As tarifas a aplicar em 2016 já foram aprovadas pela ERSAR, à data de elaboração deste relatório, e os valores continuam a ser os mesmos aos dos anos de 2014 e 2015, ou seja, 0,4710€/m³ e 0,6304€/m³ para o abastecimento e saneamento, respetivamente.

11- Considerações Finais

Por fim o Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- Ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, na pessoa de Sua Excelência o Sr. Ministro, pelo interesse, empenho, incentivo e apoio;
- À Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, pelo seu elevado contributo para a melhoria do serviço prestado;
- À Agência Portuguesa para o Ambiente, pela disponibilidade sempre demonstrada;
- À Águas de Portugal, SGPS, S.A. o reconhecimento pelo apoio e orientações prestadas;
- Aos Municípios acionistas o profundo agradecimento pela participação empenhada nos diversos aspetos da atividade da Empresa;
- Aos Organismos Regionais o reconhecimento pela colaboração prestada;
- Aos Órgãos Sociais da Empresa pela cooperação demonstrada no exercício das suas competências.

A todos os Colaboradores da Empresa, que com a sua dedicação, competência, profissionalismo e zelo, tornaram possível a concretização dos objetivos definidos e dos sucessos alcançados durante o ano de 2015.

12- Proposta de Aplicação de Resultados

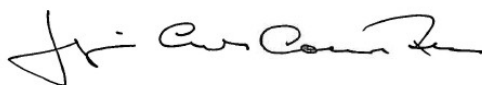
O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no valor de 6.942.498,44 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal, equivalente a 5% dos resultados líquidos, no valor de 347.124,92 euros;
- Remanescente, no valor de 6.595.373,52 euros para distribuição de dividendo.

Visando a diminuição da remuneração acionista em dívida, propõe ainda o Conselho de Administração que o valor dos resultados transitados no valor de 4.122.725,82 euros e das reservas livres no valor de 579.173,29 euros sejam também distribuídos em dividendo, perfazendo um total de distribuição de dividendos, relativos a 2015, de 11.297.272,63 euros, a repartir por cada um dos acionistas nos termos do Contrato de Concessão.

Faro, 24 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração



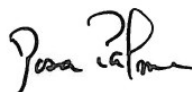
Joaquim Carlos Correia Peres
(Presidente)



Jorge Manuel Coelho da Silva Torres
(Vogal Executivo)



Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
(Vogal Executivo)



Rosa Cristina Gonçalves Palma
(Vogal)




Rui Miguel da Silva André
(Vogal)



The background of the page is a photograph of a desk. On the left side, there is a laptop with a blue tray holding some papers. The desk surface is covered with a light-colored cloth. The overall scene is brightly lit, creating a clean and professional atmosphere.

C-Demonstrações
financeiras

do exercício
de 2015

A large, irregularly shaped area filled with green watercolor paint, serving as a background for the title text.

C-Demonstrações financeiras do exercício de 2015

C- Demonstrações financeiras do exercício de 2015

Introdução

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o conselho de administração da Águas do Algarve, S.A., submeter à apreciação da assembleia geral desta empresa as contas do exercício do ano de 2015.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira;
- Demonstração de resultados e rendimento integral;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Constituem, também, elementos do relatório os seguintes Anexos:

- Notas às demonstrações financeiras.

No final do presente relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e parecer do conselho fiscal;
- Certificação legal de contas.

I. Contas Individuais do Exercício de 2015

I.1 Demonstração da Posição Financeira

(Unidade: Euros)

RUBRICAS	Notas	2015	2014
ATIVO			
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6	423.575.604,68	427.538.888,07
Ativos fixos tangíveis	6	1.208.253,21	1.189.219,61
Investimentos financeiros	7	11.899.003,62	8.267.571,27
Impostos diferidos ativos	8	18.425.529,85	17.260.843,54
Clientes e outros ativos não correntes	9	26.588.751,12	21.246.723,48
Total dos ativos não correntes		481.697.142,48	475.503.245,97
Ativos Correntes			
Inventários	10	1.525.749,48	1.473.813,93
Clientes	11	23.758.518,42	33.934.698,98
Estado e outros entes públicos	12	181.416,46	96.997,77
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	281.556,47	0,00
Outros ativos correntes	13	5.792.807,68	3.524.058,17
Caixa e seus equivalentes	14	19.610,45	6.665.678,22
Total do ATIVO		513.256.801,44	521.198.493,04
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Próprio dos Acionistas			
Capital social	15	29.825.000,00	29.290.875,00
Reservas e outros ajustamentos	15	2.344.920,25	2.087.960,71
Resultados transitados	15	4.122.725,82	4.122.725,82
Resultado líquido do exercício		6.942.498,44	5.139.190,72
Total do CAPITAL PRÓPRIO		43.235.144,51	40.640.752,25
PASSIVO			
Passivos Não Correntes			
Provisões	16	598.339,36	598.339,36
Empréstimos	17	222.785.518,69	233.326.601,39
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	6.958.237,44	7.590.780,05
Acréscimo de gastos de investimento contratual	19	55.442.472,37	50.575.787,17
Impostos diferidos passivos	8	7.731.468,70	8.080.277,70
Subsídios ao investimento	20	145.513.134,44	151.151.619,40
Total dos passivos não correntes		439.029.171,00	451.323.405,07
Passivos Correntes			
Empréstimos	17	11.694.706,37	11.121.479,06
Fornecedores	22	5.400.972,69	8.002.445,73
Outros passivos correntes	23	12.254.586,06	6.702.415,29
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	0,00	1.817.742,25
Estado e outros entes públicos	12	1.642.220,81	1.590.253,39
Total dos passivos correntes		30.992.485,93	29.234.335,72
Total do PASSIVO		470.021.656,93	480.557.740,79
Total do PASSIVO e do CAPITAL PRÓPRIO		513.256.801,44	521.198.493,04

I.2 Demonstração dos Resultados e Rendimento Integral

(Unidade: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas	+ 25	32.121.083,12	30.529.122,18
Prestações de serviços	+ 25	23.864.442,93	23.292.835,20
Rendimentos de serviços de construção	+ 25	9.523.307,21	10.659.060,26
Volume de negócios	=	65.508.833,26	64.481.017,64
Gastos das vendas/variação dos inventários	- 26	2.133.207,17	2.068.481,58
Gastos de serviços de construção	- 26	9.179.474,44	10.058.015,03
Margem bruta	=	54.196.151,65	52.354.521,03
Fornecimentos e serviços externos	- 27	20.012.296,04	18.976.774,41
Gastos com pessoal	- 28	5.091.230,95	5.078.437,64
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	- 29	18.662.842,03	17.936.981,06
Provisões e reversões do exercício	- 30	0,00	519.828,06
Perdas por imparidade e reversões	- 31	0,00	587.398,26
Subsídios ao investimento	+ 21	5.069.549,50	4.904.998,14
Outros gastos e perdas operacionais	- 32	656.516,20	515.811,23
Outros rendimentos e ganhos operacionais	+ 33	731.496,65	530.634,80
Resultados operacionais	=	15.574.312,58	14.174.923,31
Gastos financeiros	- 34	9.157.716,07	10.740.205,47
Rendimentos financeiros	+ 35	2.622.017,90	5.272.369,10
Resultados financeiros	=	-6.535.698,17	-5.467.836,37
Resultados antes de impostos		9.038.614,41	8.707.086,94
Imposto do exercício	- 24	3.609.611,28	4.389.110,22
Imposto diferido	+ 8	1.513.495,31	821.214,00
Resultado líquido do exercício operações continuadas	=	6.942.498,44	5.139.190,72
Resultado líquido do exercício	=	6.942.498,44	5.139.190,72
Rendimento integral		6.942.498,44	5.139.190,72
Resultado por ação (básico e diluído)		1,16	0,86
Rendimento integral por ação (básico e diluído)		1,16	0,86

I.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

(Unidade: Euros)

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	29.230.875,00	1.933.032,25	4.122.725,82	3.098.569,15	38.385.202,22
Aplicação do resultado líquido do exercício		154.928,46		-154.928,46	0,00
Realização de capital	60.000,00				60.000,00
Dividendos pagos				-2.943.640,69	-2.943.640,69
Resultado líquido do exercício				5.139.190,72	5.139.190,72
Saldo a 31 de Dezembro de 2014	29.290.875,00	2.087.960,71	4.122.725,82	5.139.190,72	40.640.752,25
Aplicação do resultado líquido do exercício		256.959,54		-256.959,54	0,00
Realização de capital	534.125,00				534.125,00
Dividendos pagos				-4.882.231,18	-4.882.231,18
Resultado líquido do exercício				6.942.498,44	6.942.498,44
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	29.825.000,00	2.344.920,25	4.122.725,82	6.942.498,44	43.235.144,51

I.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Unidade: Euros)

FLUXO	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	68.034.998,38	74.179.921,81
Recebimentos operacionais - Outros	396.026,69	1.277.541,82
Pagamentos a fornecedores	-34.209.832,16	-32.889.247,64
Pagamentos ao pessoal	-2.737.384,79	-2.666.248,06
Pagamentos ao Estado	-1.368.885,91	-1.669.099,64
Pagamento de IRC	-6.561.291,61	-3.758.657,87
Pagamento de exploração - Outros	-22.352,19	-109.344,32
Fluxo das atividades operacionais	23.531.278,41	34.364.866,10
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	541.151,39	528.952,01
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0,00	154,00
Recebimentos de ativos intangíveis	0,00	3.206,00
Recebimentos de subsídios de investimento	3.429.420,93	6.983.908,84
Pagamentos de investimentos financeiros	-3.631.432,35	0,00
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-11.509,03	-10.421,31
Pagamentos de ativos intangíveis	-8.919.294,83	-10.312.176,72
Fluxo das atividades de investimento	-8.591.663,89	-2.806.377,18
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	210.000,00	2.500.000,00
Subsídios e doações	110.418,88	195.712,47
Outros recebimentos de financiamento	41.884,56	147.396,60
Recebimentos de realizações de capital	534.125,00	60.000,00
Pagamentos de empréstimos obtidos	-10.999.959,82	-20.941.122,67
Pagamentos de juros e gastos similares	-6.234.607,61	-6.830.772,42
Pagamentos de dividendos	-4.616.329,23	-2.616.515,62
Outros pagamentos de financiamentos	-355.501,38	-331.085,42
Fluxo das atividades de financiamento	-21.309.969,60	-27.816.387,06
Varição de caixa e seus equivalentes	-6.370.355,08	3.742.101,86
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.334.158,98	2.592.057,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-36.196,10	6.334.158,98

(Unidade: Euros)

	2015	2014
Caixa e seus equivalentes no fim do período		
Caixa	9.500,00	9.000,00
Depósitos à ordem	10.110,45	6.656.678,22
Tesouraria ativa	19.610,45	6.665.678,22
Descobertos bancários	-55.806,55	-331.519,24
Tesouraria passiva	-55.806,55	-331.519,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-36.196,10	6.334.158,98

1.5 Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2014

(Montantes expressos em Euros)

1- Informação geral	86
2- Políticas contabilísticas	87
3- Políticas de gestão do risco financeiro	99
4- Estimativas e julgamentos	102
5- Instrumentos Financeiros por categoria	103
6- Ativos intangíveis e tangíveis	103
7- Investimentos financeiros	105
8- Impostos diferidos ativos e passivos	106
9- Clientes e outros ativos não correntes	107
10- Inventários	107
11- Clientes	107
12- Estado e outros entes públicos	109
13- Outros ativos correntes	109
14- Caixa e bancos	109
15- Capital	110
16- Provisões	110
17- Empréstimos	111
18- Fornecedores e outros passivos não correntes	112
19- Acréscimos de custos de investimento contratual	112
20- Subsídios ao investimento	112
21- Subsídios - movimentos	112
22- Fornecedores correntes	113
23- Outros passivos correntes	113
24- Imposto sobre o rendimento	113
25- Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção	115
26- Gastos das vendas e dos serviços de construção	115
27- Fornecimentos e Serviços Externos	115
28- Gastos com pessoal	116
29- Amortizações, depreciações e reversões do exercício	116
30- Provisões e reversões do exercício	116
31- Perdas por imparidade e reversões do exercício	117
32- Outros gastos operacionais	117
33- Outros rendimentos e ganhos operacionais	117
34- Gastos financeiros	117
35- Rendimentos financeiros	118
36- Transações com entidades relacionadas	118
37- Compromissos	119
38- Ativos e passivos contingentes	122
39- Informações exigidas por diplomas legais	128
40- Rendimento garantido	129
41- Eventos subsequentes	130

I. Informação Geral

I.1 Atividade

A Águas do Algarve, S.A. (adiante designada também por Empresa ou Sociedade) foi constituída em 5 de Agosto de 2000, tendo a sua sede social na Rua do Repouso, nº 10, em Faro.

A Águas do Algarve, S.A., tem como atividade principal a exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais (saneamento) no Algarve.

A Águas do Algarve, S.A é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-lei nº 168/2000 de 5 de agosto, por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A. e Águas do Barlavento Algarvio, S.A.. Essas Sociedades foram constituídas, respetivamente, pelo Decreto-lei nº 130/95, de 5 de junho, e nº 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Sotavento e ao Barlavento Algarvio, criados pelo Decreto-lei nº 379/93 de 05 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-lei nº 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-lei nº 172/B-2001 de 26 de maio e celebrado o Contrato de Concessão entre o Estado Português e a Empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro, com a publicação do Decreto-lei nº 285/2003 foi criado o Sistema multimunicipal de abastecimento de água ao Algarve, resultante da fusão dos Sistemas do Barlavento e do Sotavento, tendo sido em 7 de fevereiro de 2005 assinado o respetivo contrato de concessão.

Em 30 de abril de 2010 foi submetido ao Concedente o Contrato de Concessão com a unificação e a revisão do Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, celebrado em 7 de fevereiro de 2005, em substituição dos contratos de concessão relativos aos Sistemas Multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água do Sotavento Algarvio e do Barlavento Algarvio, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 285/2003, de 8 de novembro, e o Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, celebrado em 26 de maio de 2001, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 167/2000, de 5 de agosto, ambas atribuídas à mesma entidade gestora concessionária, a saber a Águas do Algarve, S.A. A concessão tem o seu início nas datas previstas no Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, celebrado em 7 de fevereiro de 2005, e o Contrato de Concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, celebrado em 26 de maio de 2001, terminando no dia 31 de dezembro de 2037. Como parte integrante do Contrato de Concessão foi submetido o respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira.

Apesar do Concedente não ter aprovado este Contrato de Concessão e o respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, a ERSAR aprovou os Orçamentos e Projetos Tarifários nos diversos exercícios subsequentes com base nos pressupostos definidos.

Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, de forma a permitir a recuperação de gastos inerentes à concessão e remunerar os capitais próprios investidos, a empresa optou por não refletir esta situação nas demonstrações financeiras, ou seja, não registou qualquer desvio tarifário.

Assim, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da concessão, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

1.2 Acionistas

O capital social realizado da Empresa é de 29.825.000 euros, correspondendo a 5.965.000 ações de valor nominal de 5 euros cada. A estrutura acionista é a seguinte:

Acionistas	Quantidade	Ações Valor	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	3.247.447	16.237.235	54,44%
Município de Albufeira	289.270	1.446.350	4,85%
Município de Alcoutim	17.236	86.180	0,29%
Município de Aljezur	34.046	170.230	0,57%
Município de Castro Marim	32.787	163.935	0,55%
Município de Faro	409.788	2.048.940	6,87%
Município de Lagoa	187.813	939.065	3,15%
Município de Lagos	202.726	1.013.630	3,40%
Município de Loulé	338.797	1.693.985	5,68%
Município de Monchique	25.718	128.590	0,43%
Município de Olhão	230.791	1.153.955	3,87%
Município de Portimão	369.206	1.846.030	6,19%
Município de São Brás de Alportel	49.607	248.035	0,83%
Município de Silves	222.439	1.112.195	3,73%
Município de Tavira	135.680	678.400	2,27%
Município de Vila do Bispo	53.605	268.025	0,90%
Município de Vila Real de Santo António	118.044	590.220	1,98%
Totais	5.965.000	29.825.000	100,00%

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 24 Fevereiro de 2016 na sede da Empresa em Faro.

2. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.).

As políticas contabilísticas utilizadas pela Águas do Algarve, S.A. na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015, são consistentes com as utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2014, apresentadas como comparativo.

2.1 Bases de apresentação

Novas normas e alteração de políticas

2.1.1. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. A Empresa adotou a IFRIC 12 (Acordos de Concessão de Serviços) que prescreve que tipicamente os Contratos de Concessão preveem que as empresas concessionárias prestem duas naturezas de serviços: (i) construção de infraestruturas e (ii) operação das infraestruturas. De acordo com este entendimento as empresas concessionárias devem reconhecer o rendimento associado a cada natureza do serviço. Ou seja, de acordo com a IFRIC 12, a construção da infraestrutura pelo concessionário constitui um serviço que este presta ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, será por este remunerado. No âmbito da IFRIC 12, as infraestruturas não devem ser reconhecidas

como ativos fixos tangíveis do concessionário (prática já adotada pelas empresas concessionárias do Grupo AdP), dado que o acordo de prestação contratual de serviços não confere ao concessionário o direito de controlar o uso das infraestruturas de serviço público. O concessionário tem o usufruto das infraestruturas durante o prazo da concessão de modo a prestar o serviço público por conta da entidade concedente, de acordo com as condições especificadas no contrato. Em teoria, a concessionária constrói as infraestruturas (corpóreas), vende-as ao concedente, que posteriormente atribui à concessionária o direito (intangível) de as utilizar na prestação do serviço público, durante o prazo de concessão.

A empresa concessionária deve reconhecer o rédito e gastos relacionados com a atividade de construção ou modernização dos serviços/infraestruturas de acordo com a IAS 11 (contratos de construção). Nesta circunstância são considerados como rédito dos serviços de construção o incremento do exercício do direito de utilização de infraestrutura e, como gasto dos serviços de construção o valor incorporado por terceiros nesta atividade e não os valores capitalizados. Esta diferença corresponde à margem exigida pelo IFRIC 12. Esta política contabilística do reconhecimento do rédito de construção foi aplicada pela primeira vez no exercício de 2015, pelo que foram reexpressadas as contas relativas ao exercício de 2014 no comparativo apresentado. O quadro em baixo quantifica os respetivos efeitos no exercício de 2015 e 2014 na demonstração dos resultados e do rendimento integral:

Rúbricas Contabilísticas	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Rendimento de Serviços de Construção	9 523 307	10 659 060
Gastos de Serviços de Construção	9 179 474	10 058 015
Margem	343 833	601 045
Fornecimentos e Serviços Externos	177	28 312
Gastos com Pessoal	331 028	342 669
Gastos Financeiros	12 628	230 064
Resultado Líquido do Exercício	0	0

2.1.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

- Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014); esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.
- Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - o IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos; as emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - o IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”); no contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.

- o IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13> As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (ou grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

2.1.3. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016

- Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 2015/28, de 17 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

- o IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição; as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
- o IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente; as emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
- o IFRS 8 Segmentos Operacionais; as emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
- o IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- o IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência; as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
- o IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização; as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 2015/29, de 17 de dezembro de 2014); as emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

- Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015); as emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

- Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015); as emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

- Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015); a emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um

ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

- Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015), os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
 - IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
 - IAS 19 Benefícios dos Empregados – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
 - IAS 34 Relato Financeiro Intercalar – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.
- Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.
- Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.2 Atividade concessionada e regulada

2.2.1. Introdução

A Águas do Algarve, S.A. desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

A Águas do Algarve, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2. Enquadramento - atividade concessionada (IFRIC 12)

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Algarve, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.2.3. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da Águas do Algarve, S.A., nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a Águas do Algarve, S.A. como concessionária do sistema multimunicipal do Sistema Multimunicipal classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são registadas em imobilizações em curso. Os custos que podem ser registados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são registados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4. Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

2.2.5. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Algarve, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6. Desvio de recuperação de gastos

Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, de forma a permitir a recuperação de gastos inerentes à concessão e remunerar os capitais próprios investidos, a empresa optou por não refletir esta situação nas demonstrações financeiras, ou seja, não registou qualquer desvio tarifário.

2.2.7. Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como valores a receber ou outros devedores.

2.2.8. Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Nesta circunstância são considerados como rédito dos serviços de construção o incremento do exercício do direito de utilização de infraestrutura e, como gasto dos serviços de construção o valor incorporado por terceiros nesta atividade e não os valores capitalizados. Esta diferença corresponde à margem exigida pelo IFRIC 12.

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A., estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Algarve, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Águas do Algarve, S.A. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratados como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.4.1 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a Águas do Algarve, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação.

2.5 Ativos intangíveis

2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.5.2.

2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.6 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Algarve, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente.

O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Algarve, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos detidos até à maturidade;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação).

2.6.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas:

- Ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar e;
- Investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Algarve, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Algarve, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.6.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba:

- os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.6.4 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.4.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.6.4.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Algarve, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.6.4.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pelos serviços prestados pela Águas do Algarve, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Globalmente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remota.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 Imparidade

2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

2.10.1.1 Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Algarve, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor e;
- O perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos.

Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Globalmente a empresa não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remota.

2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Algarve, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

2.10.2.1 Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

2.10.2.2 Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.13 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Algarve, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.14 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Algarve, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de ex-fluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. A Águas do Algarve, S.A., apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.17.1 Vendas e prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água e saneamento de águas residuais

O rédito é reconhecido com base em:

- Consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.17.2 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas do Algarve, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.18 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Algarve, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro).

O Grupo Águas de Portugal, SGPS, SA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da Águas de Portugal, SGPS, SA e suas participadas.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo Águas de Portugal.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Algarve, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando:

- 1) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial;
- 2) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e
- 3) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A. continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

Os recebimentos obtidos dos Municípios através do PAEL nos anos de 2015 e 2014 constam do quadro seguinte:

Recebimentos ao abrigo do PAEL	2015	2014
Município de Albufeira	0	3.828.916
Município de Lagoa	0	0
Município de Lagos	0	0
Município de Loulé	0	0
Município de VRSA	0	4.214.148
	0	8.043.064

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Algarve, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2015, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço

Ativos financeiros bancários	2015
Depósitos à ordem	10.110
Fundo de reconstituição do capital	11.899.004
Ativos financeiros bancários	11.909.114

Rating	2015
BI	392
Ba1	11.899.004
Ba3	541
Baa1	4.372
Caa2	2.481
Baa3	1.274
Caa1	240
Não disponível	811
Rating dos ativos financeiros bancários	11.909.114

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2015.

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Algarve, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

A Águas do Algarve, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal.

Tal como o país, a Águas do Algarve, S.A. atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas do Algarve, S.A. procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Algarve, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, com exceção do valor presente das dívidas do património integrado no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	11.694.706	55.351.817	167.433.702
Fornecedores e outros passivos	17.655.559	2.129.273	4.828.964

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Algarve, S.A. advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Algarve, S.A. ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Algarve, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

Juros suportados	2015	2014
Real	7.265.270	8.837.750
Taxa média + 1%	9.610.072	11.282.223
Taxa média - 1%	4.920.468	6.393.276

3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas do Algarve, S.A. em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Algarve, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2015	2014
Empréstimos não correntes	222.785.519	233.326.601
Empréstimos correntes	11.694.706	11.121.479
Disponibilidades	-19.610	-6.665.678
Dívida	234.460.615	237.782.402
Subsídios ao investimento	145.513.134	151.151.619
Total do capital próprio	43.235.145	40.640.752
Capital	423.208.894	429.574.774
Dívida: Total do Capital	0,55	0,55

O modelo de financiamento da Águas do Algarve, S.A. assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º).

Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Águas do Algarve, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Algarve, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de ex-fluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Algarve, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Algarve, S.A..

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Algarve, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas do Algarve, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Algarve, S.A. foram identificadas duas situações com elevada probabilidade de imparidade nos ativos reportados. Para mais informações, consultar a nota 31 no presente anexo.

4.4 Acréscimo de gasto para investimentos contratuais

A amortização do investimento contratual a qual, conforme divulgado na nota 2.5.3, é calculada com base no método da depleção, depende significativamente de estimativas de investimentos a realizar até ao final da concessão, estando as mesmas suportadas pela melhor estimativa da Águas do Algarve, S.A., a qual se encontra consubstanciada no EVEF do ano de 2010, o qual aguarda aprovação do Concedente.

4.5 Provisão para impostos

A Águas do Algarve, S.A., suportada nas posições dos seus consultores fiscais, e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros constantes da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015 estão classificados pelas seguintes categorias:

Instrumentos financeiros por categoria	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da DPF a 31.Dez.2015
Ativos intangíveis			0	423.575.605	423.575.605
Ativos tangíveis			0	1.208.253	1.208.253
Investimentos financeiros	11.899.004		11.899.004		11.899.004
Impostos diferidos ativos			0	18.425.530	18.425.530
Clientes e outros ativos não correntes	26.588.751		26.588.751		26.588.751
Clientes e outros ativos correntes	23.758.518		23.758.518		23.758.518
Inventários			0	1.525.749	1.525.749
Estado e outros entes públicos	181.416		181.416		181.416
Imposto sobre o rendimento do exercício	281.556		281.556		281.556
Outros ativos correntes	5.792.808		5.792.808		5.792.808
Caixa e seus equivalentes	19.610		19.610		19.610
Total do Ativo	68.521.664	0	68.521.664	444.735.137	513.256.801
Provisões			0	598.339	598.339
Empréstimos não correntes		222.785.519	222.785.519		222.785.519
Fornecedores e outros passivos não correntes		6.958.237	6.958.237		6.958.237
Impostos diferidos passivos			0	7.731.469	7.731.469
Acréscimos de gastos do investimento contratual			0	55.442.472	55.442.472
Subsídios ao investimento			0	145.513.134	145.513.134
Empréstimos correntes		11.694.706	11.694.706		11.694.706
Fornecedores		5.400.973	5.400.973		5.400.973
Outros passivos correntes		12.254.586	12.254.586		12.254.586
Estado e outros entes públicos		1.642.221	1.642.221	0	1.642.221
Total do Passivo	0	260.736.242	260.736.242	209.285.415	470.021.657

6. Ativos intangíveis e tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o movimento dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

6.1 Ativos intangíveis

Ativo líquido intangível	2015	2014
Propriedade industrial e outros direitos	488.962	397.404
Direitos de utilização de infraestruturas	423.086.643	427.141.484
Ativos intangíveis	423.575.605	427.538.888

6.1.1 Movimentos do período

Ativos líquidos intangíveis	2014	Aumentos	Transferências	2015
Valor bruto dos ativos intangíveis:				
Despesas de desenvolvimento	236.923	139.544	16.920	393.387
Propriedade industrial e outros direitos	773.334	0	0	773.334
Ativos intangíveis em curso	23.940.543	9.256.935	-577.180	32.620.299
Direitos de utilização de infraestruturas	551.701.454	378.817	560.260	552.640.531
Valor Bruto dos ativos intangíveis	576.652.254	9.775.296	0	586.427.550
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis:				
Despesas de desenvolvimento	-236.923	-37.750	-46	-274.720
Propriedade industrial e outros direitos	-375.930	-27.109	0	-403.039
Direitos de utilização de infraestruturas	-148.500.513	-13.673.720	46	-162.174.186
Amortizações acumuladas dos ativos intangíveis	-149.113.366	-13.738.579	0	-162.851.945
Ativos líquidos intangíveis	427.538.888	-3.963.283	0	423.575.605

Durante o ano de 2015 passaram a firme cerca de 577.180 euros sendo as principais infraestruturas abrangidas:

- 1- Construção da ETAR de S. Bartolomeu de Messines (217.608 euros);
- 2- Medidas Ambientais de Odelouca (103.327 euros);
- 3- Construção da Barragem de Odelouca (64.072 euros);
- 4- Ligação de Monchique ao Sistema SMSA (43.635 euros);
- 5- CE-Sistema Elevatório do Carvoeiro (32.743 euros).

As empreitadas mais importantes que se encontravam em curso, no final do exercício, constam do quadro seguinte:

Obras em Curso	Montante
ETAR de Vila Real S. António - Fase II - Construção Civil	2.210.931
ETAR do Martinhal (Sagres) - Construção Civil	1.199.500
ETAR de Vila Real S. António - Custos Capitalizáveis	1.103.188
Reforço de Adução ao Concelho de Loulé - Fase I - Parte I - Condução - Construção Civil	961.941
Tratamento de Águas Residuais- Albufeira Lagoa Silves - 3ª Fase-Emissário Final da ETAR Poente - Construção Civil	885.372
Aproveitamento Hidráulico Odeleite-Beliche - Fornecimento e Montagem de 2 Variadores - Instalações Elétricas	779.950
Sistema Elevatória de Pinhal do Concelho - Gestão da Qualidade - Revisão de Preços	690.452
Tratamento de Águas Residuais- Albufeira Lagoa Silves - EE3 e EE6 - Estações Elevatórias - Construção Civil	689.000
ETAR de Vila Real S. António - ETAR - Equipamento	03.822
Obras Complementares - Novas Infraestruturas da FAGAR - Áreas 5 e 6 - Construção Civil	591.781
Tratamento de Águas Residuais- Albufeira Lagoa Silves - EE3 e EE6 - Estações Elevatórias - Equipamento	569.942
Central de Produção IE Alcantarilha - Alcantarilha - Instalações Elétricas	520.454

No presente exercício, foram capitalizados 343.833 euros relativos a gastos com o pessoal (331.028 euros), gastos financeiros (12.628 euros) e fornecimentos e serviços externos (177 euros). Estes valores correspondem à margem dos serviços de construção.

6.2 Ativos tangíveis

Ativo líquido fixo tangível	2015	2014
Terrenos Recursos Naturais	88.600	88.600
Edifícios Outras Construções	866.840	884.201
Equipamento Básico	7.247	6.127
Equipamento Transporte	0	0
Equipamento Administrativo	60.341	76.807
Ferramentas e Utensílios	0	0
Ativo fixo tangível - Outros	1.534	218
Ativo fixo tangível - Em curso	183.692	133.266
Ativos tangíveis	1.208.253	1.189.220

6.2.1 Movimentos do período

Valor líquido dos ativos fixos tangíveis	2014	Aumentos	Transferências	Reclassificações	2015
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis:					
Terrenos	88.600	0	0	0	88.600
Edifícios e outras construções	1.313.665	11.645	0	0	1.325.310
Equipamento básico	19.904	4.363	0	0	24.267
Equipamento de transporte	98.845	0	0	240	98.845
Equipamento administrativo	1.778.197	8.644	0	0	1.786.841
Outros	8.950	1.533	0	0	10.484
Ativos tangíveis fixos em curso	133.266	50.426	0	0	183.692
Valor bruto dos ativos fixos tangíveis	3.441.427	76.611	0		3.518.038
Amortizações acumuladas dos ativos fixo tangíveis:					
Edifícios e outras construções	-429.464	-29.007	0	0	-458.471
Equipamento básico	-13.777	-3.242	0	0	-17.020
Equipamento de transporte	-98.845	0	0	-215	-98.845
Equipamento administrativo	-1.701.390	-25.110	0	0	-1.726.500
Outros	-8.732	-218	0	0	-8.950
Amortizações acumuladas dos ativos fixos tangíveis	-2.252.207	-57.577	0	-215	-2.309.785
Ativos líquidos fixos tangíveis	1.189.220	19.034	0		1.208.253

7. Investimentos financeiros

Investimentos financeiros		2015	2014
Fundo de renovação do investimento	0	0	
Fundo de reconstituição do capital social		11.899.004	8.267.571
Participação financeira		0	0
Investimentos financeiros		11.899.004	8.267.571

Nos termos do disposto na cláusula 17ª do Contrato de Concessão, a Águas do Algarve, S.A., encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do Capital Social, para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital, que será gerido pela concessionária, a qual terá direito ao mesmo, no termo do contrato. Nestes termos foi registado em Investimentos Financeiros, as aplicações CEDIM/CEDIC efetuadas no IGCP para o efeito.

8. Impostos diferidos

Impostos Diferidos	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	5%	0%	5%	5%	5%
Ativos por Impostos Diferidos	0	0	0	0	0
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	0	0	0	0	0
Provisões - perdas de imparidade	0	0	0	0	0
Provisões - pensões	0	0	0	0	0
Provisões - outros	0	0	0	0	0
Indemnizações por reforma antecipada	0	0	0	0	0
Outros					
Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado	58.360.835	0	5.081.350	(1.824.666)	61.617.520
Diferença Amortização/subsídios – investimentos realizados	7.942.549	0	1.232.339	(7.923)	9.166.965
Custo amortizado	0	0	0	0	0
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Ajustamentos Transição - Subsídios	0	0	0	0	0
Outros (detalhe outros em comentário)	0	0	0	0	0
Base de incidência	66.303.384	0	6.313.689	(1.832.589)	70.784.484
IRC	13.941.887	(398)	1.325.875	(384.844)	14.882.520
Derrama	3.318.954	0	315.684	(91.629)	3.543.009
Imposto diferido ativo reconhecido	17.260.841	(398)	1.641.559	(476.473)	18.425.529
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	5%	0%	5%	5%	5%
Passivos por impostos diferidos	0	0	0	0	0
Reavaliações					
Reavaliações fiscais	0	0	0	0	0
Reavaliações livres	0	0	0	0	0
Reinvestimento de mais valias	0	0	0	0	0
Outros					
Ajustamentos Transição -Amortizações/subsídios - investimento contratual não realizado	31.077.988	0	0	0	(1.341.572)
29.736.417					
Diferença Amortização fiscal / contabilística / subsídio investimento contratual realizado	0	0	0	0	0
Desvio tarifário	0	0	0	0	0
Comissões BEI	0	0	0	0	0
Base de incidência	31.077.988	0	0	(1.341.572)	29.736.417
IRC	6.526.378	0	0	(281.730)	6.244.648
Derrama	1.553.899	0	0	(67.079)	1.486.821
Imposto diferido passivo reconhecido	8.080.277	0	0	(348.809)	7.731.468

A Águas do Algarve, SA, procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos resultantes dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais e das diferenças das depreciações e subsídios dos investimentos realizados reconhecidos contabilisticamente face aos dedutíveis fiscalmente.

Os principais movimentos do exercício resultam do reforço dos impostos diferidos ativos relativos às amortizações de 2015 do investimento contratual não realizado, da utilização de impostos diferidos ativos associados a amortizações tributadas em anos anteriores, e do desreconhecimento de ativos e passivos por impostos diferidos gerados na data de transição.

O cálculo de impostos diferidos ativos e passivos foi ainda ajustado de acordo com a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento refletida na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a qual se reduz de 23% para 21%, cujos valores estão inscritos na coluna de correções.

Ver nota 24.4 relativa ao diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão.

9. Clientes e outros ativos não correntes

Os valores em dívida de Clientes e outros ativos não correntes são apresentados no quadro seguinte:

Clientes e outros ativos não correntes	2015	2014
Clientes - Municípios (acordos)	13.976.302	9.347.028
Valor a receber do concedente (Valor residual Barragem)	12.422.810	11.526.236
Outros devedores	189.639	373.459
Clientes e outros ativos não correntes	26.588.751	21.246.723

Clientes/Municípios - Acordos	2015	2014
AMBIOLHÃO- Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	4.297.180	5.483.192
Município de Lagos	0	2.661.491
Município de VRSA (SGU)	9.284.909	0
Município de Vila do Bispo	394.214	1.202.345
Clientes/Municípios - Acordos	13.976.302	9.347.028

Ver nota 11.2 – Clientes/municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento.

9.1. Valor residual da Barragem de Odelouca

O valor presente residual da barragem de Odelouca, que ascende a 12,4 milhões de euros, foi atualizado à taxa das OT's a 10 anos.

10. Inventários

Inventários	2015	2014
Matérias-primas	358.413	355.056
Mercadorias	153	0
Materiais diversos	1.167.184	1.118.758
Inventários	1.525.749	1.473.814

A rubrica de “Matérias-primas” é constituída essencialmente por reagentes necessários às atividades operacionais. A rubrica de “Materiais diversos” inclui peças de substituição para a manutenção dos Sistemas.

11. Clientes

Os recebimentos obtidos dos Municípios através do PAEL nos anos de 2015 e 2014 constam do quadro seguinte:

Recebimentos ao abrigo do PAEL	2015	2014
Município de Albufeira	0	3.828.916
Município de Lagoa	0	0
Município de Lagos	0	0
Município de Loulé	0	0
Município de VRSA	0	4.214.148
	0	8.043.064

11.1 Clientes – correntes

O detalhe dos valores em dívida, com prazo de vencimento inferior a um ano, por parte dos Municípios clientes consta do quadro seguinte:

Clientes	2015	2014
Clientes municípios CP	19.223.524	27.195.367
Clientes acordos CP	2.150.708	1.942.665
Clientes Juros Mora	3.059.641	5.239.505
Clientes Injunções	1.216.570	1.449.088
Clientes Imparidades	-1.891.925	-1.891.925
Clientes	23.758.518	33.934.699

No exercício de 2015 não houve necessidade de efetuar reforço das imparidades anteriormente constituídas. É convicção do conselho de Administração que as imparidades registadas são suficientes.

11.2 Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Relativamente a 2015, apresenta-se o detalhe do total da dívida (corrente e não corrente) indicada nos quadros anteriores e tomando em consideração os planos de pagamento dos acordos celebrados.

Total clientes	Vencido até n-2	Vencido até n-1	Vencido até n	Total vencido	Não vencido	Total
Albufeira	5.785	43.581	599	49.966	636.055	686.021
Alcoutim	0	0	0	0	15.690	15.690
Aljezur	0	0	0	0	119.144	119.144
Castro Marim	0	0	-20.123	-20.123	92.477	72.354
Faro (Fagar-Faro)	1.875.197	164.064	0	2.039.261	929.625	2.968.886
Lagoa	0	0	0	0	419.771	419.771
Lagos	0	0	540.008	540.008	804.174	1.344.182
Loulé (Infralobo)	0	0	0	0	55.694	55.694
Loulé (Inframoura)	0	0	0	0	96.902	96.902
Loulé (Infraquinta)	0	0	0	0	77.908	77.908
Loulé (Município)	0	0	2.927	2.927	551.517	554.443
Monchique	0	0	-854	-854	11.827	10.974
Olhão (Ambiolhão)	0	0	721.078	721.078	6.058.455	6.779.533
Portimão (Emarp)	925	13.644	16.944	31.513	1.060.162	1.091.675
São Brás de Alportel	0	0	0	0	75.286	75.286
Silves	0	0	0	0	364.581	364.581
Tavira (Taviraverde)	3.430.401	102.494	752.590	4.285.484	284.482	4.569.966
Vila do Bispo	0	0	614.440	614.440	1.300.320	1.914.760
Vila Real de Santo António (Município)	0	0	774.611	774.611	0	774.611
Vila Real de Santo António (VRSA- SGU)	527.477	2.890.966	3.725.256	7.143.699	10.490.667	17.634.365
Totais	5.839.784	3.214.750	7.127.476	16.182.010	23.444.736	39.626.746

O total da dívida de clientes diminuiu de 45,2 milhões de euros para 39,6 milhões de euros, fruto da melhoria nos pagamentos por parte dos municípios. Para além do exposto, a Águas do Algarve, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais ao seu dispor para a cobrança da dívida vencida, nomeadamente através de ações em tribunal sobre os clientes Município de Tavira, Taviraverde, Município de Vila Real de Santo António e SGU (Clientes Injunções).

Relativamente aos clientes com antiguidades mais relevantes destacam-se os seguintes factos:

- Município de Faro (Fagar) e Município de Olhão – Os acordos em vigor estão a ser respeitados;
- Município de Vila do Bispo – O acordo em vigor está a ser cumprido parcialmente, registando-se atraso no pagamento de faturas do ano de 2015. Estão em curso negociações tendentes a estabelecer novo acordo para regularização desses valores, o que deverá acontecer nos primeiros meses de 2016;
- Município de Tavira (Taviraverde) – Embora em situação de contencioso judicial, estão em curso negociações tendentes a estabelecer um acordo para regularização dos valores em atraso;
- Município de Vila Real de Santo António (SGU) – O acordo assinado em fevereiro de 2015 não está a ser cumprido, mas estão em curso negociações tendentes a estabelecer um novo acordo para regularização dos valores em atraso.

A regularização do saldo vencido “N-2” do cliente FAGAR, EM será regularizado no âmbito do acerto de contas relativo ao protocolo de integração de infraestruturas do saneamento celebrado em 13 de março de 2007.

12. Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	2015	2014
IVA a receber	180.138	96.219
Retenções de Capitais	1.278	779
EOEP ativos (1)	181.416	96.998
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	-60.505	-72.947
Retenções - Segurança social	-95.528	-93.250
Outros	-1.486.187	-1.424.056
EOEP passivos (2)	-1.642.221	-1.590.253
Estado e Outros Entes Públicos (3)=(1)+(2)	-1.460.804	-1.493.256

A rubrica de “EOEP passivos- Outros” é constituída pelas taxas de recursos hídricos (TRH), de gestão de resíduos (TGR) e tributos das autarquias locais.

13. Outros ativos correntes

Outros ativos correntes	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores	186.856	224.147
Pessoal	9.211	7.165
Subsídios ao investimento - Fundo de Coesão	933.660	831.686
Outros devedores	670.871	275.771
Acréscimos de rendimentos	2.749.909	1.935.350
Diferimentos- gastos a reconhecer	1.242.302	249.939
Outros ativos correntes	5.792.808	3.524.058

Na rubrica “Subsídios ao Investimento” (Fundo de Coesão) estão registados valores a receber relativos a candidaturas aprovadas.

A rubrica de “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” engloba essencialmente valores relativos aos juros a receber decorrentes das aplicações de tesouraria na CEDIM/CEDIC (ver nota 7) e juros de mora a debitar a clientes.

14. Caixa e bancos

Caixa e bancos	2015	2014
Caixa	9.500	9.000
Depósitos à ordem	10.110	6.656.678
Depósitos a prazo	0	0
Caixa e bancos	19.610	6.665.678

15. Capital social

O quadro seguinte mostra a participação no capital social da Empresa nos dois últimos exercícios económicos:

Capital social	%	Capital subscrito 2015	Capital realizado 2015	Capital subscrito 2014	Capital realizado 2014
Águas de Portugal, SGPS, S.A	54,44%	16.237.235	16.237.235	16.237.235	16.237.235
Município de Albufeira	4,85%	1.446.350	1.446.350	1.446.350	1.446.350
Município de Alcoutim	0,29%	86.180	86.180	86.180	86.180
Município de Aljezur	0,57%	170.230	170.230	170.230	170.230
Município de Castro Marim	0,55%	163.935	163.935	163.935	163.935
Município de Faro	6,87%	2.048.940	2.048.940	2.048.940	2.048.940
Município de Lagoa	3,15%	939.065	939.065	939.065	939.065
Município de Lagos	3,40%	1.013.630	1.013.630	1.013.630	1.013.630
Município de Loulé	5,68%	1.693.985	1.693.985	1.693.985	1.693.985
Município de Monchique	0,43%	128.590	128.590	128.590	128.590
Município de Olhão	3,87%	1.153.955	1.153.955	1.153.955	619.830
Município de Portimão	6,19%	1.846.030	1.846.030	1.846.030	1.846.030
Município de São Brás de Alportel	0,83%	248.035	248.035	248.035	248.035
Município de Silves	3,73%	1.112.195	1.112.195	1.112.195	1.112.195
Município de Tavira	2,27%	678.400	678.400	678.400	678.400
Município de Vila do Bispo	0,90%	268.025	268.025	268.025	268.025
Município de Vila Real de Santo António	1,98%	590.220	590.220	590.220	590.220
Capital Social	100,00%	29.825.000	29.825.000	29.825.000	29.290.875

O capital subscrito foi totalmente realizado durante o ano de 2015 com a realização do capital pelo Município de Olhão.

15.1 Resultado por ação

O resultado apurado por ação consta do quadro seguinte:

Resultado por ação	2015	2014
Resultado líquido	6.942.498	5.139.191
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	5.965.000	5.858.175
Resultado por ação	1,16	0,88

15.2 Movimentos do período

As rubricas de resultados apresentaram os seguintes movimentos:

	2014	Afect. Res. Liq.	Dividendos	Res. Líquido	2015
Reservas e outros ajustamentos	2.087.961	256.960	0	0	2.344.920
Resultados transitados	4.122.726	0	0	0	4.122.726
Resultado líquido do exercício	5.139.191	-256.960	-4.882.231	6.942.498	6.942.498
	11.349.877	0	-4.882.231	6.942.498	13.410.145

16. Provisões

Durante 2015 não ocorreram movimentos de reforço ou de reversão da provisão existente.

16.1 Movimentos do período

O movimento ocorrido em 2015 nas provisões é demonstrado a seguir:

Movimento de provisões	2014	Aumentos	Reversões	2015
Provisões – outros	78.511	598.339	-78.511	598.339
	78.511	598.339	-78.511	598.339

É convicção do conselho de Administração que as provisões registadas são suficientes.

17. Empréstimos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, como segue:

Empréstimos por natureza	2015	2014
Empréstimos bancários BEI	192.785.519	199.424.419
Empréstimos bancários - banca comercial	0	0
Empréstimos - Locação financeira	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	30.000.000	35.000.000
Empréstimos não correntes (1)	222.785.519	234.424.419
Descobertos bancários	55.807	331.519
Empréstimos bancários BEI	6.638.900	5.789.960
Empréstimos bancários - banca comercial	0	0
Empréstimos - Empresa-mãe	5.000.000	5.000.000
Empréstimos - Locação financeira	0	0
Empréstimos correntes (2)	11.694.706	11.121.479
Total de empréstimos (3)=(1)+(2)	234.480.225	245.545.898

Os financiamentos diminuíram em 4,5% com especial destaque para a redução dos empréstimos bancários da AdP e dos financiamentos BEI.

17.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

A maturidade dos financiamentos é apresentada no seguinte quadro:

Empréstimos por maturidade	2015	2014
Até 1 ano	11.694.706	11.121.479
De 1 a 2 anos	12.742.586	11.638.900
De 2 a 3 anos	14.488.770	12.742.586
De 3 a 4 anos	13.682.937	14.488.770
De 4 a 5 anos	14.437.524	13.682.937
Superior a 5 anos	167.433.702	181.871.226
Total de empréstimos	234.480.225	245.545.898

Não se antecipa quaisquer restrições no cumprimento das obrigações relativamente aos financiamentos apresentados.

17.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

A divisão do financiamento bancário entre taxas de juro fixas e variáveis consta do mapa seguinte:

Empréstimos por tipo de taxas	2015	2014
Taxa de juro variável:		
Até 1 anos	6.818.054	7.093.767
De 1 a 2 anos	6.762.248	6.762.248
De 2 a 3 anos	6.762.248	6.762.248
Superior a 3 anos	20.576.923	27.339.171
Total de empréstimos com taxa de juro variável	40.919.473	47.957.434
Taxa de juro fixa:		
Até 1 anos	4.876.652	4.027.712
De 1 a 2 anos	5.980.338	4.876.652
De 2 a 3 anos	7.726.522	5.980.338
Superior a 3 anos	174.977.240	182.703.762
Total de empréstimos com taxa de juro fixa	193.560.752	197.588.464
Total de empréstimos	234.480.225	245.545.898

17.3 Locação financeira

À data de 31 de dezembro de 2015 não existiam valores de capital em dívida a título de locação financeira.

18. Fornecedores e outros passivos não correntes

Fornecedores e outros passivos não correntes	2015	2014
Outras contas a pagar	6.955.432	7.585.341
Outros fornecedores	2.806	5.439
Fornecedores e outros passivos não correntes	6.958.237	7.590.780

O valor da rubrica de outras contas a pagar incorpora essencialmente os valores presentes das dívidas aos municípios, resultantes da integração das respetivas infraestruturas.

19. Acréscimos de gastos de investimento contratual

O investimento total da concessão é de 801.562.065 Euros. Deste valor, a empresa já realizou 552.640.531 Euros, encontrando-se em curso o valor de 32.620.299 Euros.

O valor dos acréscimos de gastos de investimento contratual, constam do quadro seguinte:

	2014	Aumentos	2015
Acréscimos de custos de investimento contratual	50.575.787	4.866.685	55.442.472

A variação do saldo face ao ano de 2014 está essencialmente relacionada com a dotação de amortizações do investimento futuro, cujo valor ascendeu a 4,8 milhões de euros.

20. Subsídios ao investimento

A Empresa tem vindo a reconhecer em proveitos a quota-parte de subsídio anual, sendo que os valores ainda por reconhecer até final da Concessão são os seguintes:

Saldo dos subsídios ao investimento	2015	2014
Fundo de coesão	98.201.467	100.766.952
Integração de património	47.311.667	50.384.668
Saldo dos subsídios ao investimento	145.513.134	151.151.619

21. Movimentos do período de subsídios ao investimento

O quadro seguinte apresenta os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas de subsídios ao investimento:

Variação dos subsídios ao investimento	2014	Resultados	Aumentos	2015
Fundo de coesão	100.766.952	-3.376.248	810.763	98.201.467
Integração de património	50.384.668	-1.693.302	-1.379.699	47.311.667
Outros subsídios	0	0	0	0
Variação dos subsídios ao investimento	151.151.619	-5.069.550	-568.935	145.513.134

22. Fornecedores correntes

Fornecedores correntes	2015	2014
Fornecedores C/C-Gerais	3.136.191	3.931.570
Fornecedores C/C-Empresa Mãe	73.210	2.448.365
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-MUNICÍPIOS	104.798	115.328
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-OUTRAS	40.401	74.543
Fornecedores-Faturas Receção Conferência	467.529	321.679
Outras Contas Pagar-Fornecedores Investimentos	1.578.843	1.110.962
Fornecedores correntes	5.400.973	8.002.446

A rubrica de “Fornecedores correntes” apresentou um decréscimo assinalável face a 2014, resultado do esforço de amortização das dívidas curto prazo para cumprimento dos prazos de pagamento combinados, em especial com a AdP.

A rubrica de “Outras Contas a Pagar-Fornecedores de Investimento” apresenta essencialmente valores a pagar relativos às empreitadas em curso.

23. Outros passivos correntes

Outros passivos correntes	2015	2014
Pessoal	1.251	1.209
Acréscimos com férias e subsídio de férias	599.516	606.477
Adiantamentos de Subsídios ao Investimento	6.265.221	3.532.515
Outros acréscimos e diferimentos	2.104.242	1.750.911
Outros credores	3.284.356	811.304
Outros passivos correntes	12.254.586	6.702.415

Os adiantamentos de subsídios ao investimento correspondem a valores já recebidos no âmbito de investimentos que ainda se encontram em curso. Estes valores estão relevados em passivos correntes pois são suscetíveis de sofrer acertos em função da conclusão das obras incluídas nas candidaturas.

A rubrica de “Outros acréscimos e diferimentos” inclui valores a pagar relacionados com o protocolo assinado com o ICNB relativo ao Centro do Lince, seguros, juros, eletricidade, trabalhos especializados, conservação e manutenção.

A rubrica de “Outros credores” inclui valores em dívida a consultores, cauções efetuadas a fornecedores e a credores diversos.

24. Imposto sobre o rendimento

Imposto sobre o rendimento	2015	2014
Imposto corrente	3.811.312	4.648.880
Insuficiência de estimativa de imposto	0	0
Retenções na fonte	181.884	177.167
Pagamento adicional por conta	541.176	291.804
Pagamentos por conta	3.369.809	2.362.166
Imposto sobre o rendimento	-281.556	1.817.742

O valor referente ao exercício de 2015 encontra-se destacado no ativo corrente e o referente ao exercício de 2014 em passivos correntes.

24.1 Imposto do exercício

Imposto sobre o rendimento	2015	2014
Imposto corrente	3.811.312	4.648.880
Insuficiência de estimativa de imposto	-201.701	-259.770
Imposto diferido	-1.513.495	-821.214
Imposto sobre o rendimento	2.096.116	3.567.896

24.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	Base de Imposto	
	2015	2014
Resultado antes de impostos	9.038.614	8.707.087
Taxa Imposto sobre o rendimento em Portugal	26,0%	29,0%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	2.350.040	2.525.055
Variações patrimoniais		
Varição patrimonial negativa	7.923	493.265
Varição patrimonial positiva	1.341.572	4.313.399
	-1.333.649	-3.820.133
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Donativos	5.000	1.887
Multas, coimas e juros compensatórios	56.393	12.992
Provisões não dedutíveis	5.081.560	1.107.226
Acréscimos de gastos de investimentos contratuais	0	5.048.803
Correções relativas a exercícios anteriores	35.749	138.001
Acréscimos de subsídios - IFRIC 12	1.231.547	1.460.695
Outros	1.471	0
	6.411.719	7.769.603
Encargos dedutíveis para efeitos fiscais		
Recuperação de amortizações anteriormente tributadas	901.029	2.018.865
Reversão de ajustamentos e de perdas por imparidade tributadas	1.824.666	1.957.483
Benefícios Fiscais	2.878	2.252
	2.728.573	3.978.599
Lucro tributável	14.055.409	16.318.224
Imposto calculado	3.140.342	3.753.192
Tributação autónoma	35.213	30.004
Derrama Municipal	82.327	244.773
Derrama Estadual	553.430	620.911
	670.970	895.688
Imposto sobre o rendimento	3.811.312	4.648.880
Taxa efetiva de imposto	22,34%	23,00%

24.3 Prejuízos fiscais

Não existem prejuízos fiscais reportados.

24.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

A Lei nº66-B/2012, aprovada a dezembro de 2012, introduziu, no seu artº 255, um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim a empresa, manteve o procedimento dos ajustamentos relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão.

25. Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção

Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção	2015	2014
Venda de água	32.121.083	30.529.122
Prestação de serviços a municípios	23.864.443	23.292.835
Rendimentos de serviços de construção	9.523.307	10.659.060
Vendas, prestação de serviços e rendimentos de serviços de construção	65.508.833	64.481.018

O acréscimo operacional das vendas e das prestações de serviços é exclusivamente explicado pelo aumento dos volumes faturados pois as tarifas de abastecimento de água e de saneamento não sofreram alterações no presente exercício.

26. Gastos das vendas e dos serviços de construção

Os gastos reconhecidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme segue:

Gastos das vendas e dos serviços de construção	2015	2014
CMVMC - Mercadorias	11	0
CMVMC - Matérias-primas	1.732.936	1.785.433
CMVMC - Diversos	400.261	283.049
Gastos das Vendas/Variação dos Inventários	2.133.207	2.068.482
Gastos de serviços de construção	9.179.474	10.058.015
	11.312.682	12.126.497

O incremento dos gastos das vendas acompanhou o acréscimo dos respetivos rendimentos.

A diferença (margem) entre os rendimentos de serviços de construção (nota 25) e gastos de serviços de construção no valor de 343.833 euros e 601.045 euros, respetivamente em 2015 e 2014, refere-se a capitalizações de gastos com FSE's, Gastos com o Pessoal e Gastos Financeiros incorporados no direito de utilização de infraestruturas.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme segue:

Fornecimentos e serviços externos	2015	2014
Subcontratos	5.829.119	5.098.421
Trabalhos especializados	6.446.183	6.293.682
Energia e fluídos	6.098.116	5.843.153
Rendas e alugueres	392.507	379.504
Seguros	464.595	551.956
Material de laboratório/reagentes	367.854	308.028
Comunicação	134.170	174.042
Limpeza, higiene e conforto	42.326	55.969
Despesas de representação	9.440	22.299
Deslocações e estadas	71.974	55.775
Contencioso e notariado	11.637	11.997
Outros FSE's	143.436	154.259
Correções relativas a exercícios anteriores	940	27.688
Fornecimentos e Serviços Externos	20.012.296	18.976.774

As rubricas com as principais reduções foram os "Seguros", "Comunicação", Limpeza, Higiene e Conforto" e "Despesas de Representação". O total das reduções cifrou-se em 0,19 milhões de euros. Em sentido contrário, verificou-se um acréscimo nos gastos com "Subcontratos", "Energia e fluidos", "Trabalhos Especializados" e "Material de Laboratório". O valor total dos aumentos atingiu a importância de 1,2 milhões de euros face a 2014. O incremento da rubrica subcontratos resulta do incremento das prestações de serviços de saneamento aos municípios.

28. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme segue:

Gastos com pessoal	2015	2014
Remunerações	3.921.947	3.868.102
Encargos sociais sobre remunerações	875.918	862.833
Outros gastos com pessoal	254.625	224.295
Indemnizações	15.123	13.192
Correções relativas a exercícios anteriores	23.618	110.016
Gastos com pessoal	5.091.231	5.078.438

Os "Gastos com o Pessoal" mantiveram o nível de encargos do ano anterior.

28.1 Quadro de pessoal

O quadro de pessoal às datas de 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 era o seguinte:

Número médio de colaboradores	2015	2014
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	160	160
Número médio de colaboradores	165	165
Número de colaboradores a 31 de Dezembro	2015	2014
Órgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	157	158
Número de colaboradores a 31/Dez	162	163

29. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Amortizações, depreciações e reversões do exercício	2015	2014
Amortizações de ativos intangíveis	13.738.579	14.325.022
Acréscimos de custos do investimento contratual	4.866.685	3.551.441
Amortizações de ativos tangíveis	57.577	60.518
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	18.662.842	17.936.981

A variação das amortizações em cerca de 0,73 milhões de euros em 2015 face a 2014 deve-se ao aumento dos volumes faturados e consequentemente da taxa de depleção.

30. Provisões e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de "Provisões e reversões do exercício" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Provisões e reversões do exercício	2015	2014
Provisões para processos judiciais	0	0
Provisões para acidentes de trabalho	0	0
Provisões - outros	0	519.828
Provisões	0	519.828
Reversões de provisões para processos judiciais	0	0
Reversões de provisões para acidentes de trabalho	0	0
Reversões de provisões - outros	0	0
Reversões do exercício	0	0
Provisões e reversões do exercício	0	519.828

Em 2015 não foram registados valores relativos a provisões.

31. Perdas por imparidade e reversões do exercício

A decomposição da rubrica de “Perdas por imparidade e reversões do exercício” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Perdas por imparidade e reversões	2015	2014
Perdas por imparidade de clientes	0	587.398
Perdas por imparidade de outros devedores	0	0
Perdas por imparidade	0	587.398
Reversões de perdas por imparidade	0	0
Perdas por reversões	0	0
Perdas por imparidade e reversões	0	587.398

Em 2015 não foram registados valores relativos a imparidades.

32. Outros gastos e perdas operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas operacionais” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Outros gastos e perdas operacionais	2015	2014
Impostos	568.984	491.745
Perdas em inventários	11.580	6.730
Donativos	5.000	7.387
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	0	1
Outros gastos operacionais	70.952	9.948
Outros gastos e perdas operacionais	656.516	515.811

Os valores registados na rubrica de “Impostos” referem-se essencialmente às taxas da ERSAR no âmbito das atividades de abastecimento e saneamento.

33. Outros rendimentos e ganhos operacionais

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2015	2014
Rendimentos suplementares	603.773	424.229
Subsídios à exploração	96.576	10.858
Outros rendimentos e ganhos operacionais	17.210	75.410
Correções relativas a exercícios anteriores	13.938	20.137
Outros rendimentos e ganhos operacionais	731.497	530.635

Os valores registados em “Rendimentos suplementares” incluem essencialmente venda de energia (68% em 2015) e análises laboratoriais (15% em 2015).

34. Gastos financeiros

A decomposição da rubrica de “Gastos financeiros” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2015	2014
Juros suportados	7.265.270	8.837.750
Comissões bancárias	1.438.504	1.450.293
Outros gastos financeiros	453.942	452.162
Gastos financeiros	9.157.716	10.740.205

A redução dos juros suportados é justificada pela melhoria das taxas de juro de curto prazo dos financiamentos e ainda pelo menor nível médio de endividamento.

35. Rendimentos financeiros

A decomposição da rubrica de "Rendimentos financeiros" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Rendimentos financeiros	2015	2014
Juros de mora	1.080.891	3.845.474
Outros juros	1.541.127	1.426.895
Rendimentos financeiros	2.622.018	5.272.369

Os rendimentos financeiros apresentam uma variação de -50% em 2015, face a 2014, explicada essencialmente pela diminuição dos débitos de juros de mora aos Municípios clientes (-2,7 milhões de euros).

Relativamente à rubrica de "Outros juros", a mesma inclui essencialmente os rendimentos financeiros associados à aplicação de meios monetários no âmbito do fundo de reconstituição do capital social (0,7 milhões de euros), juros de depósitos bancários e ainda cerca de 0,6 milhões de euros relativos ao reconhecimento da atualização do valor residual da Barragem de Odelouca.

36. Saldos e transações com entidades relacionadas

A Empresa é detida em 54,44% pela entidade Águas de Portugal, SGPS, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade. A decomposição dos movimentos e saldos com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

Movimentos com partes relacionadas	2015 Proveitos	2015 Gastos	2014 Proveitos	2014 Gastos
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	3.469.739	0	4.502.024
AdP- Serviços ambientais, S.A.	0	391.170	0	351.322
AQUASIS	0	18.050	0	18.050
EPAL	0	56.751	4.296	15.960
AGDA	130.627	5	148.719	5
AdP Energias, SA	-65.804	0	-88.396	-4.000
Albufeira	8.643.610	22.176	8.011.174	23.372
Alcoutim	187.396	1.233	185.438	1.150
Aljezur	677.317	457	635.475	8.784
Castro Marim	1.051.042	2.407	1.144.788	2.378
Faro (Fagar-Faro)	5.715.379	12.904	5.603.509	12.825
Lagoa	3.489.605	7.501	3.380.936	7.813
Lagos	5.314.672	392	5.677.943	15.445
Loulé (Infralobo)	603.896	360	538.616	387
Loulé (Inframoura)	2.146.013	9.693	2.008.686	1.704
Loulé (Infraquinta)	765.087	1.778	736.197	1.797
Loulé (Município)	6.985.751	4.723	6.633.124	8.894
Monchique	72.620	0	66.194	0
Olhão (Ambiolhão)	3.484.895	7.596	3.964.548	5.768
Portimão (Emarp)	6.737.114	119.290	6.005.733	55.429
São Brás de Alportel	881.249	36	908.842	0
Silves	3.783.516	5.539	3.568.983	1.403
Tavira (Taviraverde)	2.081.277	17.216	2.097.225	15.275
Vila do Bispo	716.651	18.848	861.784	191.622
Vila Real de Santo António (Município)			851.997	188.361
Vila Real de Santo António (VRSA- SGU)	3.454.082	4.093	3.938.077	4.331

Os valores negativos referem-se a notas de crédito ainda não regularizadas.

Saldos com partes relacionadas	2015 Ativos	2015 Passivos	2014 Ativos	2014 Passivos
Águas de Portugal, SGPS, S.A.	0	35.316.539	0	42.808.126
AdP- Serviços ambientais, S.A.	-44	70.874	0	63.100
ALGAR	105.768	65	3.985	26
EPAL	0	9.791	0	33.439
AGDA	136.129	0	81.159	0
ADP Energias, SA	0	0	4.920	12.659
Albufeira	716.262	-25	3.337.847	0
Alcoutim	15.690	-176	24.820	-209
Aljezur	119.144	10.850	112.957	11.382
Castro Marim	72.354	51.055	110.082	51.055
Faro (Fagar-Faro)	2.972.729	514.007	2.966.060	514.622
Lagoa	419.771	274	430.557	163
Lagos	1.344.182	-18	4.436.115	12.743
Loulé (Infralobo)	55.694	69	37.400	35
Loulé (Inframoura)	96.902	0	140.738	371
Loulé (Infraquinta)	77.908	-97	57.236	114
Loulé (Município)	554.443	-21	995.299	326
Monchique	10.974	0	32.173	0
Olhão (Ambiolhão)	6.782.419	502	7.666.457	503
Portimão (Emarp)	1.091.675	3.949.342	1.897.773	4.143.461
São Brás de Alportel	75.286	0	222.590	165
Silves	364.767	-2.009	883.261	-1.128
Tavira (Taviraverde)	4.569.966	676	4.766.437	1.154
Vila do Bispo	1.914.760	504.169	2.144.959	515.822
Vila Real de Santo António (Município)	774.611	0	851.997	0
Vila Real de Santo António (VRSA- SGU)	17.634.365	2.688	13.917.419	456

37. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem o montante 801.562.065 Euros sujeitos a depreciação no prazo da concessão dos quais 552.640.531 Euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Contratos de Empreitada

Empreitada	Fornecedor	Valor de Adjudicação (*)	Faturado até Dez. 2015 (**)
Construção do Sistema Elevatório de Águas Residuais de Pinhal do Concelho (Albufeira)	Hidralgar, S.A.	1.806.005	1.798.688
Conceção/Construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres	Acciona Água	2.231.047	2.024.603
Ligação da Freguesia de Algoz/Tunes ao Sistema de Águas Residuais de Albufeira, Lagoa e Silves	Aquino Construções, S.A.	1.749.729	1.241.605
Conceção/Construção da ETAR da Companheira	Consórcio Acciona Água/Oliveiras, S.A.	10.349.000	(***)
Arranjos Exteriores e Colocação de Vedações na ETAR de Vila Real de Santo António	Maja, S.A.	210.056	171.147
Ligação do efluente da Altura à EE2 do Subsistema de Vila Real de Santo António	Maja, S.A.	78.000	53.230
Ligação de Monchique Norte ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve	Maja, S.A.	681.972	198.873
Conduta Elevatória para S. Marcos - Nova Travessia da Ribeira de Odelouca	Maja, S.A.	72.599	58.897
Sistema Intercetor de Vila do Bispo e Sagres	Rodrigues Camacho	1.787.202	62.272
Reparação de Muro Gabião na Ribeira de Boina	Maja, S.A.	126.000	126.000
Adaptação do Caminho do Porto da Figueira	Maja, S.A.	116.894	116.894
Reforço de Adução ao Concelho de Loulé – Fase I – Parte I - Fases de Reforço de Adução a Loulé (Ligação ao Reservatório da Pedra da Água)	Oliveiras, S.A.	1.887.882	1.887.882
Central Fotovoltaica da ETA de Tavira	DST Solar	536.619	536.619
Central Fotovoltaica da ETA de Alcantarilha	DST Solar	561.117	561.117
Desvio da conduta em FFD DN600 na Avenida Sá Carneiro, em Quarteira	Hidralgar, SA	49.986	49.986
Substituição de Coletor na Ponte D. Maria em Lagos	Extraco, S.A.	11.990	11.990
Construção do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de São Marcos da Serra	Martifer Construções, S.A.	994.991	889.111
Conclusão da Construção do Edifício de Exploração da ETAR de Faro Noroeste - fase I	Consdep, SA	199.157	189.385
Instalação do Gerador na ETAR de VRSA (Contrato de Cessão Posição Contratual)	TecnoSPIE, SA	22.281	22.281
		23.472.527	10.000.579

(*) Valor de Adjudicação - Foi considerado o valor do Contrato, Inicial + Adicionais

(**) Valor total faturado pelo contrato inicial, contratos adicionais, revisão de preços e eventuais indemnizações.

(***) Não teve execução financeira no ano de 2015

Contratos de prestação de serviços

Designação	Adjudicatário	Valor do Contrato (*)	Faturado até Dez. 2015 (**)
Prestação de Serviços de Avaliação das Infraestruturas de Saneamento e Abastecimento do Algarve (****)	Procontrol - Projectos e Fiscalização de Empreendimentos da Construção, Lda.	24.495	12.858
Limpeza, Análise e Diagnóstico ao Estado de Conservação do túnel do Subsistema de Portimão	Manvia, SA	138.765	116.904
Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental do 12º Grupo de Empreitadas	VHM, Lda	299.769	224.129
Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental em Obra de 4 (quatro) novas empreitadas (Lotes I E 2)	VHM, Lda	45.250	14.635
Acompanhamento Arqueológico das empreitadas de Conceção e Construção da ETAR de Vila do Bispo e Sagres e Construção do Sistema Elevatório de Pinhal do Concelho	ERA, ARQUEOLOGIA, LDA.	32.125	32.125
Elaboração de Projetos e Processos de Concurso do Sistema Elevatório de Olhão e Reabilitação	Ripórtico, Engenharia, Lda.	57.500	7.502
Elaboração de Procedimentos de Contratação Pública para Substituição/ Reabilitação de Coletores e Condutas	Ecoserviços- Gestão de sistemas ecológicos, Lda.	59.920	8.988
Elaboração de Procedimentos de Contratação Pública para Reabilitação de Instalações de Elevação e Tratamento (***)	Ecoserviços- Gestão de sistemas ecológicos, Lda.	99.094	(***)
Elaboração de Procedimentos de Contratação Pública de Serviços e Bens (***)	Sisaqua/Consugal	53.500	(***)
Fornecimento e Montagem de 2 Variadores de Frequência na EEI do Beliche	SIEMENS, S.A.	779.950	779.950
Prestação de Serviços de Expropriações e Construção de Servidões - 7º Grupo	Promapa	101.807	26.115
Estudos Geotécnicos da ETAR de Faro-Olhão e da Ligação Monchique Norte	GEOALGAR	11.985	11.985
Elaboração do Projeto de Ligação de Monchique ao SMSA	PROSPECTIVA	36.318	35.183
Elaboração do Projeto de Ligação de Monchique ao SMSA - Conclusão	PROSPECTIVA	19.000	18.525
Levantamento Topográfico da ETAR de Faro-Olhão e do Sistema Elevatório	PROMAPA	11.855	11.855
Plano de Desativação e Renaturalização das lagoas da atual ETAR da Companhia	NEMUS	12.750	12.750
Levantamento Topográfico da Ribeira de Boina,	JORGE AFONSO	1.450	1.450
Levantamento Topográfico do Intercetor de Altura	JORGE AFONSO	1.450	1.450
Projeto de Execução da alteração do tipo de fundação da EEAR de Pinhal do Concelho	SISAQUA	1.500	1.500
Elaboração de Projetos e Processos de Concurso - 5º Grupo'' - Adicional	AQUALOGOS	32.840	29.175
Elaboração de Projetos e Processos de Concurso - 5º Grupo	AQUALOGOS	541.825	420.216
Análise e Dimensionamento das condições operacionais da etapa de floculação-decantação, que integra o processo de tratamento da ETA de Alcantarilha.	TRIMETRICA	18.500	18.500
Estudo prévio de Adaptação da ETAR de Vilamoura aos Caudais provenientes da EE de Pinhal do Concelho	SISAQUA	8.900	8.900
Contratação de Engº Civil	ADECCO	52.820	12.300

(*) - Valor do Contrato= Contrato inicial + contratos adicionais.

(**) - Faturado até Dez. 2015 - Inclui Revisão de preços

(***) Não teve execução financeira no ano de 2015

38. Ativos e passivos contingentes

38.1 Garantias prestadas

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de Dezembro de 2015 era a seguinte:

Entidade	Valor
Abastecimento	
Tribunais Cíveis	588.353
Petrogal	10.475
IP- Infraestruturas de Portugal	16.510
ARH	566.466
Subtotal	1.181.804
Saneamento Básico	
IEP - Estradas de Portugal	5.000
Rotas do Algarve Litoral, SA	15.000
Tribunais Cíveis	297.984
Subtotal	317.984
Total Geral	1.499.788

O detalhe das principais rubricas de garantias é apresentado no quadro seguinte:

Principais beneficiários	Natureza	Banco	Valor
ARH	Recuperação de Danos Ambientais	CGD	566.466
Tribunal Civil da Comarca de Silves	DUP - SMAA - Barragem de Odelouca	BCP	229.582
Tribunal Civil da Comarca de Silves	DUP - SMSA - SITAR de Albufeira, Lagoa e Silves (Servidão)	CGD	192.329
Tribunal Civil da Comarca de Loulé	DUP - SMAABA -	CGD	124.699
Tribunal Civil da Comarca de Monchique	DUP - SMAA - Barragem de Odelouca	BCP	57.955

38.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações principais a correr em tribunal já devidamente contestadas.

Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	Expetativa de resolução a favor da Empresa
<p>Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores ACE, em que, no âmbito da empreitada de “concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida” e com fundamento em alegada inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa, foi formulado um pedido no valor de €8.332.017,21. Na mesma ação, a autora impugnou ainda três decisões de indeferimento de pedidos de prorrogação do prazo da empreitada que havia apresentado à Águas do Algarve, S.A. e impugnou também as multas que pelo montante de €666,014,13, esta última lhe aplicou por violação dos prazos parcelares vinculativos e do prazo global da empreitada. A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S. A., que, no essencial, juntou ao processo pareceres científicos emitidos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e que rebatem a alegada inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa que fundamenta a ação proposta pelo Empreiteiro. Para além disso e na sua contestação, a Águas do Algarve, S.A. invocou subsidiariamente a caducidade da ação quanto ao pedido parcelar de € 1.164.598,98 em virtude de, nessa parte, tal ação ter sido proposta para além do prazo de 132 dias (úteis) fixados na lei (questão essa que o Tribunal já decidiu no despacho saneador, absolvendo a Águas do Algarve, S.A. quanto a essa quantia, tendo a parte contrária interposto recurso que se encontra pendente). Foi já proferida sentença que julgou a ação improcedente, sendo a Águas do Algarve, S.A. absolvida da totalidade do pedido. A parte contrária interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul. Esse recurso não foi admitido em 1ª instância com fundamento na intempestividade da sua interposição. A parte contrária reclamou para o Tribunal Central Administrativo Sul da não admissão deste último recurso, estando essa reclamação pendente de decisão. Para além disso, a parte contrária deduziu um requerimento no sentido de se entender que a ação está finda em consequência não da sentença que julgou a ação improcedente, mas sim de um antigo despacho que, por invocado erro na forma de processo, chegou a absolver da instância a Águas do Algarve S.A. (mas que foi subsequentemente anulado por outro despacho). O Tribunal de 1ª instância indeferiu essa pretensão, tendo a parte contrária interposto recurso também da respetiva decisão. Este recurso encontra-se pendente.</p>	Remoto	8.332.017,21	Sim
<p>Ação proposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé contra a Águas do Algarve, S.A. por Somague, Engigás, Neopul, Construtores, S.A., em que, com o mesmo alegado fundamento de inexecuibilidade técnica das travessias da Ria Formosa (e, desta feita, invocando a nulidade parcial do respectivo contrato de empreitada), vem impugnada a decisão tomada pela Águas do Algarve, S.A. no sentido da rescisão com justa causa do contrato de empreitada por incumprimento definitivo imputado ao ACE empreiteiro e em que vem formulado pedido de €9.191.597,54 (que é mera actualização do pedido de €8.332.017,21 formulado na anterior ação nº 46/09.3 BELLE). A ação foi contestada pela Águas do Algarve, S.A. com fundamentos idênticos aos da anterior ação /Proc. 46/09.3BELLE). Foi proferido despacho que determinou a suspensão da instância até que se mostre decidida a ação supra nº 46/09.3BELLE. A ação encontra-se, assim, suspensa na sua tramitação.</p>	Remoto	9.191.597,54	Sim
<p>Em 31 de Dezembro de 2015, a Linklaters representava a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A., no Processo n.º 232/2000, que corre termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposto pela Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.. O pedido formulado contra a ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. – inicialmente contra a Águas do Sotavento Algarvio, S.A. –, é de € 2.662.385,97 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos). Decorrida a fase de julgamento, aguarda-se pela decisão sobre a matéria de facto.</p>	Remoto	2.662.385,97	Sim

Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	Expetativa de resolução a favor da Empresa
<p>Acção Administrativa Comum. Proc. 65/10.7BELLE Autor: Águas do Algarve, S.A. Ré: Município de Tavira / Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. Valor: 764.999,77 € (valor acção) + 865.948,80 € (reconvenção)=1.630.948,57 € Foi intentada acção administrativa em 22/01/2010.</p>	Provável	1.630.948,57	Parte
<p>Acção Administrativa Comum. Proc. 427/11.2BELLE Autor: Águas do Algarve, S.A. Ré: Município de Tavira / Tavira Verde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M. Valor: 1.002.659,64 € (valor acção)+1.531.119,66 €(reconvenção)=2.533.779,30 € Foi intentada acção administrativa em 14/07/2011. Os Réus apresentaram a sua contestação em 06/10/2011. Enviámos a Réplica em 9/11/2011 para o Tribunal. Fomos notificados pela mandatária dos Réus da Tréplica enviada para o Tribunal. Fomos notificados da data da audiência preliminar, tendo sido agendada para o dia 17/04/2012, às 10:00 h. Em 21/05/2012 realizou-se a continuação da audiência preliminar. Fomos notificados pelo Tribunal em 24/05/2012 do despacho em que ordena que o processo aguarde na secretaria a baixa do Proc. 65/10.7BELLE e que após, deverá o processo 427/11.2BELLE ser apensado ao Proc. 65/10.7BELLE. Aguarda decisão judicial.</p>	Provável	2.533.779,30	Parte
<p>Proc. nº 296791/11.4YIPRT – Proc. 104/12.7BELLE Requerente: Águas do Algarve, S.A. Requerido: Município de Vila Real de Santo António Valor: 2.495.898,41 € (Valor actual) Intentámos em 05/12/2011 contra o Município de VRSA um processo de injunção por meio do qual vimos reclamar o pagamento da quantia de 2.496.051,41 €. Fomos notificados em 23/01/2012 da Oposição por parte do Requerido e que o procedimento de injunção iria ser remetido para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé para distribuição. Após termos tido conhecimento da distribuição do processo que obteve o nº 104/12.7BELLE, liquidámos em 08/02/2012 a taxa de justiça devida no montante de 1.315,80 €. Fomos notificados para aperfeiçoar a Petição Inicial, tendo sido enviada para o Tribunal em 01/03/2012. A Ré apresentou a sua Contestação em 11/04/2012. Apresentámos a Réplica em 02/05/2012. Fomos notificados da data da Audiência Preliminar agendada para o dia 31/01/2013, às 10:30 h. No dia 30/01/2013 fomos notificados do Despacho Saneador e do despacho proferido dando sem efeito a Audiência Preliminar. Aguarda decisão judicial.</p>	Remoto	2.495.898,41	Sim
<p>Ação instaurada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela Águas do Algarve, S.A. contra Somague, Engigás, Neopul, Construtores, ACE e contra as respectivas empresas agrupadas, na qual foi formulado pedido de € 1.894.762,79 por incumprimento definitivo do contrato de empreitada, imputável ao empreiteiro (trata-se da mesma empreitada de “concepção/construção do Sistema de abastecimento de água e saneamento às ilhas da Culatra e da Armona em alta -Travessias da Ria Formosa por Perfuração Horizontal Dirigida”). Foi proferida sentença que absolveu as demandadas. Essa sentença não apreciou as questões de mérito suscitadas na ação (basicamente, a justeza da rescisão do contrato de empreitada e da pretensão indemnizatória daí emergente, reclamada pela Águas do Algarve), tendo sido fundamentada, exclusivamente, na circunstância de, no entendimento do Tribunal, a ação ter sido instaurada para além do prazo de caducidade de 132 dias previsto no art. 255º do RJEOP (aprovado pelo Decreto Lei nº 59/99, de 2 de Março). Essa decisão é manifestamente ilegal. O preceito legal (art. 255º do RJEOP) que fixa o prazo de caducidade de 132 dias invocado pela sentença, como resulta da respectiva letra, é aplicável apenas às ações propostas pelo empreiteiro e não já também às ações propostas pelo dono da obra (no caso, a Águas do Algarve). E ainda que tal preceito fosse aplicável ao caso vertente, a ação foi instaurada no 130º dia subsequente à rescisão do contrato de empreitada. Assim, foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul, que se acha pendente. O provimento desse recurso ocasionará apenas que a ação possa prosseguir a sua normal tramitação para se apurar se a rescisão contratual determinada pela Águas do Algarve se fundamenta ou não em justa causa e, bem ainda, para se apurar quais os danos indemnizáveis daí emergentes.</p>	Remoto	1.894.762,79	Sim

Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	Expetativa de resolução a favor da Empresa
<p>Proc. nº 296790/11.6YIPRT – Proc. 105/12.5BELLE Requerente: Águas do Algarve, S.A. Requerido: Município de Vila Real de Santo António Valor: 1.596.416,00 € (Valor actual) Intentámos em 05/12/2011 contra o Município de VRSA um processo de injunção por meio do qual vimos reclamar o pagamento da quantia de 1.596.738,95 €. Fomos notificados em 24/01/2012 da Oposição por parte do Requerido e que o procedimento de injunção iria ser remetido para o Tribunal Administra-tivo e Fiscal de Loulé para distribuição. Após termos tido conhecimento da distribuição do processo que obteve o nº 105/12.5BELLE, liquidámos em 08/02/2012 a taxa de justiça devida no montante de 1.315,80 €. A Ré apresentou Contestação em 08/02/2012. Apresentámos a Réplica em 28/02/2012. Em 22/05/2012 foi proferida Sentença, decidindo anular todo o processo, por ineptidão do requerimento inicial, e consequentemente absolveu o requerido Município de Vila Real de Santo António da instância. Foi interposto Recurso desta decisão em 02/07/2012 para o Tribunal Central Administrativo Sul uma vez que discordámos dela. A parte contrária também interpôs Recurso da decisão proferida. Fomos notificados pelo Tribunal Central Administrativo Sul de que os autos provenientes do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé foram distribuídos nesse Tribunal em 13/11/2012, 2º Juízo, 1ª Secção, onde obtiveram o nº 09414/12. Aguarda decisão judicial.</p>	Remoto	1.596.416,00	Sim
<p>Requerente DTE, SA e DOMINGOS SILVA TEIXEIRA SA; Requerido: Águas do Algarve SA. 9 de Março 2015 - Os Autores intentaram contra a Entidade Demandada uma Ação de Contencioso Pre- Contratual de impugnação do Ato de Adjudicação relativo à formação de Contrato de "Empreitada de Conceção-Construção da ETAR da Companheira", nos termos da qual requererem a anulação do Ato de Adjudicação proferido no âmbito do Concurso Publico com o anúncio de procedimento nº 346/2014, publicado no Diário da República, 2ª Serie, nº 18, de 27 de Janeiro de 2014, bem como a admissão da proposta dos Autores a concurso, com todas as consequências legais. 13 de Março 2015 - A Entidade Demandada foi citada para contestar. 9 de Abril 2015 - Deu entrada em juízo a Contestação apresentada pela Entidade Demandada, nos termos da qual demonstrou existir um conjunto de Questões Prévias/Exceções que obstem ao prosseguimento dos autos e, subsidiariamente, demonstrou a procedência da Contestação. 13 de Abril 2015 - Deu entrada em juízo a Contestação apresentada pelas Contra-Interessadas Acciona Água, SA. e Oliveiras, SA. 15 de Abril 2015 - Foi o Ministério Público notificado para intervir, nos termos do disposto no artigo 85º, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos. 6 de Maio 2015 - Foi proferida Sentença nos termos da qual o tribunal julgou procedente a exceção da ilegitimidade processual dos Autores, absolvendo, em consequência, a Entidade Demandada e as Contra-Interessadas. 7 de Maio 2015 - Procedeu-se ao registo da Sentença do competente Livro de Registos nº 19 e foram as partes dela notificados. 25 de Maio 2015 - Os Autores interpuseram recurso Jurisdicional da Sentença proferida em 06.05.2015. 22 de Junho 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal considerou não ser possível convolar o recurso Jurisdicional em Reclamação para Conferencia, pelo que aquele foi indeferido. 7 de Julho 2015 - Os Autores interpuseram novo Recurso Jurisdicional, por referencia ao despacho proferido em 22.06.2015, requerendo a convolação do Recurso interposto em 25.05.2015 em Reclamação para Conferência. 13 de Julho 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal deu sem efeitoo Despacho de 22.06.2015, i.e., admitiu a convolação do recurso interposto pela Autora em 25.05.2015 em Reclamação para Conferencia. 14 de Julho 2015 - A Entidade Demandada deduziu Reclamação para Conferencia, por referencia ao Despacho datado de 13.07.2015, requerendo a manutenção da decisão de não admissão do Recurso Jurisdicional interposto pelos Autores em 25.05.2015. 20 de Julho 2015 - Deu entrada em juízo o Requerimento do Pedido de Esclarecimentos, da entidade Demandada, por referencia ao despacho de 13.07.2015, o qual havia indeferido o recurso Jurisdicional interposto pelos Autores.28 de Julho 2015 - Os Autores apresentaram requerimento, nos termos do qual requereram que a Reclamação para Conferência apresentada pela Entidade Demandante em 14.07.2015 fosse julgada improcedente. 31 de Julho 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal manteve o Despacho proferido em 13.07.2015. 5 de Agosto 2015 - A Entidade Demandada apresentou Requerimento de</p>	Remoto	9.850.032,80	Sim

Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	Expetativa de resolução a favor da Empresa
<p>(Continuação)</p> <p>Pedido de Esclarecimentos, quer quanto ao teor do Despacho proferido em 31.07.2015, quer quanto ao teor do Despacho proferido em 13.07.2015. 6 de Agosto 2015 - Foi proferido Despacho, pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, nos termos do qual ordenou a notificação da Entidade Demandada para vir aos autos esclarecer se o segundo pedido de esclarecimento solicitado diz respeito ao Despacho de 22.06.2015 ou de 13.07.2015. 24 de Setembro 2015 - Por intermédio de Despacho proferido pelo TAF de Loulé, foi designado o dia 28.10.2015 para realização de Audiência de Julgamento por conferência. 28 de Outubro 2015 - Foi proferido Acórdão, nos termos do qual se decidiu pelo indeferimento da Reclamação, e consequente confirmação da sentença reclamada. 17 de Novembro 2015 - Os Autores interpuseram Recurso do Acórdão proferido pelo TAF de Loulé em 28.10.2015. 7 de Dezembro 2015 - A Entidade Demandada apresentou as suas Contra-Alegações. 10 de Dezembro 2015 - Foi proferido despacho pelo TAF de Loulé, nos termos do qual se considerou o Recurso interposto pelos Autores, como tempestivo, de efeito suspensivo e de apelação, ordenando subida dos autos ao tribunal central Administrativo Sul.</p>			
<p>Requerente DTE, SA e DOMINGOS SILVA TEIXEIRA SA; Requerido: Águas do Algarve SA.</p> <p>10 de Março 2015 - Os Requerentes apresentaram uma Providencia Cautelar de Suspensão de Eficácia do Ato de Adjudicação (instrumental à Acção de Contencioso Pré-Contratual, enunciada supra), com a consequente suspensão do procedimento de formação de contrato, o que, em contrato, impede a Entidade Requerida de celebrar o contrato de empreitada com a Contra-Interessado Consórcio Acciona Agua, S.A.U /Oliveiras, SA., e caso o mesmo tenha sido já celebrado, requereu a respetiva suspensão de execução. 13 de Março 2015 - Foi citada a Entidade Requerida. 31 de Março 2015 - A Entidade Requerida juntou aos autos a Resolução Fundamentada, nos termos e para os efeitos do artigo 128º do Codigo de processo nos Tribunais Administrativos, nos termos da qual demonstrou que o diferimento da Execução do Ato Administrativo Suspendendo (de Adjudicação) seria gravemente prejudicial para o interesse publico. Ainda nessa data, a Entidade Requerida apresentou a respetiva Oposição. 02 de Abril 2015 - As Contra-interessadas Acciona SA e Oliveiras, SA apresentaram a respetiva Oposição. 29 de Abril de 2015 - Foi apenso aos autos o Processo Administrativo Instrutor remetido pela Entidade Requerida. 19 de Junho de 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual se ordenou a junção do processo administrativo. 23 de Junho de 2015 - A Entidade Requerida apresentou Requerimento nos termos da qual requereu a extinção da Providência Cautelar, por ocorrência de facto extinto, consubstanciado na existência de Sentença proferida no processo principal, a qual julgou essa ação improcedente, com trânsito em julgado da mesma. 10 de Julho de 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o Tribunal deu conta que do Despacho datado de 22-06-2015, proferido no âmbito do processo principal, foi interposto recurso sobre a não admissão da respetiva convoção em reclamação para a conferência. 28 de Julho de 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qual o tribunal ordenou a notificação das Requerentes da Oposição (ao abrigo do disposto no artigo 118.º, n.º3, do CPTA), bem como da Resolução Fundamentada, nos termos e para efeitos do previsto no artigo 128.º, n.º 4 do CPTA. 06 de Outubro de 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por intermédio de ofício de Refª 004283558, da Sentença proferida pelo TAF de Loulé, nos termos da qual se decidiu pela procedência da exceção da ilegitimidade das Requerentes, pelo que absolveu a Entidade Requerida e as Contra-Interessadas da Instância. 11 de Outubro de 2015 - As Requerentes apresentaram Recurso Jurisdicional da Sentença proferida pelo TAF de Loulé. 19 de outubro de 2015 - As Contra-Interessadas apresentaram as suas Contra-Alegações. 23 de Novembro de 2015 - A Entidade Demandada apresentou as suas Contra-Alegações. 26 de Novembro de 2015 - Foi proferido pelo TAF de Loulé, nos termos do qual foi admitido o Recurso interposto pelos Autores, e se ordenou a subida dos autos ao Tribunal Central Administrativo SUL. 14 de Dezembro de 2015 - Por intermédio de Ofício de Refª 004298295, proferido pelo TAL de Loulé, em 14-12-2015, foram os autos remetidos ao Tribunal Central Administrativo Sul.</p>	Remoto	9.850.032,80	Sim

Descrição do processo	Graduação de risco	Valorização (em euros)	Expetativa de resolução a favor da Empresa
<p>Requerente: SISÁQUA SA; Requerido: Águas do Algarve SA.</p> <p>15 de Abril 2015 - A Autora instaurou contra a Entidade Demandada uma Acção de impugnação do Ato de Adjudicação do Contrato de Prestação de serviços (que constituiu o processo principal do processo cautelar sob numero 297/15.IBELLE), com o seguinte petítório: " a) Anulação do ato de adjudicação através do qual a Ré decidiu adjudicar a proposta do concorrente nº 4 (AGS/MANVIA/INDAQUA), por este ser ilegal e violar o núcleo essencial dos princípios da contratação publica, a saber, o principio da concorrência, da igualdade, da transparência, da intangibilidade das propostas bem como, por violação de Lei, artº 60º, nº 3 do CCP e ainda as disposições concursais; b) caso já tenha sido celebrado o contrato, devera ainda o Tribunal decretar a anulação do mesmo, e bem assim d todos os novos atos que tenham sido praticados no procedimento apos a ilegal adjudicação ao Concorrente nº 4; c) Ordenar-se a Re a proceder a reclassificação e reordenação das propostas com obediência aos princípios da contratação publica acima citados bem como à lei, artº 60º, nº 3 do CCP e ainda as disposições concursais, devendo a Ré proferir novo ato e adjudicação a favor da concorrente nº 2 (ora Autora), por apresentar a proposta mais vantajosa; d) Devera o tribunal condenar a Ré a praticar todos os demais atos necessários à reposição da legalidade e em consequência da decisão do tribunal, seguindo-se os ulteriores termos ate final!"; 17 de Abril 2015 - Foi proferido despacho determinando a apensação do processo cautelar. 20 de Abril 2015 - Foi citada Entidade demandada. 12 de Maio 2015 - Aos presentes autos foi apensada a Providencia Cautelar com o nº 297/15.IBELLE. 15 de Maio 2015 - As Contra-Interessadas AGS, MANVIA e INDAQUA; apresentaram a respetiva contestação. 18 de Maio 2015 - A Entidade Demandada apresentou a competente contestação. 25 de Maio 2015 - Foi apensado aos presentes autos do Processo Administrativo Instrutor remetido pela entidade pela Entidade Demandada. 27 de Maio 2015 - Foi proferido Despacho nos termos do qua determinou a notificação da autora para responder às Questões previas deduzidas pela Entidade demandada na sua constelação que, consubstanciando matéria de exceção, possam obstar ao conhecimento do objeto do processo. 03 de Junho 2015 - A Autora, em cumprimento do disposto no despacho de 27.05.2015, apresentou a sua resposta a Questões Previas/Exceções invocadas pelas Contra-Interessadas e pela Entidade Demandada. 09 de Junho 2015 - Foi proferido despacho nos termos do qual determinou a notificação da Entidade Demandada para se pronunciar sobre o pedido de condenação por litigância de má-fé deduzido pela autora. 16 de Junho 2015 - A Entidade Demandada, em cumprimento do disposto no Despacho de 09.06.2015, apresentou requerimento de Resposta ao pedido de condenação por litigância de má-fé. 22 de Junho 2015 - A Autora, notificada da resposta deduzida pela Entidade demandada ao pedido de litigância de má-fé deduzido pela Autora no seu Articulado na resposta às Questões Previas/Exceções deduzidas na Contestação, apresentou Requerimento de Resposta. 23 de Junho 2015 - Veio a Entidade Demandada apresentar requerimento de resposta. 22 de Julho 2015 - Foi proferido Despacho saneador nos termos do qual o tribunal decidiu julgar improcedentes às questões Previas/exceções invocadas pela Entidade Demandada e pelas Contra-Interessadas. Bem como recusou a inquirição das testemunhas oferecidas pela parte. Determinou ainda a notificação das partes para apresentarem as alegações escritas, ao abrigo do disposto no artº 91º, 4º do CPTA. 03 de Agosto 2015 - Em face do despacho Saneador, a Entidade Demandada deduziu Reclamação para a Conferencia. 10 de Agosto 2015 - Foi proferido Despacho pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, nos termos do qual o tribunal determinou a notificação da autora e das Contra-Interessadas a para se pronunciarem sobre a requerida reclamação para a conferencia. Em cumprimento do Despacho mencionado, a Autora apresentou a sua resposta. 13 de Agosto 2015 - A Autora apresentou a suas alegações. 19 de Agosto 2015 - A Entidade Demandada apresentou Requerimento, nos termos do qual veio requerer ao douto Tribunal que fosse esclarecido o estado da Reclamação para conferencia e, concomitantemente, determinasse a suspensão do prazo para Entidade Demandada apresentar as Alegações Escritas ate clarificação da improcedência das Questões previas/exceções invocadas. 26 de Agosto 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por oficio refº 004275484, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 25.08.2015, nos termos o qual se admitiu a reclamação para conferencia, e se decidiu pela suspensão do prazo para a Entidade demandada apresentar as suas alegações. 2 de Outubro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por oficio refº 004282880, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 01.10.2015, nos termos do qual indeferiu</p>	Remoto	8.901.924,95	Sim

Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	Expetativa de resolução a favor da Empresa
<i>(Continuação)</i>			
o despacho proferido em 25.08.2015. 13 de Outubro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refª 004284734, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 12.10.2015, nos termos do qual se apensou aos presentes autos, os da reclamação sob o processo nº 311/15.OBELLE-A. 26 de Outubro 2015 - A Entidade Demandada apresentou as suas Alegações Escritas. 3 de Novembro 2015 - A Autora em cumprimento do despacho proferido pelo TAF de Loulé em 27.10.2015, veio apresentar Pronuncia sobre o pedido de suspensão da instância deduzido pela Entidade Demandada. 26 de Novembro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refª 004294819, do teor do despacho proferido pelo TAF e Loulé, em 25.11.2015, nos termos do qual se indeferiu o pedido de suspensão da instancia. 11 de Novembro 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por ofício refª 004301970, da desapensação da Reclamação sob o processo nº 311/15.OBELLE-A.			
<p>Requerente: Águas do Algarve SA; Requerido SISÁQUA SA.</p> <p>12 de Outubro de 2015 - A Entidade Demandada apresentou Reclamação do despacho proferido pelo TAF de Loulé em 01-10-2015. 14 de Outubro de 2015 - Por despacho proferido pelo TAF de Loulé, foram as partes notificadas para responderem, querendo, no prazo de 10 (dez), dias. 26 de Novembro de 2015 - A Entidade Demandada foi notificada, por Ofício de Ref.º 004294836, do teor do despacho proferido pelo TAF de Loulé, em 25-11-2015, nos termos do qual se decidiu pelo indeferimento do pedido de suspensão a instância. 04 de Janeiro de 2016 - A Entidade Demandada foi notificada do teor do despacho proferido pelo TAF de Loulé, nos termos do qual determinou a subida dos autos ao Tribunal Central Administrativo SUL. 11 de Janeiro de 2016 - A Entidade Demandada foi notificada, por Ofício de Ref.º 004301975, da remessa dos presentes autos ao Tribunal Central Administrativo SUL.</p>	Remoto	8.901.924,95	Sim

Com exceção das provisões para outros riscos e encargos constituídas, todos os demais processos, a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias referentes às referidas empreitadas, pelo que não se constituiu qualquer provisão para o efeito.

38.3 Direitos e obrigações

De acordo com o protocolado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a Águas do Algarve, S.A. tem um gasto anual até 1.000.000 Euros, destinado à comparticipação nas despesas de 70% de manutenção e 30% de energia do Sistema de Odeleite-Beliche.

Este gasto encontra-se refletido na contabilidade, na conta 62 (fornecimentos e serviços externos).

A Águas do Algarve tem um protocolo com o ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual pressupõe uma contribuição anual de 280.000 Euros, atualizado à taxa de inflação, destinada à exploração e manutenção do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. O valor atualizado suportado em 2015 foi de 325.000 euros.

39. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Algarve, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Algarve, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2015, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuará em Janeiro do ano seguinte.

40. Rendimento garantido

Tal como referido na nota introdutória e nos termos do Contrato de Concessão os capitais próprios aplicados na Empresa serão remunerados através de uma margem, a qual corresponderá à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O Valor da remuneração do capital calculado nos termos de concessão à data de 31 de Dezembro de 2015 atingia o valor de 18.553.204 Euros. A presente proposta de aplicação de resultados permite a recuperação de desvios tarifários acumulados e da remuneração acionista.

ANO	Capital Social Realizado	Reserva Legal Constituída	Remuneração Anual C/Capitalização +Res.Legal	Acumulado RA em dívida-final do ano	Valor Pago/Dividendos distribuídos (a)	Dívida Acumulada RA Após Pag. Dividendos	OT+3
...				14.319.706	3.380.583	10.939.123	7,21%
2010	29.230.884	763.109	3.430.751	14.369.874	4.877.900	9.491.973	8,42%
2011	29.230.884	1.019.840	5.262.276	14.754.249	0	14.754.249	13,24%
2012	29.230.884	1.181.794	4.724.461	19.478.710	3.269.241	16.209.469	10,46%
2013	29.230.884	1.353.859	4.347.182	20.556.651	2.943.641	17.613.010	9,29%
2014	29.290.884	1.508.787	3.265.415	20.878.425	4.882.231	15.996.194	6,75%
2015	29.825.000	1.765.747	2.557.010	18.553.204	11.305.324	7.247.880	5,42%
					40.429.854		

No ano de 2015 foi utilizado a taxa de 2,42% (taxa média do ano das obrigações do tesouro a 10 anos) acrescida de 3% de spread conforme definido pelo despacho do Concedente.

O valor em dívida detalhado por acionista à data de 31 de dezembro de 2015 consta do quadro seguinte:

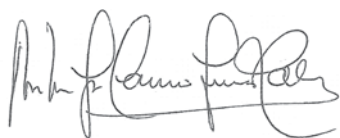
Acionistas	Posição em 31.12.2015
Águas de Portugal, SGPS, SA	11.035.011
Município de Albufeira	1.162.949
Município de Alcoutim	15.205
Município de Aljezur	21.392
Município de Castro Marim	70.297
Município de Faro	1.235.685
Município de Lagoa	525.022
Município de Lagos	803.377
Município de Loulé	688.320
Município de Monchique	15.681
Município de Olhão	137.029
Município de Portimão	1.313.748
Município de São Brás de Alportel	163.704
Município de Silves	762.435
Município de Tavira	291.713
Município de Vila do Bispo	203.870
Município de Vila Real de Santo António	107.766
Totais	18.553.204

4I. Eventos subsequentes

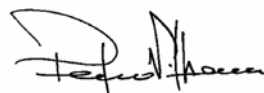
Na presente data, e tanto quanto é do nosso conhecimento, não existem circunstâncias que possam alterar significativamente o presente relatório e contas.

A Águas do Algarve, S.A. rececionou o parecer final da ERSAR relativamente à aprovação das tarifas a aplicar em 2016, sendo que se mantém o tarifário aprovado para 2014 e 2015 (0,4710€/m³ e 0,6304€/m³) para o abastecimento e saneamento, respetivamente).

Faro, 24 de fevereiro de 2016

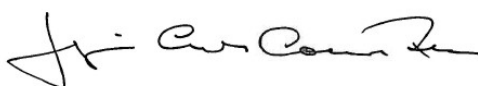


O Contabilista Certificado
António José Rabeca



O Diretor Administrativo e Financeiro
Pedro Miguel Rodrigues Vilhena

O Conselho de Administração



Joaquim Carlos Correia Peres
Presidente



Jorge Manuel Coelho da Silva Torres
Vogal Executivo



Maria Isabel Fernandes da Silva Soares
Vogal Executivo



Rosa Cristina Gonçalves Palm
Vogal



Rui Miguel da Silva André
Vogal

2. Glossário Financeiro e Técnico

Águas de Portugal, SGPS, SA – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

AdA – Águas do Algarve, S.A.

ACE – Agrupamentos Complementares de Empresas. São entidades constituídas por pessoas singulares ou coletivas, nomeadamente sociedades comerciais, que se agrupam, sem prejuízo da sua personalidade jurídica, a fim de melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas atividades.

Caixa e equivalentes de caixa – correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Cash Flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. É uma metodologia de controlo interno criada por uma organização privada dos EUA em 1985 para prevenir e evitar fraudes nas demonstrações financeiras das empresas.

Dívida Líquida – Dívida financeira de curto e longo prazo - Disponibilidades

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation) - Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+provisões.

ERSAR – Entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Entidade cuja competência é o acompanhamento da atividade da concessão;

ETA – Estação de tratamento de águas para consumo humano.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Habitante Equivalente – representa a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio ao fim de 5 dias (CBO5), de 60 g de oxigénio por dia.

HH's – Horas Homem

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adotado pela empresa a partir de 1 de Janeiro de 2010 e que substituiu o anterior normativo POC.

Outsourcing – Designa a ação que existe por parte de uma organização em obter mão-de-obra de fora da empresa, ou seja, mão-de-obra terceirizada. Está fortemente ligada à ideia de subcontratação de serviços.

OT's- Ordens de Trabalho

PCQA – Plano de controlo da qualidade da água

PIB – Produto interno bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

Rating – Termo utilizado para designar a classificação de uma empresa em termos de risco de crédito, mediante a utilização de uma escala pré-definida de atributos e qualificações. A avaliação de risco pode incidir genericamente sobre uma empresa ou instituição, tendo em conta a sua situação económica e financeira e a sua capacidade e perspectivas de gerar lucros, ou apenas especificamente sobre o seu risco de crédito medido pela sua capacidade em cumprir o serviço com as dívidas. O rating é, desta forma, um instrumento de extrema relevância para o mercado na medida em que fornece aos potenciais credores uma opinião independente sobre o risco de crédito.

Rendibilidade do Ativo (Return On Assets) – EBIT/Ativo Líquido

Rendibilidade dos Capitais Próprios (Return On Equity) – Resultado Líquido / Capital Próprio

ROCE – É um termo financeiro que expressa o resultado de uma empresa em função do capital empregue. A razão determinada pelo ROCE indica quão eficientemente o capital está sendo aplicado a fim de gerar receita.

SMAAA – Sistema multimunicipal de abastecimento de água do Algarve

SMSA – Sistema multimunicipal de saneamento do Algarve

SGPS – Sociedade gestora de participações sociais

Stakeholders - (parte interessada ou interveniente), refere-se às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governo societário aplicadas pela empresa.

De uma perspetiva mais ampla, compreende todos os envolvidos em um processo, que pode ser de carácter temporário (como um projeto) ou duradouro (como o negócio de uma empresa ou a sua missão).

O sucesso de qualquer empresa depende da participação de suas partes interessadas e por isso é essencial assegurar que as suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores. De modo geral, essas expectativas envolvem satisfação de necessidades, compensação financeira e comportamento ético. Cada interveniente ou grupo de intervenientes representa um determinado tipo de interesse no processo. O envolvimento de todos os intervenientes não maximiza obrigatoriamente o processo, mas permite encontrar um equilíbrio de forças e minimizar riscos e impactos negativos na execução desse processo.

Uma organização que pretende ter uma existência estável e duradoura deve atender simultaneamente às necessidades de todas as suas partes interessadas. Para tal, a empresa necessita de "criar valor", ou seja, os recursos utilizados devem gerar benefícios superiores do que o seu custo total.

Volume de negócios – Vendas e prestações de serviços.

3. Principais Diplomas Relativos ao Sector da Água e Saneamento Publicados em 2015

Portaria n.º 57-B/2015, de 2015-02-27

Adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Despacho n.º 4385/2015, de 2015-04-30

Aprova a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por «PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais».

Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 2015-04-30

Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética.

Portaria n.º 123/2015, de 2015-05-05

Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2015.

Decreto-Lei n.º 75/2015, de 2015-05-11

Aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental.

Declaração de Retificação n.º 30/2015, de 2015-06-18

Retifica o Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental, publicado no Diário da República n.º 90, 1.ª série, de 11 de maio de 2015

Decreto-Lei n.º 117/2015, de 2015-06-23

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, que aprova a delimitação georreferenciada das regiões hidrográficas.

Declaração de Retificação n.º 31/2015, de 2015-07-02

Retifica a Portaria n.º 123/2015, de 5 de maio de 2015, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2015, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 86, de 5 de maio de 2015.

Recomendação n.º 3/2015 de 1 de Julho de 2015, publicada no Diário da República n.º 132, 2ª série de 9 de julho

As Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) n.os 1/2009, de 1 de julho, e 1/2010, de 7 de abril, incidem sobre a necessidade de os dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos, suas destinatárias, adotarem e divulgarem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Decreto-Lei n.º 133/2015, de 2015-07-13

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpôs a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.

Portaria n.º 217/2015, de 2015-07-22

Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrâneas localizadas no concelho de Monchique.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 2015-07-30

Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas.

Decreto-Lei n.º 179/2015, de 2015-08-27

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.

Lei n.º 114/2015, de 2015-08-28

Segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais.

Declaração de Retificação n.º 41/2015, de 2015-09-17

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015 de 30 de julho, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas, publicada no Diário da República n.º 147, 1.ª série, de 30 de julho de 2015

Portaria n.º 289/2015, de 2015-09-17

Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de dezembro.

Portaria n.º 307/2015, de 2015-09-24

Estabelece o regime dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil extracontratual.

Diretiva (UE) 2015/1787 da Comissão, de 6 de outubro de 2015

Altera os anexos II e III da Diretiva 98/83/CE do Conselho relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano.

Decreto-Lei n.º 218/2015, de 2015-10-07

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.

Portaria n.º 404-A/2015, de 2015-11-18

Primeira alteração à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, que adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Regulamento Delegado (UE) 2015/2170 da Comissão, de 24 de novembro de 2015

Altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos.

Regulamento Delegado (UE) 2015/2171 da Comissão, de 24 de novembro de 2015

Altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos.

Regulamento Delegado (UE) 2015/2172 da Comissão, de 24 de novembro de 2015

Altera a Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos.

4. Relatório dos Administradores Não Executivos

1- Relatório dos administradores não executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2015.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Faro, 24 de Fevereiro de 2016

Os Administradores não executivos,



Rosa Cristina Gonçalves Palma
(Vogal do Conselho de Administração, com funções não executivas)



Rui Miguel da Silva André
(Vogal do Conselho de Administração, com funções não executivas)

5. Certificação Legal de Contas

ESTEVES, PINHO & ASSOCIADOS, SROC | B K R
INTERNATIONAL

*an independent member of BKR International
in principal cities worldwide*

Maia
Rua António Gomes Soares Pereira, nº 15
4470-139 Maia, Portugal
T. 22 944 56 80 F. 22 944 56 83

Lisboa
Avenida do Brasil, nº 1
1749-008 Lisboa, Portugal
T. 21 752 91 40

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Águas do Algarve, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 513.257 milhares de euros e um total de capital próprio de 43.235 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 6.942 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, a alteração nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. – www.epasroc.com
Contribuinte e Matricula na Conservatória do Registo Comercial da Maia nº 507 111 931 - Capital Social 30 200 euros
Registo na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 192
Registo na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161492

Águas do Algarve, S.A.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Águas do Algarve, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, a alteração no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

8.1 Conforme referido na Nota 2.1.1 do Anexo às demonstrações financeiras, a empresa aplicou pela primeira vez o reconhecimento do rédito da construção no exercício de acordo com o IFRIC 12 e o IAS 11, pelo que reexpressou os comparativos referentes ao exercício de 2014 no mesmo sentido.

8.2 Conforme referido nas Notas 1.1 e 2.2.6 do Anexo às demonstrações financeiras, ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiência das tarifas e preços, de forma a permitir a recuperação de gastos inerentes à concessão e remunerar os capitais próprios investidos, pelo que a empresa optou por não reflectir esta situação nas suas demonstrações financeiras.

8.3 Conforme referido na Nota 1.1 do Anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo de concessão, caudais e tarifas. Parte dos pressupostos utilizados são integrante do estudo de viabilidade económica e financeira, associado ao contrato de concessão, submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. No entanto, o regulador aprovou os orçamentos e projectos tarifários com base nos pressupostos definidos. Conforme divulgado no Relatório de Gestão, a empresa prevê entregar durante o ano de 2016 uma proposta de actualização dos contratos de concessão e respectivos estudos de viabilidade económica e financeira para cada área de negócio.

Águas do Algarve, S.A.

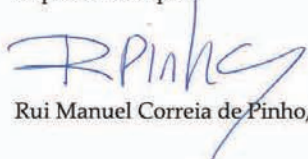
Relato sobre Outros Requisitos Legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 4 de Março de 2016

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Rui Manuel Correia de Pinho, ROC

6. Relatório dos Auditores



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório dos Auditores

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Algarve, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 513.256.801 Euros e um total de capital próprio de 43.235.145 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.942.498 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Algarve, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Ênfases

7. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:
 - 7.1 Conforme divulgado nas Notas 1.1 e 2.2.6 das Notas às Demonstrações Financeiras em conformidade com o Decreto-Lei que regula a atividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não refletir esta situação nas demonstrações financeiras.



- 7.2** Conforme divulgado na Nota 1.1 das Notas às Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo de concessão e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira do ano de 2010 submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.
- 7.3** Conforme divulgado na Nota 2.1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras, a Empresa procedeu à alteração voluntária da política contabilística relativa ao reconhecimento do rédito da atividade de construção de acordo IFRIC 12 - Contratos de concessão e com o IAS 11 - Contratos de construção, tendo procedido à reexpressão dos comparativos referentes ao exercício de 2014.

Lisboa, 07 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Relatório

Cumpra ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas de 2015 da Águas do Algarve, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

Acompanhámos a atividade da Empresa e realizámos as verificações consideradas necessárias. O Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração todos os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, e participou nas reuniões do Conselho de Administração para as quais foi convocado.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, que permite divulgar com clareza todos os aspetos relevantes da atividade, tendo aferido do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias e as condições da sua reversão previstas na Lei nº 75/2014, de 30 de setembro. O Conselho Fiscal verificou também o cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, quanto à apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário.

As contas manifestam a solidez da Empresa e as políticas e critérios contabilísticos expressos nas Notas às demonstrações financeiras merecem, em geral, a nossa concordância.

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com a qual concordamos.



Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às demonstrações financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração todos os esclarecimentos prestados no decorrer dos trabalhos desenvolvidos por este órgão em 2015.

Faro, 04 março 2016

O CONSELHO FISCAL


Dra. Isilda Maria Gomes - Presidente


Dr. José Soares Barroso - Vogal


Dr. António Carvalho de Barros - Vogal



Certificados: 2005/CEP.2634;2005/AMB.254
2005/SST.077;2007/GSA.0017

